U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

# Entre o Mar e a Terra

## Proposta de desenvolvimento urbano para a preservação do património cultural e arquitetónico da vila de Apúlia

Ana Carolina Barbosa Gil

M

2023


ESTRELA DO MAR



Universidade do Porto
Faculdade de Arquitectura
2023

# Entre o Mar e a Terra

## Proposta de desenvolvimento urbano para a preservação do património cultural e arquitetónico da vila de Apúlia

Ana Carolina Barbosa Gil
201605783

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Faculdade Arquitectura da Universidade do Porto

Orientador
Prof.ª Doutora Teresa Manuel Almeida Calix Augusto
Co-orientador
Prof.ª Doutora Carla Alexandra Garrido Oliveira

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, tendo sido as citações transcritas adaptadas ao mesmo. As citações cuja língua original não é a portuguesa foram livremente traduzidas pela autora.

O documento apresentado foi elaborado tendo em consideração a futura impressão da presente prova, não sendo isso impeditivo de uma leitura em página única da sua versão digital, ou em página dupla, com a página de rosto em separado. Justifica-se, assim, a existência de páginas em branco.

*A todos os Apulienses.*
*À nossa Terra, cultura e história.*
*Para que nunca se perca.*

## Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Carmo e Carlos, por todo o esforço que fizeram e por todo o apoio. Por sempre acreditarem que o meu lugar era onde eu quisesse estar.

À minha irmã Carla, companheira de todas as horas.

Agradeço às Professoras Teresa e Carla por terem aceitado embarcar nesta aventura e me terem guiado até aqui. Obrigada pelo tempo, paciência e entusiasmo.

Ao Arquiteto Paulo Guerreiro, à Doutora Marília Capitão e a toda a equipa do Arquivo Municipal de Esposende. À Doutora Maria Teresa Godinho, responsável pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Ao Professor Doutor José Fernandes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Ao Professor Doutor Rui Morais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obrigada a todos pelos contributos.

Aos amigos e colegas com quem partilhei o meu percurso académico.

A todos muito obrigada.

## Abstract

This dissertation stemmed from my personal interest in issues of conservation of cultural and architectural heritage combined with the desire to promote a movement to change the architectural and urban panorama of the town where I grew up - Apúlia.

Carrying out a characterization study, covering the distant past, recent past and contemporary times, was fundamental for the development of an intervention strategy that seeks to promote the preservation of cultural, natural and heritage values while promoting the sustainable development of the region at various levels.

One of the main themes covered concerns the relationship between Man and the Sea, the way in which this has changed, and what its consequences are, and the search for solutions so that it is possible to continue to inhabit this region, taking advantage of the natural resources it offers.

The primary interest of this exhibition is to raise awareness of the harmful consequences of excessive exploitation of coastal areas, particularly the dune ranges; alert to the urgency of resolving problems linked to coastal erosion; promote greater care for architectural heritage, but also for cultural heritage. Apúlia appears as a case study for a problem that extends to all coastal regions of Portugal.



**Keywords:** Apúlia, Sea, History, Heritage, Territory

## Resumo

A presente dissertação partiu do meu interesse pessoal pelas questões da conservação do património cultural e arquitetónico aliado à vontade de promover um movimento de mudança do panorama arquitetónico e urbanístico da vila onde cresci - Apúlia.

A realização de um estudo de caracterização, abrangendo o passado longínquo, recente e a contemporaneidade, foi fundamental para o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção que procura promover a preservação dos valores culturais, naturais e patrimoniais ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável da região a vários níveis.

Um dos principais temas abordados prende-se com a relação do Homem com o Mar, a forma como esta se foi alterando, e quais as suas consequências, bem com a procura de soluções para que seja possível continuar a habitar esta região, tirando proveito dos recursos naturais que ela oferece.

O primordial interesse desta exposição é sensibilizar para as consequências nefastas da exploração excessiva das zonas litorais, nomeadamente dos cordões dunares; alertar para a urgência da resolução dos problemas ligadas à erosão costeira; promover um maior cuidado com o património arquitetónico, mas também com o património cultural. Apúlia surge como um caso em estudo para uma problemática que se estende a todas as regiões do litoral português.

**Palavras–Chave:** Apúlia, Mar, História, Património, Território

**Agradecimentos** 11

## Sumário

**Abstract** 12

**Resumo** 13

**Lista de Apêndices** 17

**Lista de abreviaturas** 19

**Nota introdutória** 21

**Capítulo I** A vila de Apúlia Estudo do território 25

**I.0. Caracterização geográfica do território** 29

**I.I. Dos primeiros focos de fixação ao advento dos banhos de mar no século XIX** 31

**I.II. Da elevação a vila ao século XXI** 45

**Capítulo II** Os desafios do século XXI Caracterização atual e análise de problemáticas 69

**Capítulo III** Estratégia de intervenção e oportunidades de desenvolvimento 83

**Considerações finais** 111

**Cronologia comentada** 115

**Lista de imagens** 123

**Bibliografia** 127

## Lista de Apêndices

**Apêndice I** Esquema evolutivo dos focos de fixação no território até ao séc. XIX

**Apêndice II** Levantamento

**Apêndice III** Análise da Situação Existente, Ocupação dos Solos

**Apêndice IV** Análise da Situação Existente, Tipos de Edificação

**Apêndice V** Análise da Situação Existente, Rede Viária

**Apêndice VI** Análise da Situação Existente, Lista de edifícios com valor patrimonial e/ou cultural

## Lista de abreviaturas

**A11** Autoestrada número 11

**A28** Autoestrada número 28

**ACES** Agrupamento de Centros de Saúde

**AMESP** Arquivo Municipal de Esposende

**ARU** Área de Reabilitação Urbana

**AU** Anteplano de Urbanização

**CME** Câmara Municipal de Esposende

**DGS** Direção Geral de Saúde

**IC1** Itinerário complementar número

**N13** Estrada Nacional número 13 1

**N103** Estrada Nacional Número 103

**N250** Estrada Nacional número 250

**ORU** Operação de Reabilitação Urbana

**PDM** Plano Diretor Municipal

**PGU** Plano Geral de Urbanização

**PNLN** Parque Natural Litoral Norte

**POOC** Plano de Ordenamento da Orla Costeira

**PP** Plano de Pormenor

**PRA** Projeto de Requalificação Ambiental

**PRAU** Plano de Recuperação Ambiental e Urbanística

**PU** Plano Urbano ou de Urbanização

**UCSP** Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

**Fig. 1** Dia de apanha de sargaço, Artur Pastor, 1950/60.



## Nota introdutória

O tema da presente Dissertação de Mestrado, em Arquitetura, surge da combinação de um interesse próprio pelas questões do património, aliado à curiosidade pelas questões da escala urbana, que considero que poderia explorar mais nesta fase de conclusão. Foi na tentativa de escapar à previsibilidade de estudar a cidade do Porto ou um outro grande centro urbano do qual já todos conheçam a história e para os quais o futuro parece demasiado traçado, que surgiu a hipótese de, em continuidade com uma ideia já lançada na unidade curricular de Teoria 3[1], eleger Apúlia, a minha Terra Natal, como tema para a presente dissertação.

A ideia da proposição de uma estratégia de intervenção para Apúlia esteve, pelo menos desde que comecei os meus estudos na Faculdade de Arquitetura, sempre em segundo plano, quase como se, por principio, fosse impossível não pensar nela sempre que voltava a Casa. E foi precisamente quando a minha família se viu obrigada, por força da especulação imobiliária desmesurada, a encontrar outro lugar para viver que a urgência da mesma se tornou clara para mim.

"Subordinadas a esse desígnio egoísta, muitas belas paisagens são estupidamente adulteradas, por vezes totalmente degradadas e até, pode dizer-se, prostituídas."[2], disse Ilídio de Araújo referindo-se à febre da construção das casas de fim de semana e à especulação gerada pelo turismo balnear na costa portuguesa. Apúlia é ainda hoje uma vítima deste ato egoísta do Homem, que procura a todo o custo aproximar-se do Mar, sem sequer equacionar a sua pequenez em caso de confronto "direto" com o mesmo.

O Mar para os apulienses é muito mais do que a vista que têm da sua janela. É sustento, quer pela pesca quer pela apanha do sargaço, depois utilizado para adubar as suas plantações agrícolas. E é agora uma ameaça, como consequência das intervenções levadas a cabo nas últimas décadas na linha da costa portuguesa, e as emergentes consequências das alterações climáticas.

É urgente entender antes de mais que não é possível controlar, a curto prazo, os processos de erosão costeira. Que a solução não passa pela contínua destruição das estruturas dunares, mas sim pelo recuo das populações. O Mar vai sempre ganhar a batalha pela conquista de território, cabe-nos a nós preparar esse momento.

Uma vez que as intervenções levadas a cabo nos últimos vinte anos não se revelaram suficientes e que aquelas que já se conhecem para futuro demonstram ser ineficazes na resolução da problemática da erosão costeira a longo prazo, a presente dissertação tem como principal objetivo lançar um estratégia consciente para o futuro desenvolvimento do território da vila de Apúlia.

1 Em 2020, a Professora Doutora Teresa Fonseca, regente da unidade curricular Teoria 3 propôs aos alunos que desenvolvessem uma exposição sobre "a minha rua", correspondendo no meu caso, à Avenida da Praia, em Apúlia, à qual dei o nome de "Uma linha para o Mar";
2 ARAUJO, Ilídio A.de (1957-2014), Arquitetura Paisagista ou "A Organização do Espaço" nas Paisagens, vol. I, Problemas de economia, arquitetura e gestão de paisagens humanizadas, Edições Afrontamento, pág. 237, 2022;

Apúlia é uma vila litoral do Norte de Portugal conhecida pelas suas praias de águas terapêuticas desde o século XIX. Precisamente por esse motivo foi, durante o século XX, e é ainda hoje, "vítima" de uma exploração desmesurada da sua frente litoral ligada ao turismo balnear, especialmente no que diz respeito à construção de casas de veraneio, ou de fim de semana, que atualmente se apresentam na forma de grandes empreendimentos imobiliários.

Devido à sua localização e às intervenções realizadas no cordão dunar nos últimos 30 anos, é também uma das muitas povoações que sofrem com as consequências dos acelerados processos de erosão costeira, sendo urgente a proposição de uma estratégia de salvaguarda.

À eleição do objeto de estudo seguiu-se a primeira fase de pesquisa que, ao contrário do sugerido pelo sumário, se iniciou pelo estudo e análise das propostas dos Planos Urbanos de Esposende e Apúlia ao longo dos séculos XX e XXI, seguido de um levantamento in loco realizado em janeiro de 2022. Foi precisamente desta análise inicial que se retiraram as primeiras pistas para aquilo que veio mais tarde a ser constituído como uma análise breve de toda a história conhecida da região de Apúlia, tendo sido possível compilar esta informação numa cronologia, que se apresenta comentada no final desta exposição.

Assim, os dois primeiros capítulos surgem como estudo prévio nos quais se apoia a proposição de um terceiro, onde se apresenta uma estratégia de desenvolvimento urbano para a preservação do património cultural e arquitetónico da vila de Apúlia.

O capítulo I é dedicado ao estudo das características geográficas, dos acontecimentos históricos e dos planos urbanos desenvolvidos até à atualidade, subdivididos em três subcapítulos, sendo o I.0 uma introdução ao território em analise, e os I.I e I.II a apresentação de acontecimentos em ordem cronológica, tendo sido pertinente a sua divisão no momento de elevação de Apúlia à categoria de vila.

Já o segundo capítulo é elaborado, a par do levantamento, como estudo da situação atual da vila no que toca às características da sua população, às tipologias de ocupação dos solos, aos tipos de edificado, à sua rede viária fundamental, à qualidade dos seus equipamentos e do espaço público.

O terceiro, e último, capítulo surge apoiado no estudo desenvolvido anteriormente como a elaboração de uma estratégia de intervenção que procura promover a preservação do património cultural, como a apanha do sargaço e os campos de masseiras; que apresenta uma visão ecológica, junto das praias e cordão dunar; e que evidencia os valores arquitetónicos da região, num plano que deve, sempre, desenvolvido em estreita cooperação com a população local, para que assim seja possível responder às suas necessidades reais ao mesmo tempo que se sensibiliza a mesma para a problemática da erosão costeira e para a importância do equilíbrio da paisagem que estes habitam.

Para além da divisão em três capítulos, o corpo de texto está também, nos primeiros dois momentos, tripartido entre o corpo principal e duas colunas laterais, estas últimas possuindo dois níveis, correspondentes a duas linhas de pensamento paralelas ao texto principal: uma factual e uma outra onde se dá nota de algumas ideias que serão apresentadas no capítulo III.

Um tema transversal a todos os capítulos é a tentativa de compreensão da relação entre Homem e Mar, e a maneira como esta se foi alterando ao longo dos séculos, nomeadamente na forma como o território se organiza, na busca pelo estabelecimento de qual será a melhor estratégia para a fixação das populações litorais agora que somos confrontados com a eminente necessidade de adaptação a uma nova realidade das paisagens humanizadas do litoral português.

É também reforçada em toda a exposição a importância das lições que retiramos do passado, quer seja ele longínquo, por exemplo ligado ao processo de romanização de ocupações pré-históricas, bem como a sua persistência ao longo da Alta e Baixa Idade Media, a emergência do turismo balnear do final do século XIX e os grandes projetos urbanos do século XX.

Todas as épocas analisadas lançam pistas para aquilo que se acredita ser a proposição de uma estratégia para acima de tudo um futuro mais consciente, que procura a cima de tudo a adaptação a uma nova realidade, quer do ecossistema quer da evolução humana, ao mesmo tempo que se procura promover o equilíbrio necessário para que Homem possa continuar a habitar as paisagens litorais.

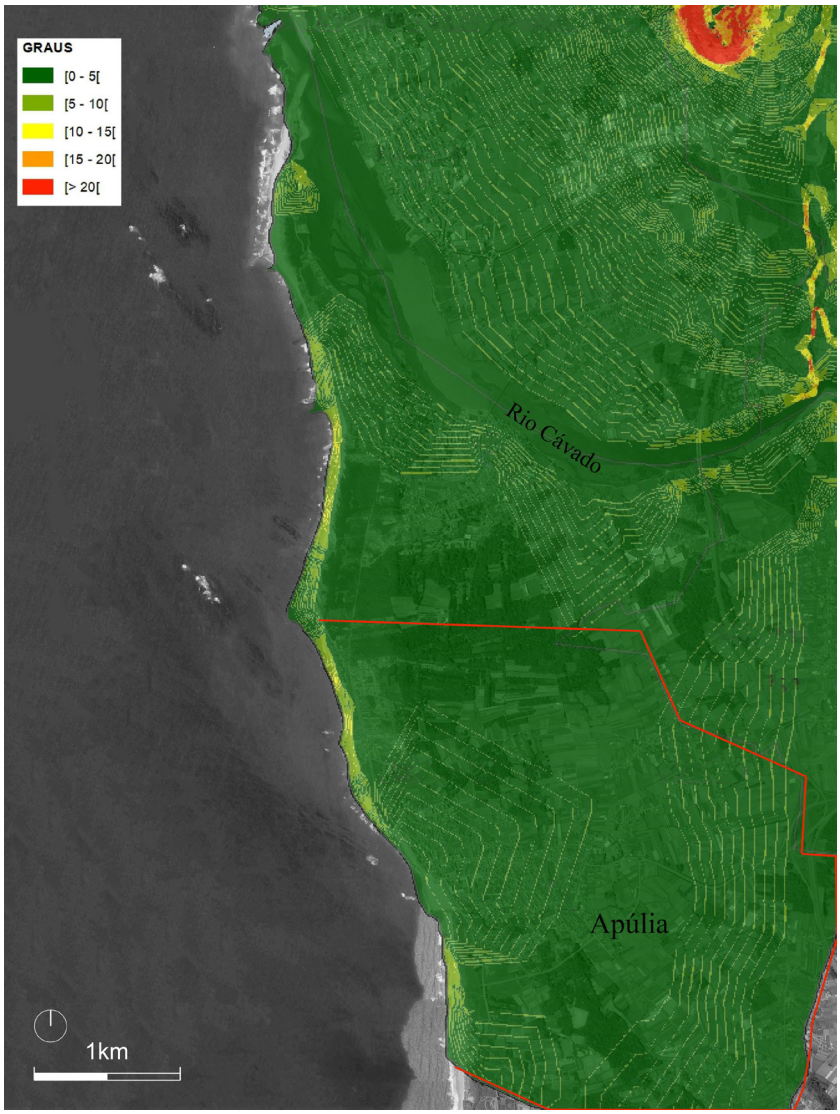
*"Qualidade do ambiente e qualidade de vida Humana são quase como duas faces de uma mesma realidade (que é a paisagem humanizada) observada de ângulos diferentes. Com a utilização ordenada da paisagem pretende-se atingir a qualidade ambiental que assegura a melhoria constante e duradoura da qualidade da vida humana sobre a Terra."*[3]

3 ARAUJO, Ilídio A.de (1957-2014), Arquitetura Paisagista ou "A Organização do Espaço" nas Paisagens, vol. I, Problemas de economia, arquitetura e gestão de paisagens humanizadas, Edições Afrontamento, pág. 347, 2022;

# Capítulo I

## A vila de Apúlia
Estudo do território

**Fig. 2** Esquema topográfico de parte do território do concelho de Esposende, com o Rio Cávado a Norte e a vila de Apúlia a Sul delimitada pela linha de fronteira a vermelho.



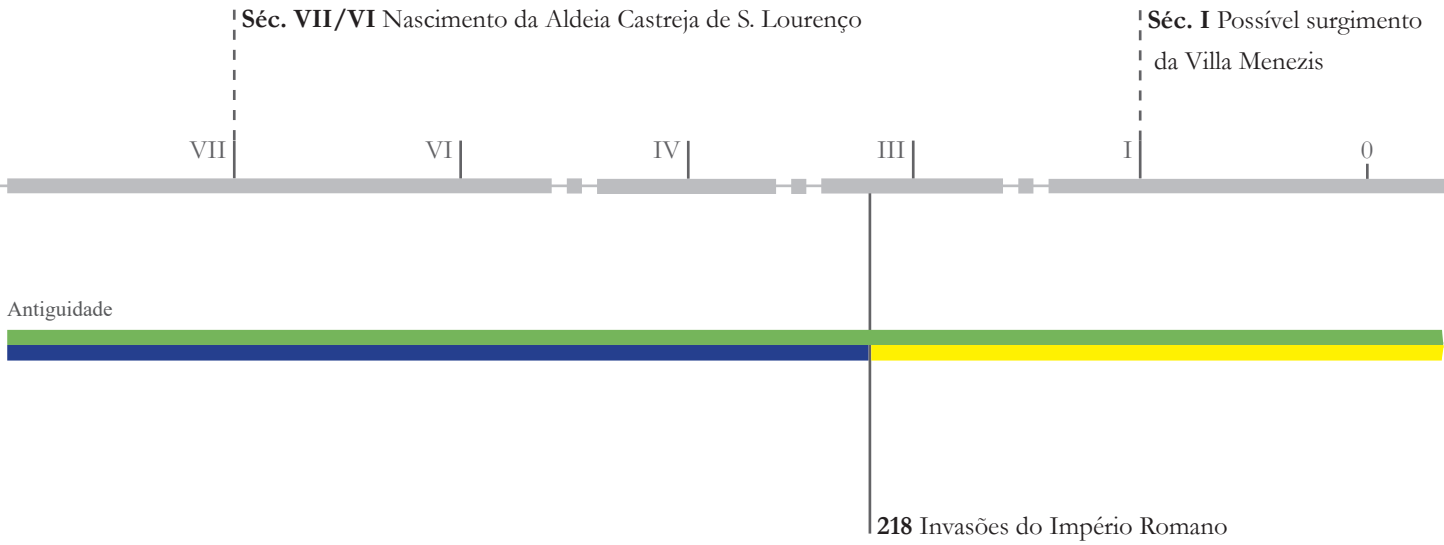





**Fig. 3** A apanha do Sargaço, Artur Pastor, década de 1950.

**409** Invasões Bárbaras

**711** Invasões Muçulmanas

**722** Batalha da Covadonga - Inicio da reconquista Cristã

**1085** Reconquista de Toledo

**1096** D. Henrique e D. Teresa são Senhores o Condado Portucalense

**1078** Froila Crescones doa ao Bispo D. Pedro e à Sé de Braga metade de S. Miguel de Paredes

**1085/89** Censual de entre Lima e Ave indica que Apúlia e a sue igreja pertence à Sé de Braga, às terras de Faria

**1115** O Papa Pascoal II confirma à Sé de Braga o Couto de Apúlia

**1139** Formação do Reino de Portugal

**1140** D. Afonso Henriques coutou as terras de Pulha a D. Ordonho, quarto abade da Abadia de Tibães

**1188** Couto de Pulha pertence à Sé de Braga segundo D. Godinho

**1220** Inquirições Régias - *Sancto Michaelle de Pulia* pertence à Sé de Braga, terras de Faria

**Séc. XVI** Construção do Facho de Apúlia

**1586** Invasão de areias

**1640** Restauração da independência

**1696** Construção da Primitiva Igreja Paroquial de Apúlia

**Séc. XVIII** Plantio do pinhal a Sul

**Séc. XIX** Construção da primitiva Capela de Nossa Senhora da Guia

**1820** Revolução Liberal

**1836** Extinção do Couto de Apúlia

**1910** Instauração da República

I V VIII XI XII XIII XIV XV XVI XVII XVIII XIX XX

Idade Média

Idade Moderna

Idade Contemporânea







**Fig. 4** Localização geográfica da vila de Apúlia em relação ao distrito de Braga, à direita, e ao concelho de Esposende à esquerda.

**Fig. 5** Vista sobre parte do território do concelho de Esposende, com o Rio Cávado a Norte e a vila de Apúlia a Sul delimitada pela linha de fronteira a vermelho.



# I.0. Caracterização geográfica do território

A antiga vila de Apúlia, atualmente pertencente à União de Freguesias de Apúlia e Fão[4] , situa-se na zona litoral do Norte de Portugal, tendo cerca de 10.5 km$^2$ de área e aproximadamente 4500 habitantes[5].



**Fig. 6** Sargaceiras de Apúlia, Artur Pastor, 1950/60.

Pertence ao concelho de Esposende e corresponde à região mais a Sul do distrito de Braga, fazendo fronteira com a freguesia da Estela, concelho de Póvoa de Varzim, distrito do Porto. Faz também fronteira com a antiga vila de Fão, a Norte, a freguesia de Fonte Boa, a Nordeste, ambas pertencentes ao mesmo concelho; e a freguesia de Barqueiros, a Sudeste, sendo esta já parte do concelho de Barcelos. Possui uma localização privilegiada, uma vez que se encontra equidistante dos três principais centros urbanos do Norte do país: Porto (38 km), Braga (36km) e Viana do Castelo (32km), estando ligada a estes por estradas nacionais (N13 e N250 e 103) e autoestradas (A11 e A 28).

O concelho de Esposende é composto por quatro tipos de paisagens: estuário do Cávado, arriba fóssil, orla costeira e zona interior; Apúlia possuí apenas as duas últimas.

A "costa aberta", mais frequente a Sul de Espinho, é caracterizada como sendo baixa e arenosa, com praias pouco largas, apoiadas num cordão dunar primário e secundário frágil, que serve de transição a uma zona de pinhal, seguida de zonas agrícolas[6].

A zona interior corresponde a uma área plana, menos exposta aos elementos naturais, rica em linhas de água, que suportam as estruturas agrícolas[7]. No caso de Apúlia existe também uma lagoa a Norte, que em tempos teria atingido os 900 metros de comprimento[8], enquadrada no Parque Natural Litoral Norte (PNLN), classificado como zona de proteção parcial do tipo 1 e com o seu Habitat classificado como prioritário[9].

É uma região habitada desde pelo menos a Idade do Ferro, ligada às atividades agrícolas e piscatórias desde a época da romanização da Península Ibérica, assumindo-se como Couto durante toda a idade média e moderna, perdendo apenas a sua autonomia após a Reforma Liberal, e sendo, também, desde o século XIX, uma estância balnear reconhecida.

Duas técnicas características desta vila são os campos de masseira e a apanha do sargaço, que interligam a economia agrícola e piscatória, formando um sistema único, próprio da região.

4 Desde 2013 com o processo de reforma administrativa nacional;
5 Considerando que, em 2011, a soma total da população de Apúlia e Fão era 7301 habitantes, dos quais 57,5% apulienses, considerou-se que dos 7847 habitantes contabilizados nos censos de 2021, 4512 seriam habitantes da vila de Apúlia;
6 RIBEIRO, Mário J. M., Frente Marítima de Apúlia, (Re)Pensar um lugar de memórias, Intervir num espaço esquecido, Prova Final de Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 2004/2005, página 35;
7 Idem, página 36;
8 MACHADO, Manuel A.F. (1951), Esposende – monografia do conselho, Editora do Minho, Barcelos, 1951;
9 ALVES, Caetano M. I., SOUSA, .S. (2017), Caracterização dos sedimentos da Lagoa da Apúlia (PNLN), Esposende, NW de Portugal, Livro de Resumos, Jornadas do ICT, 26 e 27 de junho 2017, pág. 41, Universidade do Minho, Braga;

**Fig. 7** Imagem aérea da localização dos três conjuntos edificados enunciados por Jorge Dias com destaque para o grupo da praia das Pedrinhas a vermelho.

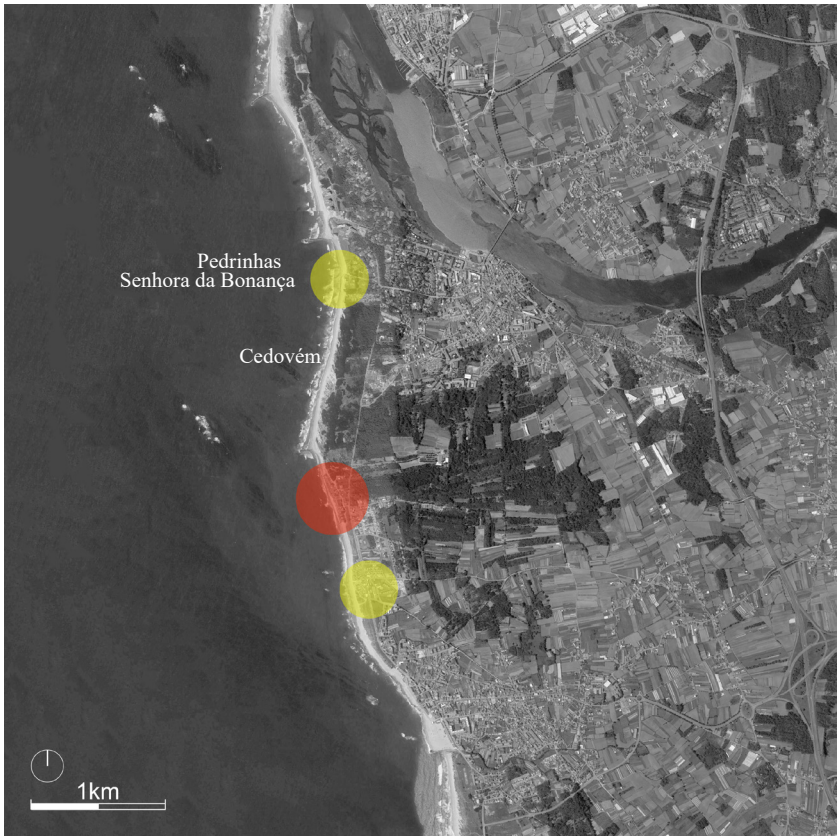
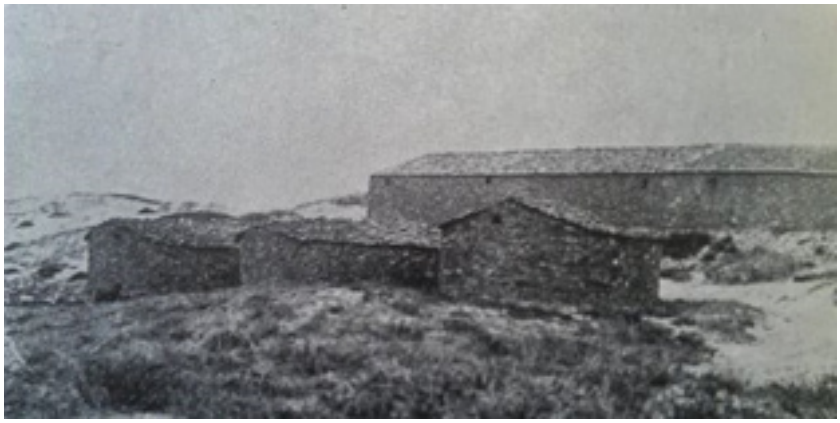



**Fig. 8** Um grupo de três barracas em Cedovém em 1945, fotografia de Jorge Dias.



## I.I. Dos primeiros focos de fixação ao advento dos banhos de mar no século XIX

Para que seja possível compreender o atual território da vila de Apúlia, é necessário entender a plenitude da sua evolução: a organização do território no século XXI é o resultado direto de uma série de acontecimentos que, ao longo de vários séculos, o consolidaram. A análise destes factos, de forma cronológica e apoiada em bibliografia e cartografia, permite-nos compreender, por exemplo, o surgimento e movimento dos focos de fixação e das vias que os unem, bem como os fenómenos que provocaram esses acontecimentos, abordados adiante neste trabalho. Permite concluir não só o porquê de estes terem acontecido, como também as suas consequências, algumas das problemáticas que levantam, e até mesmo auxiliar na proposição de uma estratégia de intervenção para futuro, a ser desenvolvida numa outra fase desta exposição.

O primeiro momento de fixação neste território litoral é, até à data, motivo de discussão; segundo o conhecimento popular, sempre tão verdadeiro quanto falacioso, o mais antigo vestígio da atividade humana que podemos encontrar em Apúlia são as cabanas em forma de barcaças localizadas na primeira linha do cordão dunar na zona das Pedrinhas, a uma altura de cerca de 10.5 metros (apêndice I). Os populares sempre atribuíram estas rudimentares construções em pedra de xisto toscamente talhada aos povos Celtas, mas não há, ainda, um estudo aprofundado que comprove esta afirmação.

O etnólogo Jorge Dias visitou esta região no verão de 1945, altura em que deu conta da existência de três grupos deste tipo de construções: um na Senhora Bonança, em Fão, outro nas Pedrinhas, e um último em Cedovém[10] (Fig. 7). Eram, na altura, utilizadas pelos pescadores e sargaceiros[11] como armazéns para guardar barcos e demais aprestos ligados às atividades marinhas, sendo que perto das mesmas já existiam outras barracas com formas retangulares. Segundo o autor, a "descoberta" destas construções "veio mostrar que ao contrário do que supunha Krüger, que relacionava estreitamente este tipo de construções à pastorícia ou à agricultura arcaica, sobrevivente nas regiões montanhosas do noroeste peninsular, ele também se encontra no litoral, muito mais sujeito à ação niveladora de influências estranhas."[12].

Atualmente, de todos os conjuntos, só encontramos o das Pedrinhas e alguns exemplares das construções em Cedovém, mas todas as estruturas foram irreversivelmente alteradas e transformadas em habitação para férias.

Muitas destas estruturas encontram-se hoje na zona de alto risco devido à erosão costeira.

É possível que estes grupos pertencessem a um exemplar de "castro marítimo": apesar da sua forma não corresponder às construções circulares que encontramos na maioria dos castros nem se encontrarem dispostos no terreno da mesma forma, isso não parece motivo suficiente

10 DIAS, Jorge (1945), Construções circulares do litoral português: contribuição para o estudo das construções circulares no nordeste da Península Ibérica, *in* Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XI, pág. 193, publicação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, 1945;

11 Sargaceiro é o nome dado àquele que se dedica à apanha do sargaço, que, por sua vez, é uma planta fucácea marinha;

12 DIAS, Jorge (1945), Construções circulares do litoral português: contribuição para o estudo das construções circulares no nordeste da Península Ibérica, *in* Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XI, pág. 193, publicação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, 1945;

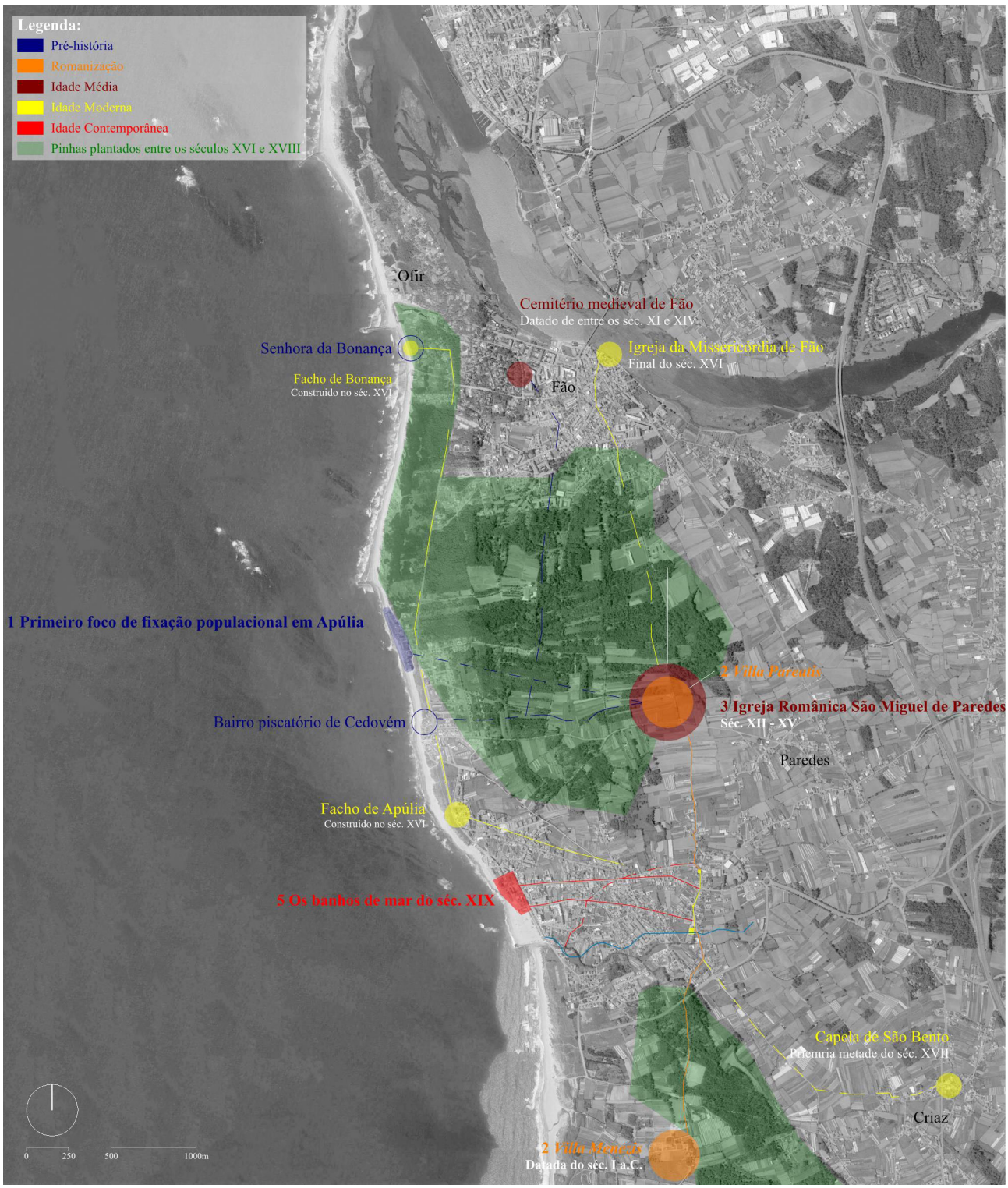



**Fig.9** Síntese do esquema evolutivo dos focos de fixação no território até ao século XIX, exposto por completo no Apêndice I.

para descartar essa hipótese[13].

Um outro fator que nos pode levar a crer que algures nesta região pode de facto ter existido um povoado castrejo é o facto de este ser referido em dois documentos do século XII: em 1111 o castro surge expressamente referido[14] e em 1148 o Papa Eugénio III confirma à Sé de Braga o que possui no Castro de Paredes[15].

Também nas escavações levadas a cabo na *Villa Menezis*, a três quilómetros destas construções, em 1950, Carlos A. Brochado de Almeida inventariou uma série de vestígios de cerâmica, entre os quais alguns de cultura castreja[16]. Esta descoberta levou a que, em 1986, o autor Armando Coelho Ferreira da Silva, atribuísse a denominação de "Estação Castreja" aos vestígios desta *villa*, localizando-a na freguesia da Estela, Póvoa de Varzim[17] - atualmente nos limites geográficos da freguesia de Apúlia.

Depois das escavações na segunda metade do século XX, não voltaram a existir trabalhos e a *villa de Pariatis* nunca foi escavada.

> Seria de valor promover a escavação de *Pariatis*; criar algum tipo de documentação ou museu sobre a história das *villas* romanas de Apúlia.

Um exemplo de "castro marinho" no litoral norte português, é o Castro de São Paio, localizado em Labruge, extremo Sul do concelho de Vila do Conde. O seu ponto mais elevado está a cerca de 16 metros de altura, dominando visualmente a planície costeira Oeste desde a praia da Amorosa até Esposende. Assenta num afloramento rochoso, e não no cordão dunar, possuía estrutura defensiva e é, até à data, o único povoado marítimo proto-histórico conhecido em território português[18].

Outro facto que deve ser levado em consideração quando avaliada esta hipótese é o de que o pinhal, que divide os três grupos apontados por Jorge Dias, foi plantado entre os séculos XVI e XVIII, ou seja, partindo do princípio que estas construções são anteriores, podemos estar na presença de aglomerados com extensões superiores, ou até de um único aglomerado.

Nos anos 1920, a obra Guia de Portugal[19], também fez referência à possibilidade de os povos Celtibéricos que habitaram a região de Fão – freguesia adjacente a norte de Apúlia - à chegada dos Romanos se

13 Como refere o autor Francisco Calo Lourido, isso não é regra, pois a forma dos povoados castrejos adaptava-se às características particulares do lugar em que este se inseria, podendo assim variar. LOURIDO, Francisco. C. (1997), A Cultura Castrexa, Historia da Galicia, Edicións A Nossa Terra, 2ª edição, 1997, pág. 81–82; *"Tense dito moitas veces que os castros teñen forma circular cunha ou com varias murallas concêntricas. O primeiro é certo só nalguns casos, o segundo é unha simplificación. O que si está claro é que os povoados se adaptan ao térreo ocupado. En zonas chas tenden ao círculo, nos epolóns sobre os rios son irregularmente alongados (...)"*.;
14 GRANJA, Helena M. L. P. (1990), Repensar a Geodinâmica da zona costeira: O passado e o Presente; Que Futuro?: O Minho e o Douro Litoral, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, 1990;
15 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, vol. II, pág. 8, 1959;
16 CARVALHO, Helena P. A. (2008), O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis, vol. I, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento, setembro de 2008, p. 37;
17 SILVA, Armando C. F., (1986) A Cultura Castreja no noroeste de Portugal, Camara Municipal de Paços de Ferreira, Museu arqueológico da Citânia de Sanfins pág..82, 1986,;
18 Portal do Arqueólogo, processo S - 03560, 2005/1(370) e JN8/1(003) (https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=49316);
19 DIONÍSIO, Santa'Anna (direção) Guia de Portugal, Entre Douro e Minho - II Minho, vol. IV, tombo II, 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, maio 1996;

**Fig. 10** Relação de distâncias entre o possível castro de Apúlia, S. Lourenço, o Monte da Franqueira, com relações de visibilidade entre si, e a Cividade Terroso.

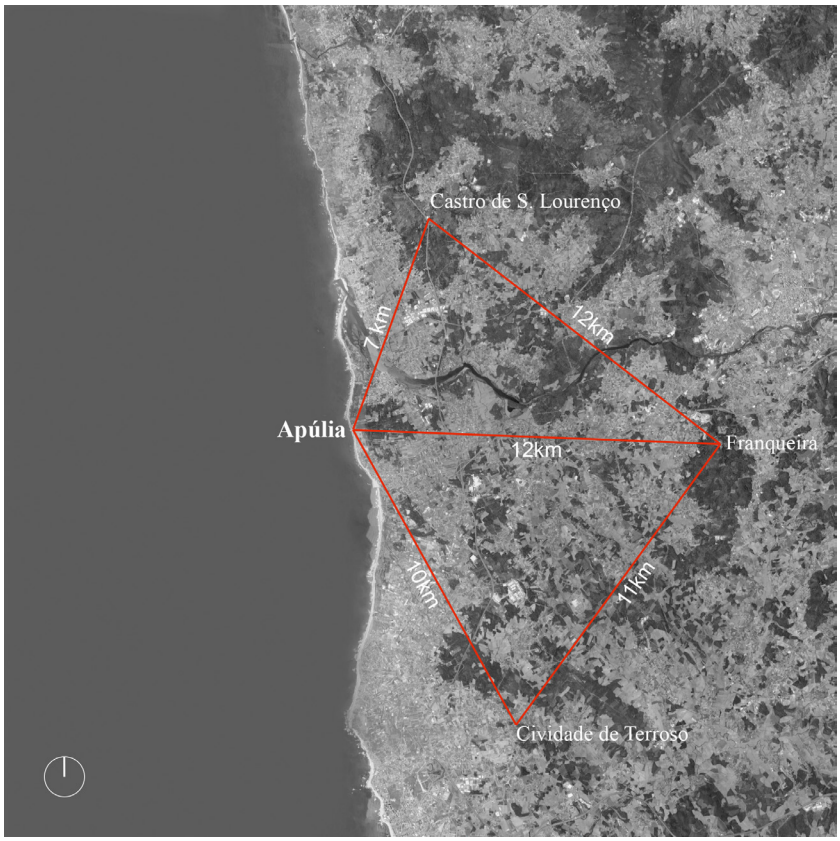



**Fig. 11** Vista panorâmica do topo do Monte de São Lourenço, Esposende, com a localização de Apúlia.



**Fig. 12** Vista panorâmica do topo do Monte da Franqueira, Barcelos, com a localização de Apúlia.



dedicarem não só à agricultura das terras baixas de regadio, como também à pesca costeira, o que deixa mais uma vez em aberto a possibilidade de estas estruturas estarem ligadas a estes povos ancestrais.

Perto desta região está também localizado o Castro de São Lourenço, cujo início da ocupação data entre os séculos VII/VI a.C.[20], distando cerca de sete quilómetros e tendo como obstáculo natural o Rio Cávado. O Monte da Franqueira e o Castro de Faria, Barcelos, distam cerca de 12 quilómetros e ambos estes pontos de referência têm ligação visual com o território de Apúlia. Também a Cividade de Terroso dista cerca de dez quilómetros (Fig. 10).

Para além do Plano de Pormenor para Cedovém (PP para Cedovém), elaborado em 1978 por António Menéres, estas construções não foram alvo de estudo nem plano de preservação, sendo, nos dias de hoje, muito poucos os exemplares existentes, e estando estes, na sua maioria, irreversivelmente modificados e transformados em habitações para férias na zona das Pedrinhas.

A chegada dos Romanos a esta região da Península Ibérica no final do século I a.C., também se refletiu, naturalmente, neste território com o surgimento de duas *villas* romanas: *Menezis* e *Pariatis*. Mais uma vez, nenhuma destas estruturas foi alvo de maior estudo ou tentativa de preservação, o que levou, também por força das características climáticas desta região, ao seu total desaparecimento. No entanto, existem vários documentos que nos permitem datar e localizar, bem como compreender a sua importância.

A *villa Menezis*, ou *villa* de Mendo, como os locais lhe chamam, estava localizada na atual quinta da Ramalha. No século XX, quando esta área começou a ser escavada com o propósito de retirar areia para a construção civil, surgiram vários artefactos e ruínas que deveriam estar encobertos desde a Idade Média[21]. O estudo levado a cabo por Carlos A. Brochado de Almeida nos anos 1950, permitiu a catalogação de vários elementos que o levaram a datar a ocupação desta *villa* algures no século I a.C., atribuindo-lhe uma origem ligada à cultura castreja[22]. Nos anos 1980, já se dava conta da urgência em criar um plano para a preservação destes vestígios[23], mas, como é natural na ausência de medidas que o impeçam, a maioria dos vestígios desapareceu. Existiu, ainda, em 1996, uma empreitada de escavações coordenada por José Manuel Flores Gomes, que concluiu que os vestígios encontrados correspondiam a uma estrutura de apoio ligada à preparação de peixe e também à metalúrgica, indicando que o edifício de habitação estaria localizado a

20 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - IPA.00001939 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1939);
21 Esta região era fortemente afetada por tempestades de areia que destruíam e cobriam campos e construções. Terá também sido este fenómeno natural que levou à destruição e desaparecimento da primitiva igreja de São Miguel de Paredes, cuja localização coincidia com a da *villa* de *Pariatis*;
22 CARVALHO, Helena P. A. (2008), O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis, vol. I, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento, pág. 37 , setembro de 2008;
23 Tanto o PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia de 1984, como o PGU da Apúlia de 1986 referem a existência destes vestígios e a urgente necessidade de preservação do mesmo;



**Fig. 13** Cruzeiro da Agra dos Mouros, localizado na Rua do Cruzeiro dos Mouros, em Apúlia, intervencionado em 1981.

Este traçada coincide com uma das propostas do século XX para a transversal; a sua pertinência mantêm-se.

norte[24]. Esta estrutura estaria certamente ligada à produção de sal e até mesmo à salga de peixe[25], bens e produtos que certamente abasteciam a cidade de Bracara Augusta, que se encontra a cerca de 35 quilómetros.

Cerca de três quilómetros a Norte, quase em linha reta, da *villa Menezis*, e dois quilómetros para Este das primeiras estruturas referidas, encontrava-se a *villa* romana de *Pariatis* (apêndice I). O único vestígio físico que nos permite localizá-la com alguma precisão é um cruzeiro, conhecido como Cruzeiro da Agra dos Mouros, e que pode ter pertencido na verdade à agra de uma igreja românica da qual falaremos mais adiante.

Os documentos medievais do início da nacionalidade apontam várias vezes o nome desta *villa* em doações de senhores como Froila Crescones, e que esta estaria, também, ligada à produção de sal e conservas[26]. Sob o domínio dos mesmos senhores, existiria também nesta região a *villa* de *Sabariz*, não tendo sido possível, no entanto precisar a sua localização[27].

Entre as *villas Menezis* e *Pariatis* poderia existir uma estrada ou caminho, e a ligação, quase direta, entre elas ainda se encontra bastante demarcada no território, mesmo não sendo uma das vias principais ou não estando totalmente pavimentada (apêndice I).

Existem também outras questões ligadas à época do Império Romano que podem revelar uma certa importância deste território: existem várias hipóteses que apontam para a localização da cidade de *Aquas Celenas*[28] em Fão, e com isto a passagem da Via XX do Itinerário de Antonino *Bracara Augusta Asturica Augusta* (Braga Astorga) *per loca marítima*[29], que viria de Braga pelo rio Cávado até Fão (não se sabendo se por terra ou pelo rio) e depois navegada por mar até *Brigantum*, de onde seguia o mesmo percurso terrestre da Via XIX até Astorga[30], por Fão, trazendo naturalmente relevância aos territórios próximos, nomeadamente Apúlia; esta possibilidade interpretativa concorre para a importância das duas *villas*, e o seu papel na organização do território,

24 CARVALHO, Helena P. A. (2008), O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis, vol. I, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento, pág. 37 , setembro de 2008;
25 ALMEIDA, Carlos A. B. de (2005), A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave - Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média, I Seminário Internacional sobre o sal português Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, pág. 150, 2005;
26 Liber Fidei, Doc.21;
27 COSTA, Avelino J. da (1997), O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, Irmandade de São Bento da Porta Aberta, vol. I, pág. 263, 1997;
28 Não deve ser confundida com a cidade Aquis Celenis em Caldas de Reyes;
29 CAPELA, M. J. M. (1995), Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal, com estudo de introdução de Jorge V. Capela, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 3ª edição, Teeras de Bouro,1995;
30 Importa referir que, para a autora Helena Carvalho, à rede viária principal do itinerário de Augustino, as vias XVI, XVII e XIX, convém acrescentar a via secundária que seguia para Oeste, ligando Bracara Augusta à região do vale do Cávado, ao mar e a um possível porto fluvial no rio Cávado; CARVALHO, Helena P. A.,Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis), in Archivo Español de Arqveología, vol. 85, janeiro-dezembro 2012, Madrid, p. 157; Esta poderia ou não coincidir o traçado da Via XX;

explicando como seria feita a ligação das mesmas à rede viária que abastecia o Império Romano.

Se para autores como Vasco Gil Manatas[31] e César Créspan[32], não há dúvidas de que Águas Celenas, *Aquas Celenias* ou *Aquis Celenis*, se localiza na foz do rio Minho, mais propriamente em Moledo, Caminha, para outros, como José da Silva Vieira[33], Zeferino Sequeira[34], Jerónimo Contador de Argote[35], entre outros, não restam dúvidas de que seria em Fão que esta se encontrava. Entre mitos, lendas e factos, ainda não é possível nos dias de hoje localizá-la com certeza, mas ao analisar as distâncias entre postos da Via XX, fornecidas pelo Itinerário de Antonino[36], apesar de ainda um pouco díspares, é mais plausível que os 165 *stadia* (30.5 km) correspondam à distância ente Braga e a foz do Cávado, do que à distância entre a cidade e a foz do rio Minho; mais se aponta que *stadia* é uma unidade de medida marítima, o que nos pode desde já indicar que o percurso é navegável desde o primeiro ponto, o que mais uma vez vem reiterar a hipótese deste primeiro troço do percurso ser correspondente ao percurso pelo rio Cávado. Não podem também ser ignoradas as referências várias à importância do porto de Fão na época imperial, protegido pelo obstáculo natural dos "Cavalos de Fão", e com ligação direta a Braga em menos de 24 horas.

A localização destas duas estruturas permite compreender os atuais limites deste território, uma vez que estão localizadas em extremos opostos do mesmo. Dão-se então dois movimentos: um de afastamento da linha da costa, que pode estar relacionado com a necessidade de maior resguardo face às condições naturais da costa; e um outro de expansão para Sul (apêndice I).

Uma pequena nota ainda sobre o este período: crê-se que o nome Apúlia foi atribuído pelos romanos quando por aqui passaram, uma vez que estas terras à beira-mar lhes fizeram lembrar a sua *Puglia*[37]; não há, no entanto, certezas nem factos que o comprovem. Coincidentemente, foi nessa região italiana que foi construído o Santuário de São Miguel Arcanjo, no local onde alegadamente apareceu ao Bispo Siponto, sendo este também o padroeiro de Apúlia.

Como já referido, no século XII, após a reconquista da Península Ibé-

31 MANTAS, Vasco G. (2016), Bracara Augusta e a rede viária Augustana do noroeste peninsular: Ad Nationes. Ethnous Kallaikon , *in* Celebração do bimilenário de Augusto, editado por Rui Morais, Miguel Batista e Maria José Sousa, Câmara Municipal de Braga, pág. 136-151, 2016;
32 CRÉSPAN. César M. G. (2015), Parte de la vía romana nº XX ''per loca maritima'' iba por el mar, setembro de 2015;
33 VIEIRA, José da S. (1895), Apontamentos para a história de Espozende 1, *in* O Povo Espozendense n.º 171, ano IV, 27 de outubro de 1895;
34 SIQUEIRA, Zeferino (1959), Águas Celenas - Fão?, *in* O Fangueiro, n.º 33, ano II, 28 de junho de 1959, pp. 1 e 2;
35 ARGOTE, D. Jerónimo Contador de (1732), Memórias para a história Eclesiástica do Arcebispado de Braga (...), 1732-1747, livro II, capítulo X, pág. 373;
36 CAPELA, M. J. M. (1995), Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal, com estudo de introdução de Jorge V. Capela, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 3ª edição, Terras de Bouro, 1995
37 CARDOSO, Luiz (1747 – 1751), Dicionário Geográfico, ou Noticia Histórica de todas as Cidades, Vilas, Lugares, (…) D. João V, too I, pág. 510 - "APÚLIA, ou Apulha, vulgarmente chamado Pulha, ou couta da Pulha, nome corrupto de Apúlia, ao que se entende, posto pelos Romanos quando habitaram a Hispanhas em memória da sua Apúlia, Província no reino de Nápoles.";

rica, e à semelhança do que aconteceu noutros locais, vai surgir em *Pariatis* a cristã São Miguel de Paredes. A *villa* romana acabou por ser transformada num centro religioso no qual se acredita ter existido uma pequena igreja do período românico[38], que serviu esta região até ao século XVI, quando, mais uma vez, por força das condições climatéricas, o seu estado de ruína já não permitia a celebração da eucaristia[39].

Desta estrutura pouco ou nada se sabe, uma vez que, até à data, não foram encontrados – nem procurados – vestígios da mesma; apenas se crê que o ainda existente cruzeiro da Agra dos Mouros existia dentro dos limites da vila de São Miguel de Paredes.

Em termos de regência, esta vila pertenceu ao senhor Froila Crescones, que em 1078 doa metade da mesma ao Bispo D. Pedro e à Sé de Braga[40]. Entre vários outros documentos e doação (cronologia comentada pág. 117), destaca-se que em 1140 D. Afonso Henriques coutou estas terras ao mosteiro de Tibães em conjunto com Santa Maria da Estela[41], mas em 1188 o Bispo D. Godinho vem a esclarecer que as terras de Apúlia pertenciam à Sé de Braga[42], existindo até um marco na sua divisão com a vila da Estela, facto reiterado pelas inquirições régias de D. Afonso II, em 1220, onde consta que *Sancto Michaelle de Pulia* está sob o domínio da Sé de Braga, nas terras de Faria, não pagando impostos ao Rei, e conta com 23 casais[43].

Nos dias de hoje são muito poucos os exemplares de campos de masseira da região face a outrora nas regiões de Estela, Navais, existindo apenas um em Apúlia. Alguns populares ainda utilizam o sargaço para adubar as suas pequenas plantações.

É pertinente salvaguardar a cultura da apanha do sargaço e dos campos de masseira, também como alterativa sustentável e eficaz, numa utilização mais responsável dos solos agrícolas.

É importante salientar que, por altura das inquirições régias do século XIII, já se dava nota de que se fazia em Apúlia a apanha do sargaço[44]. Este processo de apanha e seca da matéria orgânica marinha, tão próprio desta região, está também ligado à cultura dos campos de masseira, técnica de cultivo cuja invenção está atribuída aos monges do mosteiro de Tibães e datada do século XVIII. No sul de Espanha, datados do século XVI, existem os *navazos*[45], com uma técnica muito próxima, tendo surgido para responder a necessidades iguais - permitir um cultivo em terrenos arenosos.

Durante este período, as terras de Fão, nunca pertenceram aos mesmos senhores do couto de Apúlia; depois de uma doação ao Mosteiro de Guimarães feita por D. Teresa[46], em 1409, passou a pertencer ao Julgado de Faria, mas foi doada a D. Afonso, conde de Barcelos. Ao contrário do que acontece em Apúlia, foram encontrados em Fão alguns vestí-

38 Assinalada por Avelino Jesus da Costa com o número 15 na obra, COSTA, Avelino J. da (1997), O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, Irmandade de São Bento da Porta Aberta, Vol. II, pág. 14, 2000;
39 NEIVA, Manuel A. P. (1991), Esposende: Páginas de Memórias, Edição do Autor, pág. 81, Esposende 1991;
40 Liber Fidei, Doc.21;
41 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de São Bento, Mosteiro de São Martinho de Tibães, mç. 1, n.º 2;
42 COSTA. P.e Avelino de J. da. (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. II, pág. 8, 1959;
43 (1888) Portugaliae Monumenta Histórica: Inquisitiones, vol. I, Lisboa 1888;
44Idem;
45 SÁNCHEZ, Rubén C. (2012) El Navazo - un ejemplo del patrimonio rural de Sanlúcar de Barrameda, in El Rincón malillo n.º 3, Anuario del Centro de Estudios de la Costa Noroeste de Cádiz (CECONOCA), pág. 18-22, 3 de abril de 2012;
46 Cártula de Fão junto ao mar, 2 calendas de julho da Era 963 (ano 925). F. 46v. Livro de D. Mumadona, Torre do Tombo;

gios correspondentes ao período da Idade Média: uma necrópole datada entre os séculos XI e XIV, descoberta em 1924 e escavada em 1989[47].

Presume-se, portanto, que no período da Idade Média o núcleo habitacional do Couto localizava-se nas imediações da igreja românica, numa economia mista de exploração agrícola e marinha, em que o sargaço já assumia um importante papel (apêndice I). Não se conhece, no entanto, qual poderá ser a ligação com a vila de Fão medieval, sendo pelo menos provável uma ligação comercial, dada a existência do porto marítimo. O foral manuelino de Barcelos de 1515 não inclui as terras de Apúlia, apenas Esposende e Fão[48]; quinze anos mais tarde, o arcebispo de Braga nomeou um tabelião para o couto de Apúlia, que em 1527 contava com 15 casais[49], uma diminuição face ao século XIII; Apúlia também não foi referida no foral de D. Sebastião para Esposende, em 1572[50].

Indicação de que as grandes massas florestais deste território foram plantadas, assumindo um papel importante no equilíbrio da faixa dunar.

Sabe-se ainda que no século XVI, por ordem do rei D. João III terá sido erguido um facho em Apúlia[51], que ainda hoje mantém na toponímia das suas ruas uma chamada do Facho, indicando a possível localização do mesmo; contemporâneo ao facho da Bonança, de Esposende e de são Bartolomeu do Mar, fariam todos parte da linha da esquerda do comando dos fachos da beira-mar da província do Minho, importantes pontos de referência e também de vigia no período da restauração da independência e das lutas liberais[52].

> É necessário assegurar que estes pinhais não desaparecem contribuindo para a instabilidade da paisagem costeira.

Foi também no século XVI, cerca de 1586, que a região foi assolada por uma enorme tempestade de areia – apontada como principal causa do desaparecimento dos vestígios romanos e românicos – que levou a um pedido de intervenção régia por parte da população, que temia a destruição das culturas agrícolas[53]; a solução foi a plantação de um pinhal, no século XVIII, a Sul.

Desta igreja não restam vestígios, uma vez que em 1936 foi erguida uma nova, desenhada por J. M. Viana, exatamente no mesmo local.

No século XVII, mais precisamente em 1655, é fundada em Criaz uma ermida dedicada a São Bento[54]. O lugar de Criaz é várias vezes referido em documentos dos séculos XI e XII[55] como "lugar de lavradores", mas não lhe era conhecida nenhuma igreja.

Em 1696, foi erguida, no lugar da atual igreja matriz, a primitiva Igreja Paroquial dedicada a São Miguel, com cinco altares, mas nave única[56].

47 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – IPA.00026817 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26817);
48 Foral de Barcelos concedido em 1515 por D. Manuel I (https://aqualibri.cimcavado.pt/handle/20.500.12940/11062);
49 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, pág. 223, 1959;
50 Carta Régia de D. Sebastião em 1572 eleva Esposende a Vila (https://arquivo.cm-esposende.pt/details?id=1480);
51 BERNARDINO, Amândio, (1999) Os Fachos da Borda Mar da Província do Minho, Revista Mínia, n.º 7, III série, pág. 41-105, ASPA, Braga;
52Idem;
53 NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, pág. 45, Apúlia, 2000,;
54 NEIVA, Manuel A. P.(1991), Esposende: Páginas de Memórias, Edição do Autor, pág. 86, Esposende,1991;
55 COSTA. P.e Avelino de J. da.(1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. II, pág. 8, 1959;
56 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, IPA. 00021611 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21611);

**Fig. 14** Praia de Apúlia segundo uma ilustração de Manuel G.Viana, em O Minho Pittoresco pág. 207; Já com o edifício da Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro e os moinhos de vento ao fundo.

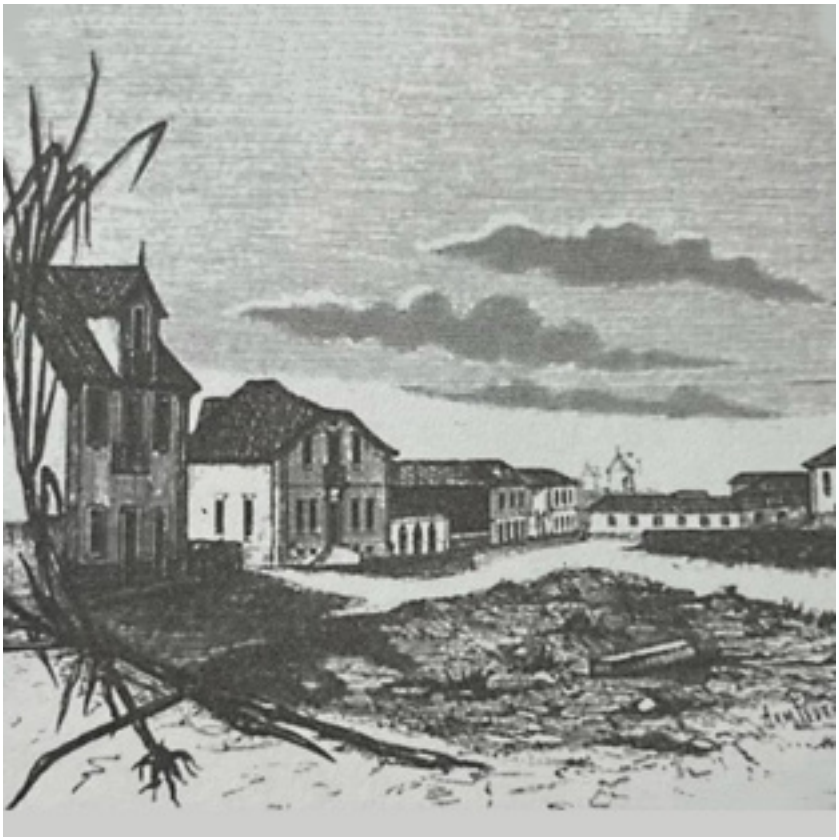


**Fig. 15 e 16** Fotografias do início do século XX de uma habitação, à esquerda, e da Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro, à direita, ambas ilustradas na obra O Minho Pittoresco.





**Fig. 17** Fotografias de agosto de 2023 do edifício da Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro.



Vem substituir a antiga igreja românica, que se encontrava em ruínas em 1610[57], depois de consecutivas tempestades de areia. Está localizada, sensivelmente, a meio do eixo longitudinal que ligava as duas antigas *villas* romanas; constitui um novo núcleo urbano, que contava também com Casa de Couto e forca[58] (apêndice I).

Por esta altura, o Couto de Apúlia incluía o lugar de Bassar, atual freguesia das Necessidades, e uma parte da atual freguesia de

Cristelo[59], sendo a sua extensão territorial de maior profundida do que a atual.

Em 1761 foi pedida autorização ao Arcebispo de Braga para que se pudessem realizar obras na Casa do Concelho, fortemente afetada por um terramoto[60]; esta indicação leva-nos a crer que no século XVIII Apúlia ainda se encontrava sob o domínio da Sé de Braga, responsável pela nomeação dos seus Senhores.

Este movimento constituiu um importante momento para o entendimento daquilo que vem a ser a atual organização do território, uma vez que corresponde a um dos atuais centros urbanos e cívicos da vila (apêndice I).

Em 1820 dá-se a Revolução Liberal, da qual resultou a extinção do couto de Apúlia; a 6 de novembro de 1836, o couto de Apúlia foi oficialmente extinto e integrado, pela primeira vez, na zona administrativa da vila de Esposende[61].

Menos de dez anos depois, em 1845, 15 e 16 de setembro, um incêndio destrói a maioria das construções de madeira utilizadas para armazenar sargaço e ferramentas e provoca uma grave crise em Apúlia que acaba por perder definitivamente a sua autonomia para a Vila de Esposende[62]. Em 1852 foi demolida a Casa da Cadeia da Comarca de Apúlia[63].

É já sobre o domínio da vila de Esposende depois de, a 27 de março de 1865 o novo governador cível de Braga, José Joaquim Vieira, oficiar os seus governadores a informarem quais estradas eram necessárias, que surge a indicação da construção de uma estrada Esposende - Póvoa de Varzim, que passasse por Fão e Apúlia, e uma outra até Viana[64]. Esta viria a ser a Estrada Nacional 13 Porto  Viana, que é, até aos dias de hoje, um importante eixo de ligação entra as duas cidades, tendo sido um alicerce da evolução da vila de Apúlia. Esta surge da já antiga necessidade

57Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, IPA. 00021611 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21611);
58 A localização da antiga forca é sugerida pelo topónimo de uma rua e alegados vestígios da mesma nas pedras de um muro;
59 NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, pág. 50, Apúlia, 2000;
60 Não se sabe se o de Lisboa em 1755; A.D.B., Registo Geral, Livro 62, Fl. 315-315 v;
61 TOMÁS, Ana, VALÉRIO, Nuno. O Decreto de 6 de Novembro de 1836, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Gabinete de Historia Económica e Social;
62 NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia pág. 48, Apúlia, 2000,;
63 Ibidem, páginas 53 e 54;
64 SALEIRO, Raúl de A. (2015), De Viana ao Porto por Esposende até ao Século XX, Estradas, barcas e pontes, *in* Boletim Cultural de Esposende, 2º séria, nº 4, pág. 65- 104, Câmara Municipal de Esposende, 2015;




**Fig. 18** Excerto do Mapa dos caminhos de ferro em Portugal 1895, Rede do Minho.

Esta descrição contrasta com o atual estado do areal das praias de Apúlia, onde as formações rochosas estão a descoberto, revelando vestígios pré-históricos, como por exemplo fosseis de trilobites.

Nos dias de hoje uma parte destes terrenos estão indevidamente ocupados por conjuntos de construções que se encontram em zonas de alto risco de erosão costeira.

É urgente repor o original propósito dos baldios como forma de preservação do cordão dunar, eliminado as construções em risco de ruína.

de formalizar a estrada "da praia", que já em tempos ancestrais ligava as povoações costeiras do Porto até Viana[65].

Mais tarde, em 1895, é reforçada a importância deste eixo com o plano ferroviário a assinalar uma linha que ligaria Vila do Conde a Esposende, reforçada no plano de 1930, que nunca chegou a ser construída. Este ambicioso plano, a ter sido concretizado, deixaria Portugal unido por uma vasta rede de caminhos-de-ferro, cuja pertinência permaneceria até aos dias de hoje. No século XXI como que encontramos um reflexo destes planos na rede de autoestradas que unem o Norte do país.

Em 1866, foram registados em Apúlia 452 fogos e um total de 1368 habitantes[66]. Em 1886 já seriam 1505 habitantes e 377 fogos[67]. Em 1970, eram 2720[68].

Ainda em 1886, o autor da obra *Minho Pittoresco*, descreveu as terras de Apúlia como tendo "areia fofa, o mar sereno, as ondas cariciosas, a planície coberta de milharaes[69], Praia sem nervos, meiga como o beijo de uma irmã"[70]. Já aqui alertava para a rápida expansão do edificado e possível utilização indevida de terrenos.

A ilustração de Manuel Gonçalves Viana, incluída nesta obra, revela que um conjunto de edifícios na zona da atual capela de N.ª S.ª da Guia, nomeadamente o edifício Sá Carneiro, já existia no século XIX.

Os terrenos baldios de Apúlia, cerca de 70 hectares na linha da costa[71], foram, em 1877, doados às gentes de Apúlia pela Casa de Bragança, originária em Afonso I, conde de Barcelos, senhor de Faria, no século XV. O objetivo era que fossem utilizados para a secagem do sargaço[72]. Uma parte foi posteriormente entregue à Direção Geral dos Serviços Florestais para que fosse arborizada, sendo o restante dedicado à seca do sargaço, como inicialmente previsto[73].

Os banhos de mar tiveram início no século XVIII, quando os médicos os começaram a receitar aos seus pacientes mais ilustres como reis e monges[74], como forma de amenizar os sintomas das mais variadas doenças. A região de Apúlia, e toda a costa da Póvoa de Varzim, é, ainda hoje, reconhecida pelas propriedades terapêuticas das suas águas.

Inicialmente considerada perigosa, esta prática tornou-se habitual ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente junto das classes média

65 Idem;
66 NEIVA, Manuel A. P. (1985), O Concelho de Esposende no séc. XIX, três inquéritos do âmbito socioeconómico, *in* Boletim Cultural de Esposende n.º 7/8, pág. 19, Câmara Municipal de Esposende, dezembro de 1985;
67 Vieira, José A. (1886) O Minho Pittoresco, ilustrado, Livraria M. A. Pereira, pág. 211, Lisboa, 1886;
68 Censos de 1970 (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66631947&PUBLICACOESmodo=2);
69 Milheira, minhal, campos em que cresce milho;
70 VVieira, José A. (1886) O Minho Pittoresco, ilustrado, Livraria M. A. Pereira, pág. 203, Lisboa, 1886;
71 NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, pág. 77, Apúlia, 2000;
72 Idem;
73Ibidem, pág. 78;
74 COENTRÃO, Abel (2019), De quando quatro cirurgiões mandaram um monge de Tibãesa banhos à Póvoa de Varzim, *in* Público, 9 de agosto de 2019;

e alta, como refere a autora Susana Lobo: “no geral, verifica-se que a maioria das praias portuguesas são direcionadas para um Turismo de carácter interno, para o veraneante que “vai a banhos” com a família e passa a temporada na sua *villa* à beira-mar ou aluga casa à época”[75].

Naturalmente, as regiões costeiras vão então começar a sofrer processos de transformação urbana acelerados que, no caso da vila de Apúlia se mantêm até hoje. Este momento marca o início do próximo capítulo desta exposição.



**Fig. 19** Praia de Apúlia no século XX, com os moinhos de vento ao fundo.

75 LOBO, Susana L.M. (2012), Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia, parte I, tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2012, pág. 112;

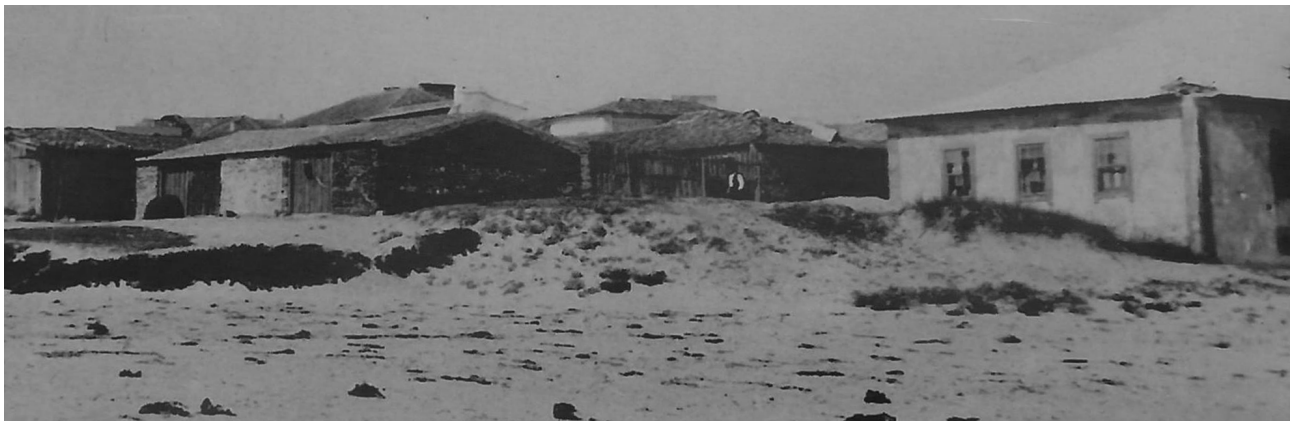


**Fig. 20** Vista da frente da Praia da Couve no início do século XX, com a "Casa da Mariazinha" à direita.

**1936** Construção de uma nova Igreja Paroquial

**1963** Elaboração do PU para Apúlia da autoria do Arq. Viana de Lima

**1968** Projeto para "Aldeia Turística" em Cedovém e Pedrinhas

**1979** Elaboração do PP de Cedovém por António Menéres

**1984** Elaboração do PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia

**1986** Elaboração do PGU de Apúlia

**1987** Criação da área protegida do Litoral de Esposende

**1988** Elevação de Apúlia a vila pelo Decreto de Lei 44/88
Projeto e construção de habitação social no Bairro da Fonte

**1990** Plano para a Frente Urbana da Praia da Couve- Apúlia

**1994** Elaboração de um projeto para o Bairro Piscatório de Cedovém

**1995** Elaboração do PU de Apúlia

**1996** Intervenção na Igreja Paroquial pelo arquiteto Luís Cunha

**2000** Elaboração de um PU para Apúlia pelo arquiteto Manuel Fernandes de Sá

**2005** Processo de reformulação da frente urbana da Praia da Couve

**2013** Processo de união de Freguesias Apúlia Fão

**2017** Elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Apúlia e Proposta de ORU

**2022** Plano Variante Norte entre Apúlia e Fão
Proposta de dissociação da união de freguesias de Apúlia Fão

**2023** Inauguração do Museu do Sargaço
Apresentação do Projeto de Requalificação para Pedrinhas e Cedovém;

## I.II. Da elevação a Vila ao século XXI

A 19 de abril de 1988, o decreto-lei 49/88, garantiu a elevação de Apúlia à categoria de vila do concelho de Esposende[76], mantendo, contudo, a sua dependência face ao mesmo.

Por esta altura, para poder ser elevada à categoria de vila, uma povoação teria de cumprir os seguintes requisitos: "conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 3000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: a) Posto de assistência médica; b) Farmácia; c) Casa do Povo, dos Pescadores, de espetáculos, centro cultural ou outras colectividades; d) Transportes públicos colectivos; e) Estação dos CTT; f) Estabelecimentos comerciais e de hotelaria; g) Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória; h) Agência bancária."[77].

Este facto indica-nos que, no final dos anos 80 do século passado, Apúlia presenciava um fenómeno de crescimento e evolução: entre 1981 e 1991, a população passou de 3854 para 4101, quando 50 anos antes correspondia a 2643; a estes números somam-se também aqueles que, por altura dos meses de verão, lá se deslocam, por períodos mais ou menos longos. Este fenómeno repetiu-se em Fão e Esposende, bem como em outras povoações da zona costeira.

Mas os fenómenos de expansão ligados ao turismo são anteriores ao processo administrativo supracitado e as primeiras tentativas de os controlar surgiram ainda na primeira metade do século XX

Em 1934, após o então ministro das obras públicas Duarte Pacheco ter instituído a obrigatoriedade de elaboração de um Plano Geral de Urbanização (PGU) para todos aglomerados urbanos com mais de dois mil e quinhentos habitantes[78], surge, em 1948/49, o primeiro Anteplano Geral de Urbanização da vila de Esposende, pelas mãos do Eng. José Miranda de Vasconcelos[79].

Mais tarde, e na tentativa de controlar e potenciar os fenómenos de expansão deste território causados pelo fenómeno do turismo balnear, foi elaborado, no início dos anos 1960, um Plano Urbano para Esposende pelo arquiteto Viana de Lima[80], natural desta vila. Para além de Esposende, foram elaborados também planos para Ofir, Fão e para a urbanização da Praia de Apúlia,

Atualmente devido ao processo de União de Freguesias destes equipamentos, perdeu-se o posto de saúde de Apúlia, passando os serviços para a UCSP Apúlia- Fão, mas outros surgiram, como hospital e bombeiros, localizados em Fão.

> A população apuliense está extremamente desagradada com o encerramento deste equipamento, uma vez que a UCSP se encontra a cinco quilómetros da anterior, a maioria dos utentes são idosos e a rede pública de transportes é altamente insatisfatória. Alegadamente, a decisão de encerar a Unidade de Saúde em Apúlia, tomada pela ACES Cávado III no final de 2022, é temporária.

Esta primeira abordagem previa uma exploração intensiva das zonas de duna primária natural da época., que acabou por não ser tão grave como previsto, por falta de concretização do plano.




**Fig. 21** Monumento de elevação de Apúlia a vila.

76 Diário da República: 1.ª série, n.º 91, 19-04-1988, lei 47/88;
77 Lei n.º 11/82, de 2 de junho - Regime de Criação e Extinção das Autarquias Locais e de Designação e Determinação da Categoria das Povoações (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 8/93, de 5 de março);
78 Decreto-lei n.º 24/802 de 21 de dezembro de 1934;
79 (2009) Esposende Ensaio Urbano de Vila a Cidade, Câmara Municipal de Esposende, 2009, 1.ª edição, pág. 105;
80 FAUP. CDUA, núcleo B, fundo VL, série ARQ/001 a /192, 075 - Plano de Urbanização de Esposende, Apúlia e Ofir + Urbanização a norte do hotel e Dunas a norte da foz do rio Cávado + loteamento + Consultoria, 1963-1965;

**Fig. 22** Plano de Urbanização da Praia de Apúlia, Viana de Lima, 1960, com a Avenida da Paria e a "Casa da Mariazinha" assinaladas a vermelho.

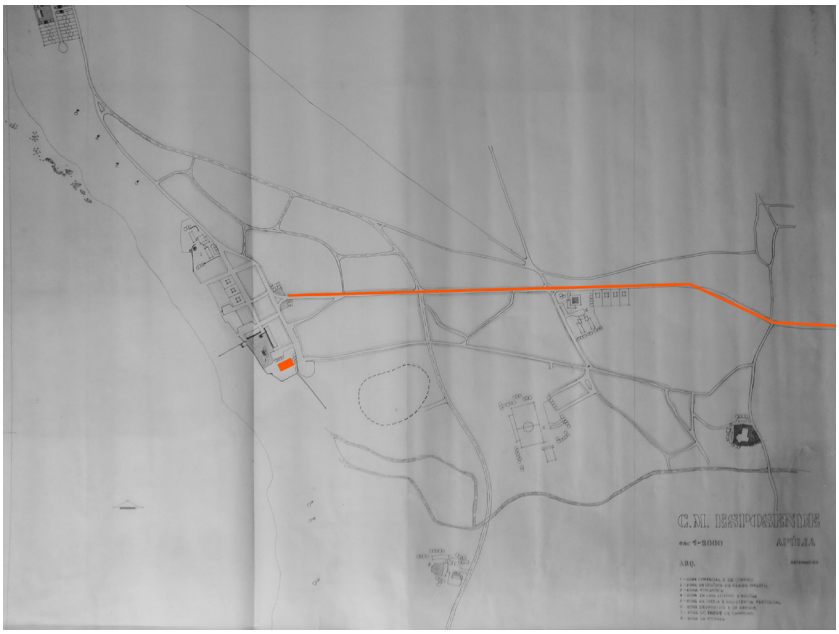



**Fig. 23** Vista da praia da Ramalha, com dois dos moinhos a Sul, o edifício da Casa do Cónego e a "Casa da Mariazinha"; foi esta a Apúlia que Viana de Lima conheceu. Os 3 moinhos a Sul desapareceram completamente na segunda metade do Século XX. Fotografia de Artur Pastor, 1950/60.



Ao contrário do que acontece em outros planos, que eram de revisão, o Plano para Apúlia é elaborado de raiz, já que não existiam outros anteriores[81]. Elege a criação de uma pousada, um parque de campismo e uma colónia de férias, numa intenção clara da Câmara Municipal de Esposende (CME) de intensificar o turismo na região. Delimita uma zona piscatória, a Norte, e uma zona desportiva e de parque, e outra de comércio, ambas a Sul; propõe uma nova localização para a casa do povo, no cruzamento da Avenida da Praia com a atual Rua da Casa do Povo, e redesenha o arranjo do adro da igreja matriz.

Fazia também parte do plano a definição das vias de comunicação entre os elementos referidos anteriormente, que seriam estruturantes do território e correspondem às atuais Avenida da Praia, Rua do Facho e Rua do Cruzeiro, e à proposta de um eixo paralelo à linha do mar entre a Quinta da Ramalha e a Rua do Facho (Fig. 22). Nenhuma destas propostas seguiu avante.

O que acabou por acontecer foi o surgimento de um eixo muito mais próximo da costa que une a Praia da Couve à Praia da Ramalha; seguindo depois até à Estela, pressionando a duna primária.

Por esta altura uma das preocupações da CME era fixar a estrada Apúlia - Fão pela Bonança[82], elemento de extrema importância até aos dias de hoje; o novo eixo proposto seria como que a continuação dessa estrada, mas mais interior, fazendo ligação à mesma pela Rua do Facho.

Revela já a forte preocupação com aquilo que a rápida ascensão do turismo balnear poderia causar neste tipo de território, no entanto define que a zona turística deveria corresponder à primeira linha de mar, faixa dunar primária e secundária.

Em seguida surge o Esboceto do Anteplano da Urbanização (AU) de Esposende de 1967 (Fig. 24). Por esta altura Esposende ainda era uma vila, sede do concelho com o mesmo nome, no qual se incluía Apúlia, sob seu domínio desde 1834.

Posteriormente surge o movimento contrário, de afastamento e tentativa de estabelecer um eixo interno.

Surge numa altura em que toda esta região começa a perder o seu carácter exclusivamente piscatório e agrícola, para ganhar cada vez mais um carácter ligado ao turismo balnear.

O principal objetivo era, à escala regional, "procurar orientar e organizar o desenvolvimento e evitar dispersões que pudessem vir a revelar-se funestas"[83], referindo-se à mudança de paradigma provocada pelo turismo balnear, que naturalmente também acarretaria consequências graves.

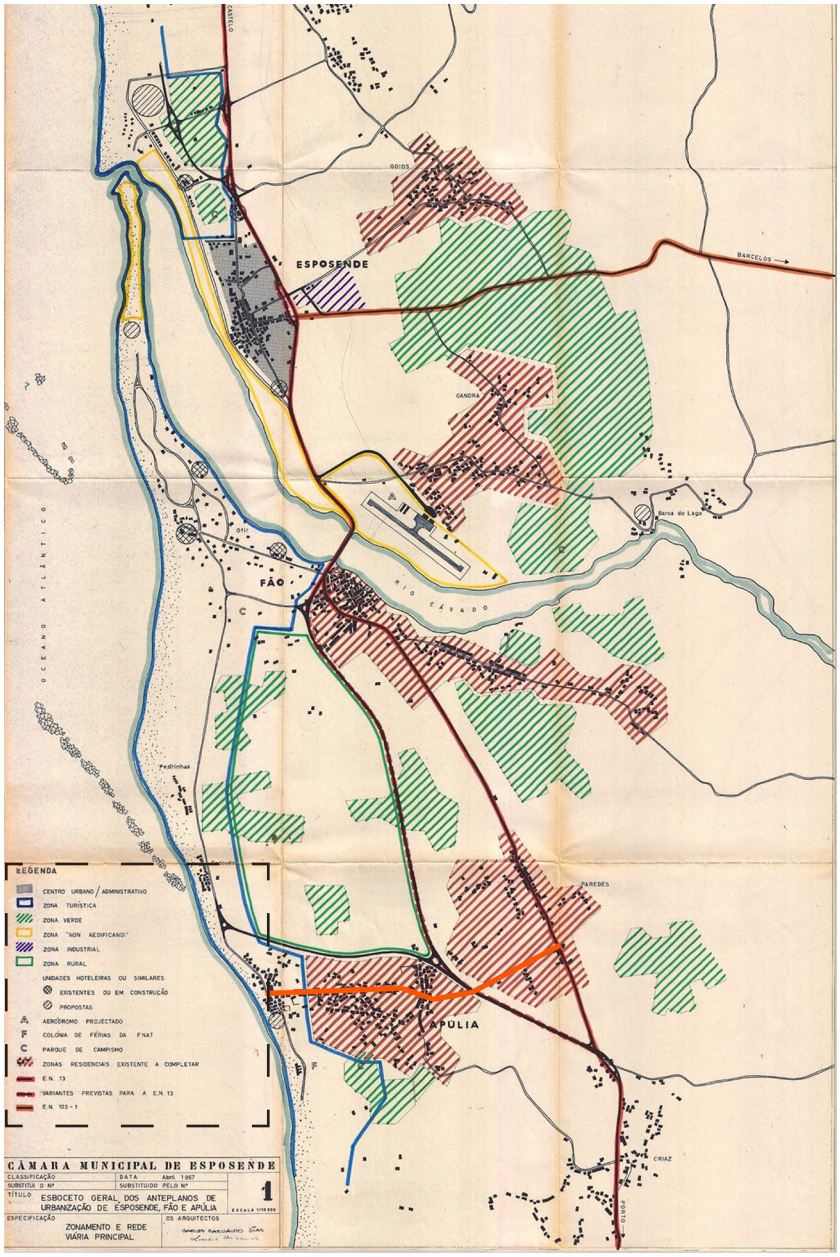
Faz a divisão do território em zonas (Fig. 24), sendo que no território da vila em estudo se encontram as seguintes: zona turística, delimitada a azul, concentrada unicamente na costa, contendo o primeiro e segundo cordões dunares; zonas verdes, com traço a verde, assinalando as principais massa verdes composta por pinhal; zona rural, delimitada a verde, na zona norte, desconsiderando, ou não assinalando, os campos de cultivo existentes a sul; e as zonas residenciais existentes a completar, de onde se destacam duas áreas, uma na zona central da vila (Areia) e outra em Paredes, não estando o lugar de Criaz assinalado.

O hotel de Ofir foi inaugurado em 1945, ou seja, antes de qualquer plano ordenador ter sido lançado, e ampliado em 1966 e 1970. A definição de uma zona turística no primeiro cordão dunar foi um erro neste anteplano, pois deu azo a que fossem levadas a cabo empreitadas que no século XXI correm o sério risco de ruir devido à erosão costeira, provocada, também, pelas alterações que estes próprios empreendimentos causaram na estrutura das dunas.

Demarca ainda duas vias principais, a Estrada Nacional 13 (N13), pré-

81 FILIPE, Tiago (2006 -2007), Alfredo Evangelista Vina de Lima em Esposende 1946-1987, Prova Final para Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2006/07, vol. I, pág. 39;
82 Idem, pág. 43;
83 Esboceto do Anteplano de Urbanização de Esposende, memória descritiva, pág.1;

**Fig. 24** Esboceto Geral do Anteplano de Urbanização de Esposende, Fão e Apúlia – Zonamento e Rede Viária Principal, abril de 1967, com a Avenida da Praia demarcada a laranja.






-existente com o traçado que hoje conhecemos, e uma proposta para a "variante prevista para a N13", que faria o desvio do trânsito desde a zona da Estação Radionaval, um quilómetro para Oeste, e depois seguiria um percurso mais ao menos paralelo ao da N13, até à ponte de Fão. Este projeto revela que já em 1967, havia a necessidade de desviar o trânsito da Estrada Nacional, e criar uma alternativa para que os habitantes se conseguissem deslocar de forma mais rápida até à vila vizinha, e até mesmo Esposende, sem o congestionamento natural de uma estrada que era, à época, o único eixo de ligação entre as cidades de Viana do Castelo e Porto.

Este novo eixo longitudinal corresponderia ao prolongamento do eixo que fazia a ligação entre as duas antigas *villas* romanas: está até aos dias de hoje claramente demarcado no parcelamento do território.

Estava também prevista a criação de uma via que deveria unir a estrada variante à zona de Cedovém, no lugar da Forca, num percurso semelhante ao da atual Rua do Furado.

> Apesar de não ter sido construída, parece ainda poder vir a ser pertinente, pois a A28 não tem nenhuma saída antes de Esposende; para além de desviar o trânsito, ajudaria a criar um eixo de expansão controlado, permitindo também a ligação mais direta a Paredes.

Apesar de definir duas zonas *non aedificandi* na Foz do Rio Cávado, este plano não define qualquer estratégia com vista à preservação do cordão dunar, o que virá, mais tarde, a revelar-se problemático. Da mesma forma, não lança quaisquer propostas de desenho para o espaço público da vila de Apúlia.

Corresponde à delimitação da zona residencial. Pode ter surgido na tentativa de criar um eixo de contenção, mas principalmente como meio de desviar o trânsito do centro urbano.

> O traçado é relativamente semelhante ao da proposta para a estrada variante norte em 2020. Apesar de o desenho da mesma não ser considerado o mais pertinente, a ideia de promover uma ligação viária mais direta à zona de Cedovém mantem-se pertinente, desviando o transito da Avenida da Praia e reduzindo os constrangimentos.

Um ano depois, em 1968, foi aprovado pela CME um projeto dos arquitetos José Pulido Valente e Alcino Soutinho, encomendado por José dos Santos Silva e a sua esposa, para uma "Aldeia Turística" localizada em Cedovém e Pedrinhas[84], demonstrando o crescente interesse turístico na região. O mesmo não chegou a ser executado.

Em 1977 o arquiteto António Menéres foi contratado pela CME para desenvolver um Plano de Pormenor para as Pedrinhas do qual se conhece a planta de implantação (Fig. 25), que constitui, nos dias de hoje, uma importante fonte de informação. A maioria das construções das Pedrinhas foi transformada em habitação para férias, quando o seu propósito no final dos anos 1960 era ainda o de armazenar os utensílios ligados à faina marítima[85].

Um ano depois, o mesmo arquiteto elaborou um Plano de Pormenor (PP) para o aglomerado Cedovém[86]. Na memória descritiva começa por alertar para a "triste realidade" da progressiva alteração da paisagem natural e humana devido à falta de políticas de proteção do litoral que impeçam a extração desmesurada de areia na orla costeira e a implantação de habitações que não obedecem a quaisquer tipo de condicionamentos[87]. Justifica a necessidade da proposta com o risco iminente de desaparecimento dos

84 Urbanização da Aldeia Turística em Cedovém - Pedrinhas na freguesia de Apúlia, 1969, AMESP, Pt. n.º 15629;
85 Em 1968, um pescador interpôs um pedido junta da CME para reparar os estragos causados pelas intemperes na sua "barraca" em Cedovém, algo que lhe foi negado posteriormente por se tratar de uma obra sem licenciamento. AMEPS, Embargos e Demolições sem licença, 1966-1969, Cx. D2 2122;
86 PP de Cedovém, António Menéres, 1978, Memória Descritiva, pág. 1, AMESP, Cx. D2 2122;
87 Idem;

**Fig. 25** Plano de Pormenor para as Pedrinhas, Planta Esquemática, António Menéres, 1978.

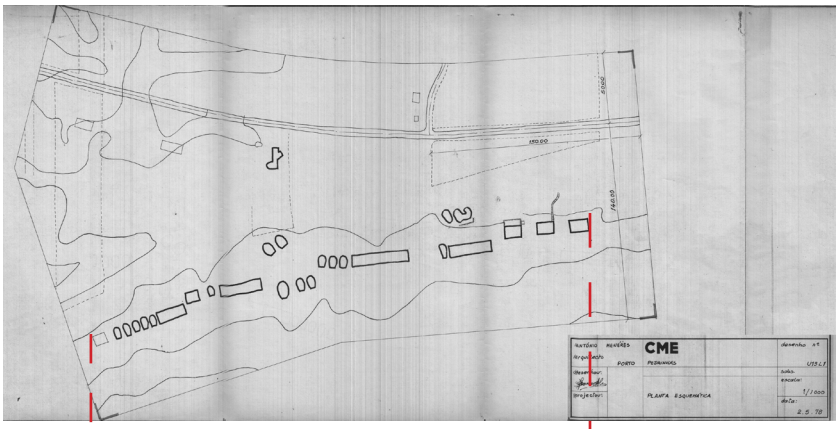



**Fig. 26** Vista aérea sobre o bairro das Pedrinhas 2022.



**Fig. 27** Excerto da planta da situação atual, Plano de Pormenor de Cedovém, António Menéres, 1979.

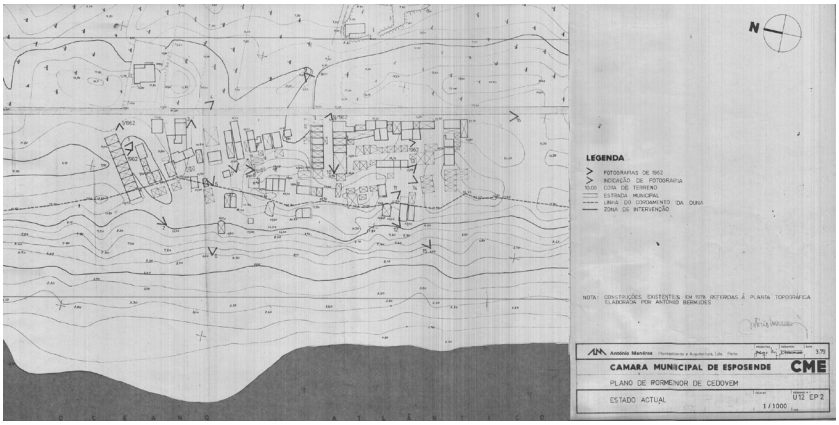
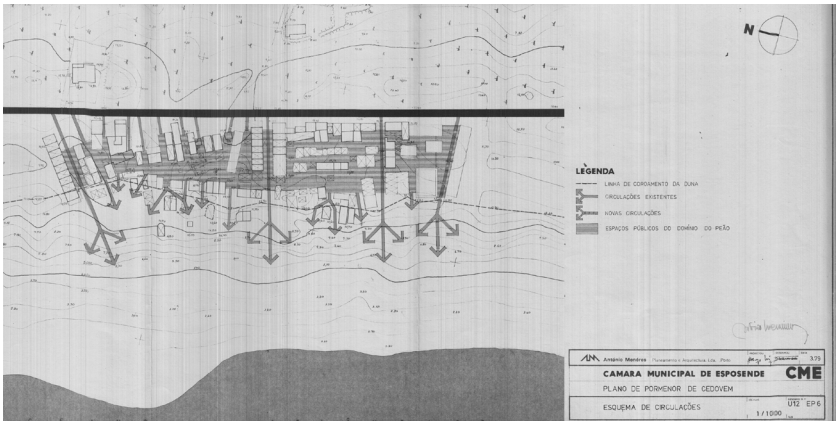



**Fig. 28** Excerto da planta do esquema de circulações Plano de Pormenor de Cedovém, António Menéres, 1979.



vestígios etnológicos enumerados por Jorge Dias em Cedovém e nas Pedrinhas[88].

Alertando para o facto do lugar se encontrar num "avançado estado de degradação, quer quanto à sua estrutura física, quer quanto ao próprio estado de conservação das suas construções mais significativas"[89], elabora um estudo prévio do qual resulta uma planta "Análise da Situação", que constitui à data o elemento desenhado mais detalhado de Cedovém, no qual é possível perceber ainda as construções em forma de barco, e que se encontra atualmente muito modificado (Fig. 27). Já nesta altura uma parte das construções se encontrava adaptada para segunda habitação, naquilo a que o arquiteto chamou de "mutilação" do habitat das populações de pescadores e sargaceiros[90].



**Fig. 29** Hotel e apoios balneares de Ofir à época da Sua construção. Note-se a proximidade ao mar, construídos no primeiro cordão dunar.

As principais linhas de ação passavam por conter o aglomerado de Cedovém, eliminar as construções devolutas, introduzir novas construções como instalações sanitárias, revitalizar o património arquitetónico, estabilizar os solos e pavimentar e valorizar o espaço público.

Este plano não foi concretizado, estando atualmente prevista a total demolição deste aglomerado, ameaçado pela erosão costeira.

Em 1984, quase duas décadas depois do plano anterior, e sem sinais de terem sido levadas a cabo as propostas, surge um PU para Esposende[91] e o primeiro PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia. O seu principal objetivo era "compatibilizar a defesa e recuperação da qualidade paisagística da zona, do seu equilíbrio ecológico e valor agrícola com a necessidade de desenvolvimento turístico"[92], reforçando que a vertente turística não se deve sobrepor à defesa do equilíbrio ecológico e das atividades agrícolas.

O uso de termos como "defesa" e "recuperação" pode indicar que já nos anos 1980 começavam a surgir questões relacionadas com a falta de regulamentação, que levariam à perda irreversível de uma série de valores naturais, patrimoniais e culturais.

Apesar de este plano incidir, maioritariamente, na zona de Fão, algumas das suas medidas/conclusões revelam sinais de alerta que também se vieram a refletir na vila de Apúlia: aqui, a Direção Geral dos Portos mostra-se contra todo o tipo de construções na zona litoral[93] – cordão dunar – provavelmente referindo-se ao facto de o PGU considerar uma zona de aldeamento turístico e unidade hoteleira numa zona de duna primária de sentido restrito, sendo que a memória descritiva alerta para o facto de que "a fragilidade da sua estrutura impõe os maiores cuidados no tratamento que lhe for dispensado, pelo que importa a preservação do seu perfil de equilíbrio, evitando a sua correção quer pelo excessivo pisoteio, quer pela destruição da vegetação espontânea que a cobre."[94]; o PGU não prevê a proibição da construção nos cordões dunares primário e secundário.

Apesar de alertarem para a fragilidade do cordão dunar e para a importância da sua preservação, não travaram a expansão da unidade hoteleira, lá instalada desde 1947 (ampliado em 1962 e 1970) e a finalização da construção das torres de Ofir, iniciada em 1973. Teria sido o momento ideal para travar a destruição da duna de Ofir, que levou a consequências nefastas nas últimas décadas, pondo em risco a viabilidade destas construções. Em 2002, o então ministro do ambiente, José Sócrates, anunciou a demolição das torres, mas 20 anos depois elas ainda se encontram de pé.

Este plano considerava também a criação de uma zona tampão, que

88 PP de Cedovém, António Menéres, 1978, Memória Descritiva, pág. 2, AMESP, Cx. D2 2122;;
89 Idem;
90 Ibidem;
91 Executado por Berardo Ferrão e Francisco Barata, AMESP;
92 PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia 1984, memória descritiva e justificativa, pág. 1;
93 Idem, pág. 11;
94 PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia 1984, memória descritiva e justificativa, pág. 2 e 3;

**Fig. 30** PGU de Apúlia, Esquema Estruturante, 1987.

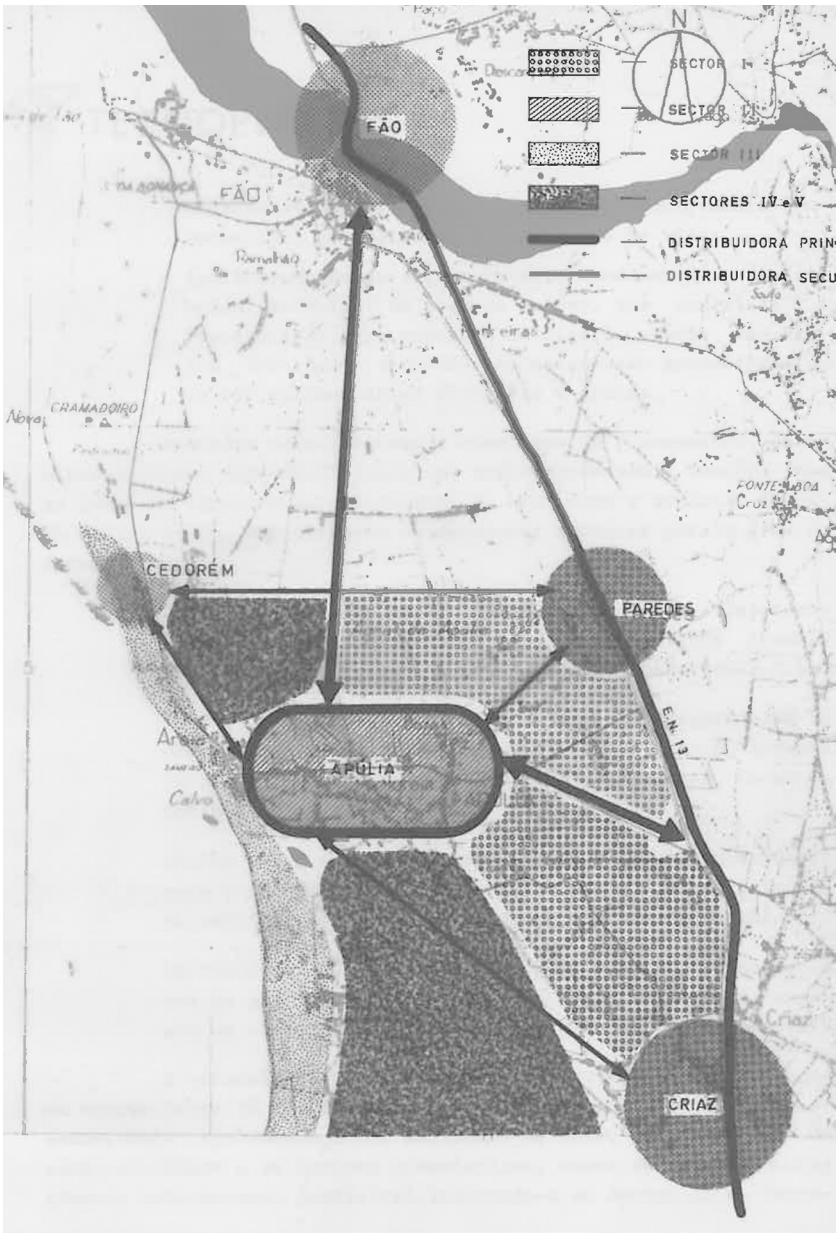



**Fig. 31** PGU de Apúlia, Solução Proposta, Esquema Síntese 1987, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho.



poderia comportar um campo de golfe e centro hípico, que englobaria parte da duna primária, e teria como principal objetivo impedir os atravessamentos transversais que ameaçavam o equilíbrio dunar, e manter a permeabilidade do solo. Esta zona estaria localizada entre Apúlia e Fão e serviria também como instrumento de controlo da expansão do edificado[95].

Esta zona tampão não chegou a ser implementada, o que permitiu o crescimento desgovernado dos aldeamentos na zona de Cedovém, apesar do despropósito da proposta do campo de golfe, uma vez que existia já um na Estela;

Uma outra medida que afetaria mais concretamente a organização do território da vila de Apúlia previa a construção, mais uma vez, de uma variante à N13 (Fig. 30), diferente da proposta em 1967, desta vez com o intuito de desviar o trânsito da costa – zona de Cedovém – para o interior, de modo a proteger a zona de solo agrícola e a zona de pinhal. Mais uma vez esta intervenção não foi levada a cabo.

> Não só não foi implementado, como foi ignorada a necessidade de criar medidas que impedissem a construção de complexos habitacionais que, para além de comprometerem a estabilidade do cordão dunar, levaram à destruição de grandes massas florestais. O PGU previa a preservação e ampliação dos pinhais.

Previa também a ligação entre a zona das Pedrinhas e a N13, por um troço que existe até hoje, mas que não se encontra pavimentado na totalidade e não permite um escoamento eficiente do trânsito devido à sua reduzida largura.

Desta vez, propunha que a ligação Apúlia - Fão fosse feita a partir da Rua da Lagoa, no seu cruzamento com a Avenida da Praia. A segunda via corresponde ao troço que faria a ligação da antiga *villa* de *Pariatis* ao mar. Mais uma vez as propostas vão de encontro ao traçado de vias pré-existentes, e que se mantêm demarcadas no território até hoje.

Ainda no planeamento da rede viária, já se previa a criação de uma estrada variante à N13, com uma nova ponte sobre o rio Cávado, bastante similar ao troço da Autoestrada 28 construído em 1998, como IC1, entre a Póvoa de Varzim e Neiva.

> Continua a ser necessário reorganizar a rede viária principal. As atuais propostas não levam em consideração as necessidades que já em 1967 e 84 existiam. A ampliação e pavimentação deste troço é anda hoje uma necessidade, uma vez que permite deslocar o trânsito da zona de Cedovém de forma mais rápida. No entanto exige cuidados pois faz a travessia de uma zona agrícola que nos interessa preservar.

Entre outros, o plano de 1984 levantava ainda dois alertas: a necessidade de preservação dos vestígios das ocupações anteriores, nomeadamente o Cruzeiro da Agra dos Mouros; a criação de zonas dedicadas ao estacionamento.

De entre todas as medidas, algumas foram tidas como prioritárias. Coincidentemente, foram as que não foram levadas a cabo: a via distribuidora Apúlia Fão; a proteção da duna primária; a zona tampão.

> Um fator comum a todos os planos é a grande preocupação com o equilíbrio ecológico, no entanto, este nunca foi tido em real consideração.

Dois anos mais tarde, surge o PGU de Apúlia. O seu principal objetivo, à semelhança dos anteriores, era levar a uma ocupação equilibrada do solo, do ponto de vista urbanístico e ecológico, criando condições que favorecessem a gestão dos recursos físicos, técnicos, ecológicos e humanos disponíveis[96].

Este plano previa um aumento considerável da população no concelho de Esposende: em 2010, em Apúlia deveriam existir 5300 habitantes[97]. De facto, em 2011 eram 4198. Em 2021 a população de Apúlia deveria rondar os 4500 [98], menos 800 do que se previu para 2010.

Considerava vários tipos de ocupação do solo com diferentes características, correspondentes a zonas diferentes da vila: lugar de Igreja, em que a larga maioria eram casas rurais e os seus anexos; lugar de Criaz, casas rurais e os seus anexos, com os melhores exemplos da "casa agrícola apuliense"; lugar de Areia, zona de expansão desordenada devi-

95 PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia 1984, memória descritiva e justificativa, pág. 6;
96 PGU de Apúlia 1986, solução proposta, pág. 1;
97 Idem, pág. 6;
98 Ver nota de rodapé 5;

Esta análise é indicativa do fenómeno ligado ao turismo balnear, e corresponde muitas vezes a um tipo híbrido de habitação uni-plurifamiliar em que nas traseiras da casa de habitação se construíam anexos para alugar aos banhistas, ou para a família residir enquanto alugava a casa principal.

Esta realidade não se alterou, deve, aliás, ter-se agravado, o que gera problemas não só a nível da organização do território, como favorece a especulação imobiliária que está a impedir os locais de permanecerem na vila.

Apesar de já aqui ter sido lançado o alerta, nada foi feito para permitir que os vestígios romanos fossem preservados, e até mesmo a cultura dos campos de masseiras, intrinsecamente ligada à apanha do sargaço, caiu completamente em desuso devido á exploração maciça de areias para a construção.

Apesar de ser uma das necessidades mais urgentes, não foi executado qualquer plano estratégico ligado à melhoria das condições do estacionamento.

A principal preocupação de todos os planos estudados, foi sempre o elemento mais negligenciado em todos as fases de expansão do território.

do ao turismo; zona balnear, casas com anexos para alugar; lugar de Paredes, conjunto disperso com construções mais recentes (Fig. 31). Localizava o comércio maioritariamente nos lugares de Areia e Igreja, nomeadamente nos pisos térreos das casas de habitação unifamiliar, e alerta para a necessidade de criação de novos equipamentos ligados ao turismo e à educação.

Revela que entre 1971 e 1980 o núcleo habitacional cresceu 30%, mas a população só 21%. Em 1981, na zona de Areia, só 50% dos fogos eram de habitação permanente, e ainda não existia rede de saneamento, sendo que 25% da população não tinha água em casa, e dos que tinham, só 40% era do serviço público[99].

A nível do património histórico e cultural, foram listados alguns pontos de interesse, tais como os vestígios da *villa Manezis* na Quinta da Ramalha, a antiguidade da igreja matriz, datada de 1696 e a importância das tradições ligadas à apanha e seca do sargaço[100].

Também aqui já se assinalava a falta de estruturas de apoio à zona balnear, principalmente a falta de estacionamento junto das praias. Na solução-proposta, é sugerida a criação de zonas de aparcamento em espaços mais interiores e de elevado grau de acessibilidade[101]. Aqui também se considera que uma destas zonas de estacionamento deveria estar localizada junto do terminal de transportes, de modo a eliminar os constrangimentos causados pelo aparcamento dos autocarros junto à praia.

A solução-proposta previa, em primeiro lugar, proteger e valorizar as áreas naturais a as paisagens protegidas – praia e duna primária. Foi equacionada de modo a maximizar a integridade das áreas agrícolas, permitindo a continuidade física dos solos agrícolas e florestais, protegendo-as[102].

Foram criadas, a partir do desenho da nova rede viária, áreas de contenção de expansão, com o objetivo de restringir o crescimento do núcleo edificado disperso na zona agrícola; isto incluía as zonas de Criaz e Paredes.

A CME viria a criar, em 1987, a área protegida do litoral de Esposende, atualmente Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), que se estende ao longo de 16 quilómetros, abrangendo o território em análise, naquilo que foi descrito como: "um cordão de praia arenosa e de dunas primárias e secundárias (cuja largura oscila entre os 50 e os 300 m) de grande instabilidade e risco de erosão"[103]. A criação desta denominação vai ao encontro do desejo de proteger e valorizar as áreas naturais expresso no PGU de 1986, mas não impediu intervenções nefastas na costa, como a construção dos esporões, ou de novos conjuntos edificados nas zonas do cordão dunar.

Ao nível dos equipamentos, ficou prevista a criação de: um centro de apoio agrícola; um centro cívico – Cedovém; um jardim de infância;

99 PGU de Apúlia 1986, solução proposta, pág. 11;
100 Idem, pág. 16;
101 Ibidem, pág. 21;
102 Ibidem, pág. 15;
103 Decreto de lei n-º 357/87, 17 de novembro de 1987;

escola primária; escola do ensino básico; expansão do cemitério; construção de uma colónia de férias e de um parque de campismo; habitação social; estação de tratamento de águas; e, por fim, zona de estacionamento e terminal de transportes.

A colónia de férias foi implementada justamente na zona de duna primária e os planos para a criação de aparcamento e terminal de transportes nunca foram levados a cabo.

O esquema estruturante apresentado em 1987 (Fig. 31) considerava os seguintes sectores: I, a nascente, englobava espaços de exploração agrícola inseridos na paisagem aberta e os aglomerados de Paredes e Criaz; II, ao centro, constituído pelos aglomerados de Igreja e Areia, espaços verdes de penetração e pelas áreas recentes de expansão para norte e sul; III, a poente, constituído pela zona de praia, duna primária em sentido restrito e a zona de Cedovém; IV e V, respetivamente a Norte e a Sul, são constituídos por zonas de exploração agrícola em áreas florestais.

O desenho sugere dois tipos de vias de distribuição, dando a entender que seria implementada uma via principal circular em torno do centro urbano densificado, conectada por outras duas com a N13 e com o centro urbano da vila de Fão – já proposta no plano de 1984. Considerou, ainda, duas vias de distribuição secundárias que fariam a ligação do centro urbano com os lugares de Paredes e de Criaz, a par de uma terceira ligação entre Cedovém e Paredes, perpendicular à via Apúlia - Fão.

A via circular, que servia também como elemento de contenção da expansão, é hoje em dia parcialmente constituída pela variante sul, que deverá ser brevemente complementada pala variante norte, anunciada em 2020, e que já não conseguirá cumprir a sua função de elemento de contenção;
Mais uma vez, a ligação Apúlia- Fão pelo interior, não foi concretizada, continuando a ser uma hipótese pertinente.
Em relação aos outros eixos de distribuição secundária, podemos dizer que os mesmo existem, mas da mesma forma que já existem nos anos 1980, maioritariamente sem pavimentação, sem iluminação, e com dimensões insuficientes – condições pouco atrativas para os condutores.

Apesar da criação do PNLN, a partir dos anos 80 do século XX, e sempre na tentativa de travar a rápida erosão costeira causada por intervenções anteriores no cordão dunar, começaram a ser construídos esporões ao longo da costa de Ofir e Apúlia. Estas estruturas rígidas de engenharia costeira, dispostas transversalmente ao sentido da linha da costa, servem essencialmente para promover a sedimentação de areias, travando a erosão.

Mas, na costa norte portuguesa, verifica-se o seguinte fenómeno: a construção de um esporão promove a acumulação de areias a norte da intervenção, mas acelera o processo de erosão a sul. Foi exatamente este o fenómeno que ocorreu entre Ofir e Apúlia: depois da construção do primeiro esporão de Ofir, para proteger um aldeamento turístico, foi necessário construir um para proteger o Hotel e as Torres de Ofir; depois foi necessário construir o esporão de Cedovém e em seguida o esporão mais a sul de Apúlia, sempre para tentar travar os dados causados no cordão dunar pela intervenção anterior.Uma reportagem, exibida em fevereiro de 2023[104], fez uma comparação com uma outra, exibida em 1993, na qual já se dava conta dos problemas causados pela erosão marítima. Segundo esta, há 30 anos previa-se a demolição de 220 casas nas praias de Esposende por se encontrarem em zona protegida e de domínio público – baldios, tendo sido construídas à margem da lei. Informa que entre 1958 e 2010, o cordão dunar entre as zonas da Bonança e das Pedrinhas recuou em média 60 metros; entre 2018 e 2021 o recuo foi de 15 metros. Na praia da Meia Laranja, zona sul de Apúlia, o extenso areal transformou-se nos últimos anos numa formação rochosa.

Atualmente os processos de erosão costeira ocorrem a um ritmo muito acelerado, sendo que estas intervenções já de nada servem. Foram provavelmente elementos aceleradores.
É urgente que se leve a cabo um plano de recuperação para a zona costeira, e também que sejam realizadas as intervenções necessárias para garantir que a força das águas do mar não colocará em perigo vidas humanas, nem que para isto tenham de ser executadas demolições.

104 Portugal mudo - Trinta anos depois, as casas estão cada vez mais perto do mar, SIC Noticias, 11 de fevereiro de 2023;

**Fig. 32** Vista aérea da localização dos quatro esporões construídos entre a Foz do Rio Cávado, a Norte, e a Pria da Ramalha, a Sul; construídos consecutivamente de Norte para Sul. Avenida da Praia assinalada a vermelho.

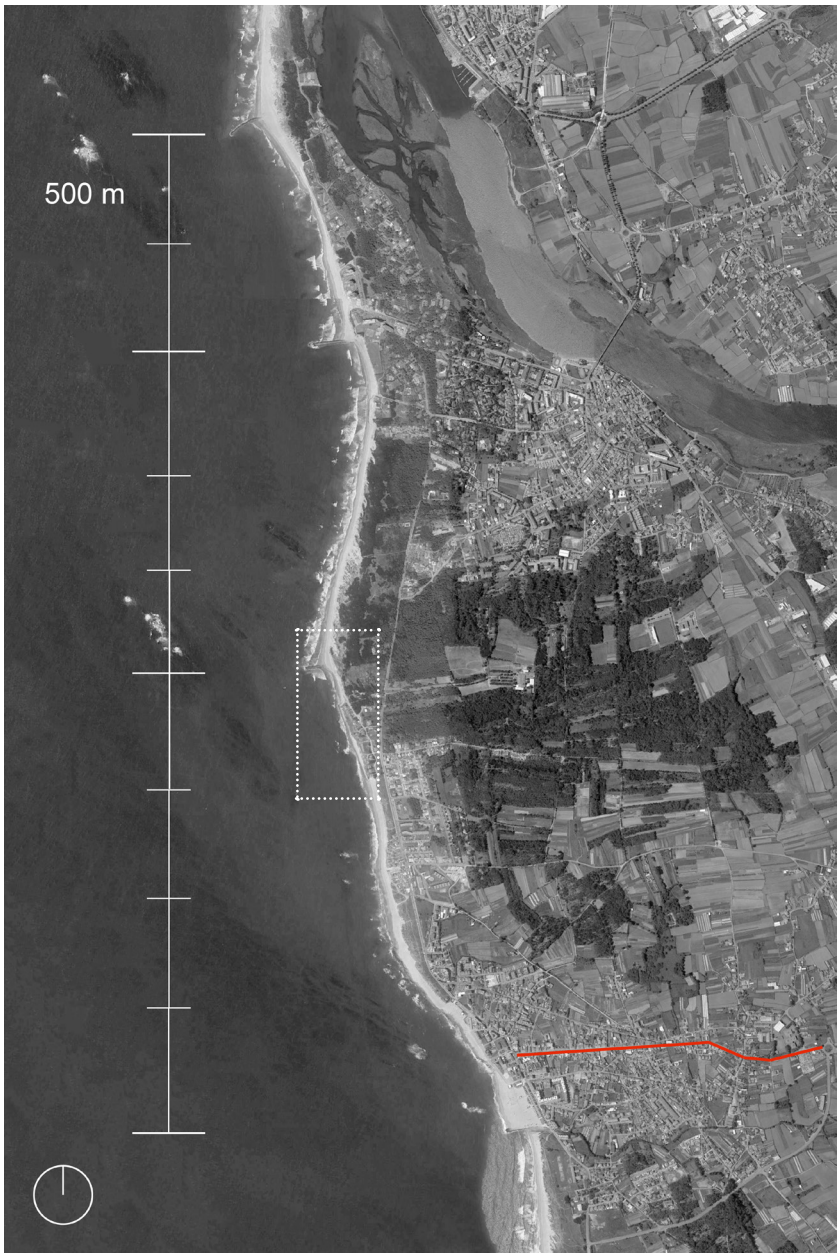
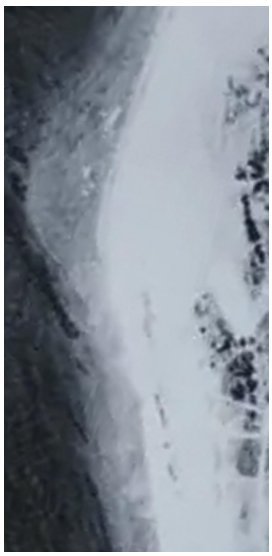
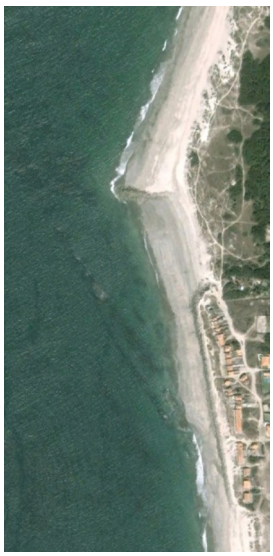
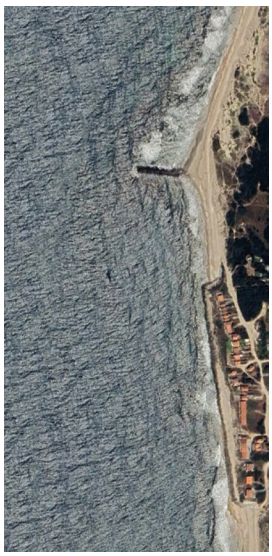



**Fig. 33** Vista aérea do aglomerado das Pedrinhas antes e após a construção do esporão, em 2003 e 2023, da esquerda para a direita.









A Agência Portuguesa do Ambiente afirma que as praias de Ofir e Apúlia "apresentam um quadro geral de erosão intensa"[105], provocado pela retenção de areias nas barragens dos rios Lima e Cávado, e pelos esporões, que resultam na diminuição dos areais do Sul e na destruição das dunas.

As consequências da rápida erosão costeira são uma das principais preocupações na atualidade da vila. Existem conjuntos de habitação primária inseridos em zonas de risco eminente de destruição natural, o que coloca em causa vidas humanas e perdas irreversíveis para a população que nelas habita.

Em Apúlia, ainda não foram levadas a cabo demolições, apesar de terem sido novamente previstas em 2019 no Plano de Requalificação Ambiental e Urbanística, com o recuo da zona de ocupação urbana. Algumas construções já começaram a ruir.

> As demolições implicam naturalmente o realojamento de uma série de famílias e comércios, mas permitiriam restaurar parte da costa, devolvendo os baldios e promovendo a recuperação do cordão dunar. Esse plano está aparentemente a ser levado a cabo, sendo que em outubro de 2022 a CME reuniu com os lesados. É necessário sensibilizar as populações para a necessidade de restabelecer o equilíbrio do cordão dunar e definir uma zona para implementar casas, armazéns e restaurantes, que não implique uma grande distância, pois essa é uma das principais queixas.

É no final dos anos 1980 que surge o primeiro, e à data, único projeto de habitação social em Apúlia; localizado na zona Sul da vila, hoje inclui habitação unifamiliar e plurifamiliar, bem como um pequeno campo de jogos. Este espaço foi intervencionado no verão de 2023 em cooperação com a Federação Portuguesa de Basquetebol, a CME e a artista Joana da Rosa, numa tentativa de revitalização de uma zona mais marginalizada.

Já em 1990 o arquiteto João Campos elabora o primeiro Plano para a frente urbana da Praia da Couve. É desde logo salientado na peça escrita do estudo prévio que Apúlia é "a freguesia de maior importância (do concelho de Esposende), do ponto de vista quantitativo global e no que respeita à capacidade de fixação populacional"[106]. Aponta que 38% das habitações na zona de Areia são dedicadas a habitação sazonal[107], numa clara referência à tipologia híbrida uni-plurifamiliar própria desta zona da vila. Deixa ainda o alerta para a instabilidade da orla marítima e para o estado de insalubridade da região, com o contraste das estruturas clássicas e mais modernas e o avançado estado de degradação de algum património.

Já aqui surge a indicação de que seria necessário remover as habitações instaladas na duna de Cedovém, mantendo apenas os anexos ligados às atividades marítimas[108], uma vez que se assistia à degradação do cordão dunar. A proposta fica-se pelos aspetos ligados ao edificado, não sendo clara uma intenção à escala urbana.

Nos anos 90 já era fundamental resolver os problemas causados em Cedovém pela erosão costeira e destruição do cordão dunar.

Em 1994 surgiu, ainda, uma proposta para um Bairro Piscatório de Cedovém pelo arquiteto Paulo Silva[109]. Propunha que o aglomerado habitacional de Cedovém fosse deslocado para Este, o que, a ter sido concretizado, anularia uma das principais problemáticas da atualidade da vila de Apúlia - a demolição do bairro de Cedovém.

105 Portugal mudo - Trinta anos depois, as casas estão cada vez mais perto do mar, SIC Noticias, 11 de fevereiro de 2023;
106 Estudo urbanístico para o lugar da Couve, Estudo prévio, pág. 6, AMESP, Cx.15254;
107 Idem;
108 Ibidem;
109 AMESP;

**Fig. 34** Excerto da PGU de Apúlia, Planta de Zonamento 1995 com a Avenida da Praia assinalada a vermelho.



Em 1995, surge a par do Plano Diretor Municipal (PDM) de Esposende o PU de Apúlia. O seu propósito era estabelecer "as regras para uso, ocupação e transformação do uso do solo, nomeadamente no que se refere à demolição, alteração do uso ou ampliação das construções existentes, à construção de novos edifícios, à alteração dos atuais usos dos terrenos, às operações de loteamento, à rede viária, ao estacionamento e à elaboração de planos de pormenor e demais estudos urbanísticos"[110].

Este PU apenas abrange uma parte do território da vila (Fig. 34), delimitada a Sul por uma variante que foi executada, e a Norte por uma variante que não chegou a ser executada, excluindo zonas sensíveis como Cedovém. Considera dentro da área abrangida as seguintes zonas: C1, Zona central consolidada; C2, Zona central complementar; PER, Zona de construção periférica; EQP, Zona de equipamentos.

Delimita zonas non-aedificandi junto dos cursos de água - 20 metros em cada margem – mas não especifica quanto às zonas de duna primária.

Salvaguarda um conjunto de edifícios descritos como "património edificado": Igreja Paroquial da Apúlia; Capela de N. Sra. da Caridade e Alminhas do adro da Igreja; Capela de N. Sra. de Lurdes; Capela de N. Sra. da Boa Viagem; Moinhos de vento (quatro), no lugar da Areia; Alminhas do Carvalho[111]. Esta listagem deixa de fora um grupo de edifícios que se consideram de elevada importância, que serão enumerados adiante no decorrer desta exposição, e que, por esse motivo, sofreram intervenções nefastas, como é o exemplo do conjunto de edifícios de Cedovém.

Define, ainda, três zonas "PP" que "constituem um conjunto de zonas onde se fazem sentir com maior intensidade as pressões urbanísticas"[112]. A zona PP4 corresponde a uma zona central relativamente ao conjunto, onde se localizam os maiores equipamentos e onde se prevê a localização de outros.

Por último, delimitou uma faixa de proteção non-aedificandi "compreendida entre duas linhas paralelas ao seu eixo traçadas à distância de 50 metros do mesmo, de acordo com a implantação estabelecida para a rede viária na planta de zonamento."[113].

A estrada variante Norte volta a ser apresentada em 2022 com um traçado diferente, mas ainda não há sinais de que venha a ser executada.

> O projeto apresentado em 2022 para a estrada variante Norte é completamente inapropriado: em primeiro lugar, enquanto elemento de contenção, limita a expansão do centro urbano de uma forma irrealista face às atuais necessidades; em segundo lugar, o seu traçado parece estar alheio às pré-existências;

Ao longo dos últimos anos foram várias as empreitadas levadas a cabo em zonas de duna primária que, para além da destruição da duna, promovem um risco acrescido à vida humana.

> Uma das medidas mais urgentes é delimitar zonas non-aedificandi e promover a restauração do cordão dunar, através da demolição dos edifícios nela implantados, dando ao mesmo tempo uma alternativa rumo ao futuro.

A zona PP4 está localizada a Este, com a escola e o cemitério, mas não corresponde realisticamente a uma zona de equipamentos, visto que estes estão dispersos;

> Esta medida está em vigor até aos dias de hoje, mas parece cada vez mais urgente a sua revisão, uma vez que o seu limite se encontra pressionado.

Em 1998 entra em funcionamento o troço do IC1 Póvoa de Varzim e Neiva – atual Autoestrada Litoral Norte ou A28 entre Porto e Caminha. Logo em seguida entrou em funcionamento o primeiro troço do IC14, concluído em 2006, e que atualmente corresponde à Autoestrada do Baixo Minho ou A11 entre Apúlia e Braga. Estas duas importantes vias do Norte do país cruzam-se no nó de Apúlia, o que significa que este território está localizado num ponto muito importante de distribuição viária.

As vantagens que estas intervenções trouxeram para este território são

110 PU de Apúlia de 1995, Regulamento, Capítulo I, Artigo 1º;
111 Idem, Capítulo IV, Artigo 21º;
112 Ibidem, Capítulo V, Artigo 23º;
113 Ibidem Capítulo VI, Artigo 25º;




**Fig. 35** Plantados volumes edificados em 1994, antes da conclusão da construção da A28.




**Fig. 36** Plantados volumes edificados em 2020, duas décadas depois da conclusão da construção da A28.

**Fig. 37** Excerto da PU de Apúlia, Proposta de Plano, Plano Estratégico, António Fernandes de Sá, 1997, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho.

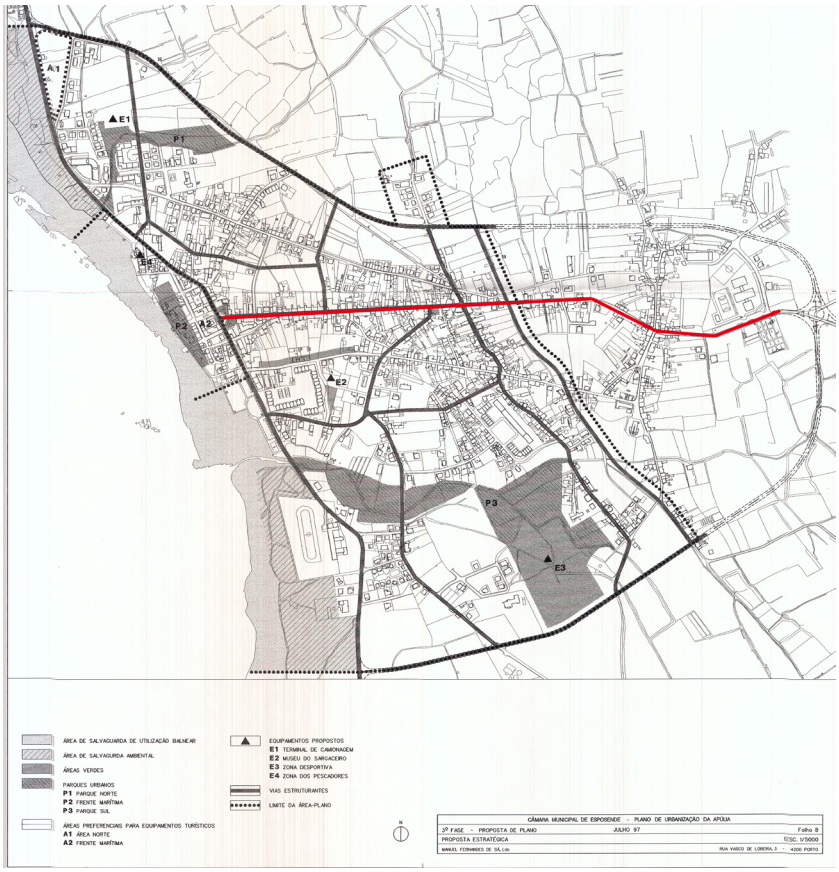
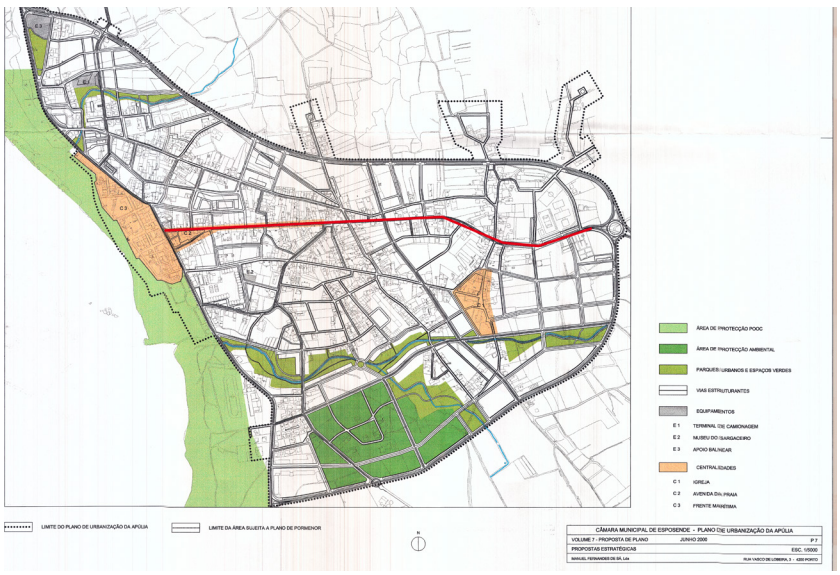



**Fig. 38** Excerto da PU de Apúlia, Propostas Estratégicas, António Fernandes de Sá, 2000, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho.



indiscutíveis: para além de desviar o trânsito da N13, permitem que o trajeto Apúlia Porto seja realizado em 40 minutos e Apúlia Braga e Apúlia Viana do Castelo em 25. Permitiu que aquelas pessoas que normalmente visitavam a região nos meses de Verão regressem mais vezes ao longo do ano e que os habitantes se desloquem com mais facilidade e rapidez aos centros urbanos, onde muitos deles trabalham. Desde o início dos anos 2000, o crescimento populacional foi bastante significativo, prendendo-se naturalmente com este facto. É ainda de referir a crescente expansão da Zona Industrial de Laúndos, que agora passa a estar a apenas cinco minutos de distância de carro.

Em 2000 surge um novo PU para Apúlia, pelo arquiteto Manuel Fernandes de Sá. No seu estudo prévio também indica que 31% dos edifícios são de habitação sazonal[114], caracterizando o alojamento turístico em Apúlia como menos institucionalizado se comparado com Fão.

Esta proposta sugere a criação de várias novas vias, como as variantes Norte e Sul (Fig. 37) que seriam elementos não só de distribuição como também de contenção e ordenação do edificado, uma vez que o núcleo urbano de Apúlia resulta de um processo orgânico e pouco ordenado. Reforça também a necessidade de vias pedonais para descompressão do transito na época balnear.

Ao nível dos equipamentos surge a proposta para o "Museu do Sargaceiro" e um terminal de camionagem. O museu foi inaugurado em 2023, noutro local. O desenho reflete também uma enorme preocupação com a criação de espaços verdes e a melhoria da qualidade do espaço público.

Por fim, lista 18 edifícios de interesse patrimonial, para os quais apresenta um breve estudo.

Em 2005 foi iniciado o processo de reconfiguração da frente urbanística da Praia da Couve, apresentado com maior detalhe no próximo capítulo.

O PDM de Esposende, revisto em 2015[115], define para a área em estudo as seguintes tipologias de ocupação do solo: solo urbanizado, onde se encontra a maior parte do edificado, e solo urbanizável, como zonas de futura expansão do edificado. Assinala a Estrutura Ecológica Fundamental, o Património Arqueológico - apenas a Quinta da Ramalha, antiga *villa Menezis* - e o Património Edificado, com alguns

conjuntos de edifícios dispersos, de onde se destacam os Moinhos de Vento, o conjunto de Cedovém, todos os edifícios religiosos, entre outros de habitação. Nestes desenhos já está assinalado o projeto da futura variante Norte.

Apresenta um estudo da rede viária onde é novamente considerada a estrada variante norte, onde são ainda assinalados seis "nós a estudar",

114 Plano de Urbanização de Apúlia, Proposta de Plano, pág. 9, AMESP;
115 PDM Esposende, CME;

**Fig. 39** Excerto do PDM de Esposende, Qualificação Operativa, com a Avenida da Praia assinalada a azul.

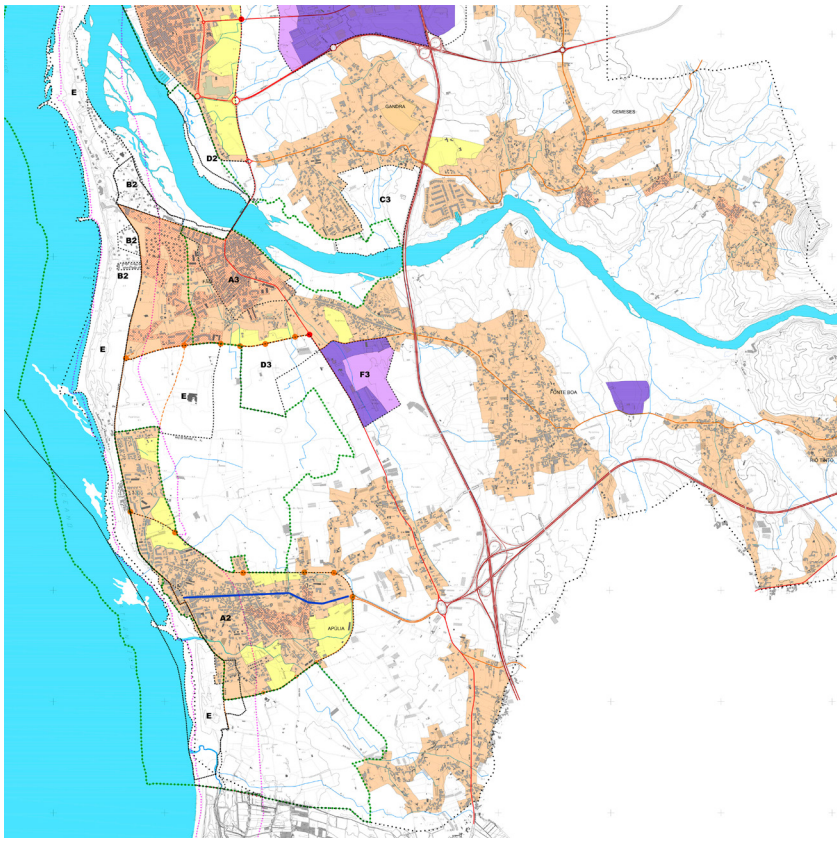
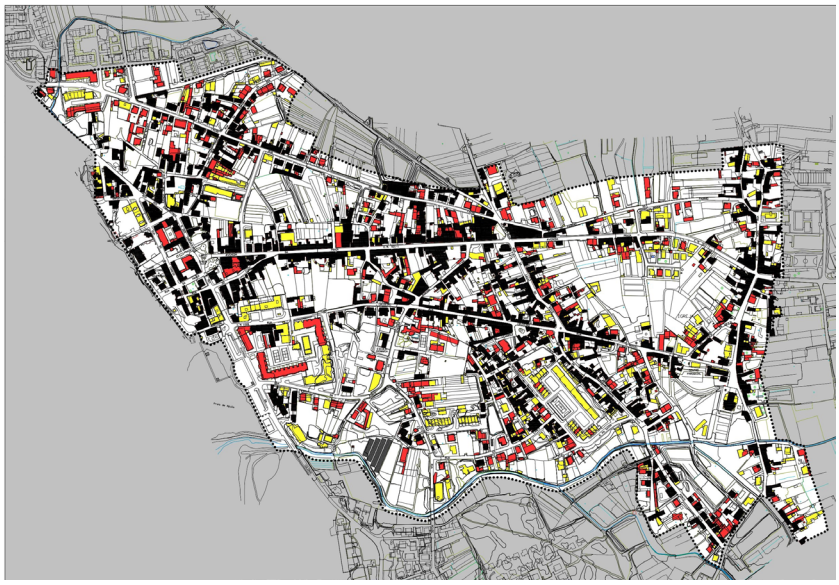



**Fig. 40** Zona de Reabilitação Urbana de Apúlia, como edifícios anteriores a 1977 assinalados a preto.



que deverão corresponder ao lançamento de novos eixos viários ou à resolução de prolemas existentes nos eixos atuais. É de notar como, mais uma vez, o estudo da rede viária procura estabelecer uma barreira de controlo de expansão.

Delimita também, a Zona abrangida pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Caminha-Espinho, aprovado em 1999. As intervenções levadas a cabo em prol destes planos resumem-se às intervenções nas praias de Apúlia, Apúlia Norte e Ramalha, bem como a criação de uma ciclovia desde a Praia da Ramalha até à Praia de Ofir, e que deveria fazer a ligação com a freguesia de Estela – Póvoa de Varzim – e a cidade de Esposende, aqui através da construção de uma ponte pedonal e cicloviável sobre o rio Cávado.

Apesar de as intervenções junto das praias poderem ser consideradas bastante positivas, a criação da ciclovia veio aumentar os problemas ligados à falta de estacionamento.

> As intervenções junto das praias, com paredões, quebra-mar, zonas de permanência e lazer já se encontram, em grande parte, danificadas.
> Nenhuma das intervenções procurou resolver o problema do estacionamento, muito pelo contrário, a mais recente construção das ciclovias veio agrava-lo.

Estas intervenções incluem a criação de estruturas quebra-mar, que procuram impedir que a força das águas do mar cause mais estragos na zona da praia de Apúlia.

Em 2022, na zona da lota, deu-se mais uma intervenção, que aparentemente procura resolver os problemas da erosão costeira com muros de betão.

> Ao invés de se procurar uma solução mais definitiva, tem-se vindo a remediar os problemas através da construção de estruturas quebra-mar e movimentações constantes de areias com o auxílio de maquinaria pesada.

Em 2016, é delimitada a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Apúlia, que corresponde à zona central de maior densidade construtiva. Aqui são assinalados, entre outros tipos de estudo, os conjuntos de edifícios que constituem valor patrimonial, e quatro níveis de estados de conservação para um conjunto significativo de edifícios (Fig. 40).

Em 2017, e em função do estudo anterior, é aprovada a Operação de Reabilitação Urbana (ORU), correspondentemente.

Com vista a promover a reestruturação da zona das Pedrinhas/Cedovém, surge em 2019 uma proposta que prevê a demolição e realocação das habitações e edifícios dedicados à restauração, mantendo apenas aqueles dedicados ao armazenamento dos utensílios e barcos de pesca. Esta proposta, que está ainda hoje em processo de execução, tem como principal objetivo eliminar os riscos associados à erosão da costa, promovendo a restauração do cordão dunar primário.

Desde 2017, volta a estar em cima da mesa a construção de uma estrada variante Norte, chegando mesmo a ser aprovado um plano de intervenção (Fig. 41). O principal objetivo é "concluir a construção de uma via estruturante periférica, melhorando o acesso automóvel à zona norte de Apúlia e a Cedovém. Desviar o trânsito do interior do núcleo urbano."[116]. Em 2023 começam a ser conhecidas, através da comunicação social, as primeiras propostas de intervenção, discutidas mais à frente.

No entanto os desenhos de pormenor apresentados excluem as duas zonas mais sensíveis – a ligação à Avenida da Praia e à Rua da Agra.

A mais recente intervenção prende-se com a procura de preservação da cultura da apanha do sargaço. A 23 de abril de 2023, o Presidente da CME inaugurou na vila de Apúlia o Museu do Sargaço.

Localizado no edifício da antiga Escola da Areia, e promovendo a total

116 Variante Norte de Apúlia, CME;

**Fig. 41** Desenho da variante Norte, a azul, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho.



reestruturação do mesmo, este museu é, também segundo o Presidente da União de Freguesias de Apúlia e Fão, um projeto de vital importância, que vem assegurar o património cultural de Apúlia[117].

O momento de elevação a vila marcou sem dúvida um ponto de viragem no que toca ao desenvolvimento deste território. Se, por um lado, a explosão do turismo balnear acarretou vantagens económicas ligadas à criação de novos postos de trabalho e de fontes de rendimento secundárias para muitas das famílias apulienses, por outro, é indiscutível que este fenómeno está direta ou indiretamente ligado aos graves problemas da orla costeira.

Mesmo com as consecutivas tentativas de controlo da expansão e ordenamento deste território, estas foram insuficientes. A revisão das propostas anteriores vem permitir que, no final desta exposição, possa ser apresentada uma estratégia de intervenção mais completa e baseada nas necessidades reais deste lugar, sendo muitas delas constantes ao longo das últimas cinco décadas. Uma nova proposta de intervenção à escala do território não poderá deixar de considerar as propostas de rede viária e zonamento que, apesar de necessárias na altura em que foram propostas, não foram executadas, bem como a necessidade de equipamentos que respondam aos problemas associados ao turismo balnear.

Esta estratégia de intervenção a médio/longo prazo deve ter em consideração as "lições" deixadas ao longo de séculos por aqueles que habitaram a região tirando o máximo proveito dos seus recursos naturais sem que isso implicasse a destruição do ecossistema. Viver em equilíbrio com a natureza é essencial para que se possa pensar no futuro das povoações litorais. Partindo da análise das estratégias implementadas previamente à explosão do turismo balnear podemos encontrar soluções sustentáveis e muito mais ecológicas. É também a partir da análise das intervenções negativas que se constrói uma espécie de guia para o futuro. É esta a contribuição do primeiro capítulo desta exposição para a formulação da estratégia de intervenção a ser apresentada adiante.

117 BELO, Joana R. (2023) Apúlia vê aqui todo o património cultural assegurado, *in* Correio da Manhã, 24 de abril de 2023;

## Capítulo II

## Os desafios do século XXI

Caracterização atual e análise de problemáticas




**Fig. 42** Levantamento realizado in loco em janeiro de 2022.

Após a análise cronológica apresentada no capítulo prévio, vamos agora proceder à caracterização da situação atual do território da Apúlia, para assim se estabelecer os fundamentos para a elaboração de um plano estratégico orientado para as necessidades reais do território e dos seus habitantes.

Como parte deste processo, foi realizado um levantamento in loco no mês de janeiro de 2022, sendo que todas as alterações que possam ter ocorrido desde então serão devidamente expostas sempre que impliquem alterações relevantes para a leitura geral do território em análise.

Apúlia é, nos dias de hoje, uma vila integrada na União de Freguesias de Apúlia e Fão[118], município de Esposende, concelho de Braga. Contém os lugares de Areia, Igreja, Cedovém, Pedrinhas, Paredes, Forca e Criaz, numa área total de aproximadamente 10,50 km2.

Contava, em 2011, com 4198 habitantes[119], e em 2021, por estimativa, deveria contar com 4512[120]. Este número aumenta exponencialmente nos meses de verão, com a deslocação, por períodos mais ao menos longos de tempo, de centenas de banhistas e emigrantes para a região. No início do século XXI cerca de 30% das habitações eram de uso sazonal[121]; em 2023 a percentagem deve ser ainda maior, uma vez que foram diversas as empreitadas de construção levadas a cabo nas últimas duas décadas, não sendo possível precisá-la na presente exposição.

É precisamente este crescimento temporário da população que deixa a descoberto as principais fragilidades deste território.

A densidade populacional é de aproximadamente 427 hab./km2, podendo ser considerada elevada face à média nacional de 115, mas não incomum, uma vez que em Portugal cerca de 70% da população se encontra no litoral[122].

Cerca de 19% da população são crianças e jovens até aos 19 anos, e só 15% está a cima dos 70 anos. Este fator permite-nos caracterizar a população desta região e entender melhor quais as necessidades da mesma.

É também importante referir que 37% da população empregada ou a estudar, trabalha fora do município de Esposende, um aumento de quase 10% face a 2011. Este aumento pode estar ligado ao facto de entre 2011 e 2021, 549 indivíduos migraram de outros municípios para a União de Freguesas de Apúlia Fão.

Apúlia tem excelentes ligações viárias a três dos principais centros urbanos do norte do país, o que é sem dúvida um fator atrativo para as famílias.

> É também cada vez mais comum que as famílias comprem casa fora dos principais centros urbanos, quer por motivos económicos quer pessoais. Aleado à forte especulação imobiliária, isto levou a um amento descontrolado dos valores da habitação.
> Cada vez mais os locais abandonam a região, e os números de edifícios dedicados a segunda habitação aumentam. Este fator vem aumentar o fenómeno de migração na região, que nos meses de inverno se torna deserta.

## Ocupação dos solos e tipologia edificada

A nível da caracterização da ocupação dos solos, é importante notar que dos mais de 10km2, só cerca de 20% corresponde a solo urbano, zona preferencial para localização de habitação, maioritariamente unifamiliar, equipamentos e serviços.

Em Apúlia existe um tipo de habitação híbrido: alguns edifícios de ha-

118 Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro;
119 Informação dos Censos 2011;
120 Ver nota de rodapé 5;
121 PU de Apúlia 2000, Manuel Fernandes de Sá, Proposta de Plano, pág. 9, AMESP;
122 Dados calculados por aproximação através dos dados fornecidos pelos Censos 2021;

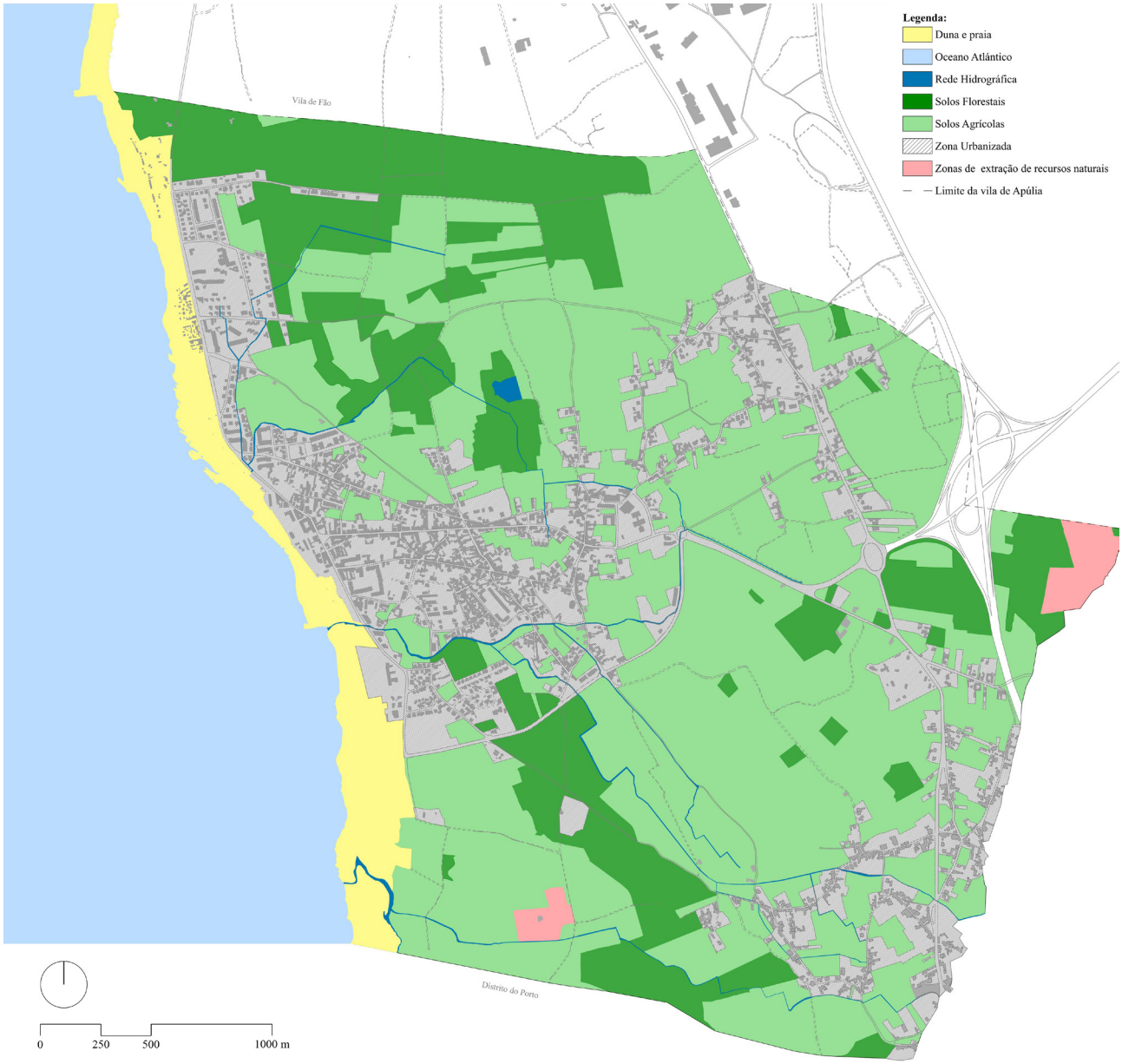



**Fig. 43** Esquema de análise da situação existente, Ocupação dos Solos. Ver Apêndice III.

bitação unifamiliar, escondem nos seus quintais inúmeras construções anexas, à semelhança das "ilhas" do Porto[123], que, durante os meses de verão, são alugadas a banhistas. A organização não corresponde unicamente àquela que nos é familiar, e nem sempre a fachada denuncia a existência de entradas secundárias.

Este fator leva a que, nos meses de inverno, um grande número de edifícios esteja praticamente vazio. No entanto, junto da população local, é extremamente difícil encontrar imóveis para alugar por longos períodos de tempo, pois para os arrendatários não é vantajoso.

A nível da habitação plurifamiliar, que por força da regulamentação imposta pelo PDM nunca excede os três pisos acima da cota de soleira, está na sua maioria localizada junto à linha de mar. É também nesta zona que se sente a maior pressão imobiliária, tendo surgido no último ano duas grandes empreitadas, uma das quais a Sul, junto à duna, no limite da zona urbana demarcado pela Estrada Variante Sul.

Ao nível da habitação social, mantem-se apenas a estrutura construída nos anos 1990, sendo que está prevista a edificação de uma segunda estrutura para o realojamento dos moradores do bairro piscatório de Cedovém.

A fatia maior da ocupação dos solos é dedicada aos terrenos agrícolas e florestais. Apesar de o PDM de Esposende só assinalar como "área florestal de conservação" a zona do pinhal de Ofir, é importante salientar que 20% da área total é ocupada por floresta, maioritariamente pinhal, e que estes foram plantados entre os séculos XVI e XVII para proteger as plantações agrícolas das tempestades de areia.

Os pinhais, plantados no cordão dunar primário e secundário, têm uma função primordial no equilíbrio da região. Proteger estas massas verdes vai garantir também a proteção do cordão dunar.



**Fig. 44** Antiga masseira em Apúlia.

Apesar de nas últimas décadas, com os avanços das tecnologias industriais, muitas pessoas terem desistido destas atividades, Apúlia não deixou de ser uma região com forte expressão agrícola, especialmente no cultivo de tubérculos, alimentos que conseguem prosperar nos terrenos arenosos característicos desta região. Isto reflete-se, naturalmente, na paisagem. Os terrenos agrícolas ocupam cerca de 50% da área total, não sendo rara a instalação de estruturas como estufas e armazéns. Isto não corresponde à área total cultivada, mas sim àquela que é potencialmente cultivada.

A tradicional técnica dos campos de masseira caiu completamente em desuso, quando, a partir no século XX, e com os avanços técnicos na agricultura, a extração de areia para a indústria da construção se tornou um negócio aliciante[124]. Mas não foi só nos campos de masseira que esta indústria encontrou recursos: na zona da praia da Ramalha, existe uma enorme cratera no cordão dunar primário, e não há sinais de que a extração de areias na região vá cessar. O alerta já tinha sido deixado nos planos de 1990 e 2000, sendo a problemática bastante anterior aos mesmos.

A alteração legislativa acabou com a apanha voluntária do sargaço, por parte de pescadores e agricultores, que com barcos, tratores e gamelas, em épocas específicas do ano, aproveitavam a maré vaza da manhã para recolher toneladas de algas que davam à costa e as transportavam para os terrenos baldios, onde eram secas para mais tarde serem espalhadas pelos campos.

Atualmente existe apenas um campo de masseira em Apúlia[125], e existem ainda alguns agricultores locais que, contornando a lei impeditiva da apanha do sargaço, ainda utilizam esta técnica ancestral para adubar as suas pequenas plantações domésticas. Isto gera um grave problema

123 Trata-se de uma analogia, uma vez que não é possível estabelecer uma comparação ao nível dos aspetos sociais e construtivos;

124 A utilização deste tipo de areia na construção civil está contraindicada, uma vez que o elevado nível de sal pressente na mesma é altamente corrosivo, destruindo as estruturas de ferro e aço. Outro fator negativo é o aparecimento do salitra nas paredes dos edifícios;

125 Apenas um pode ser clarificado como masseira: possui as tradicionais videiras nos taludes e está cultivado à data desta prova;

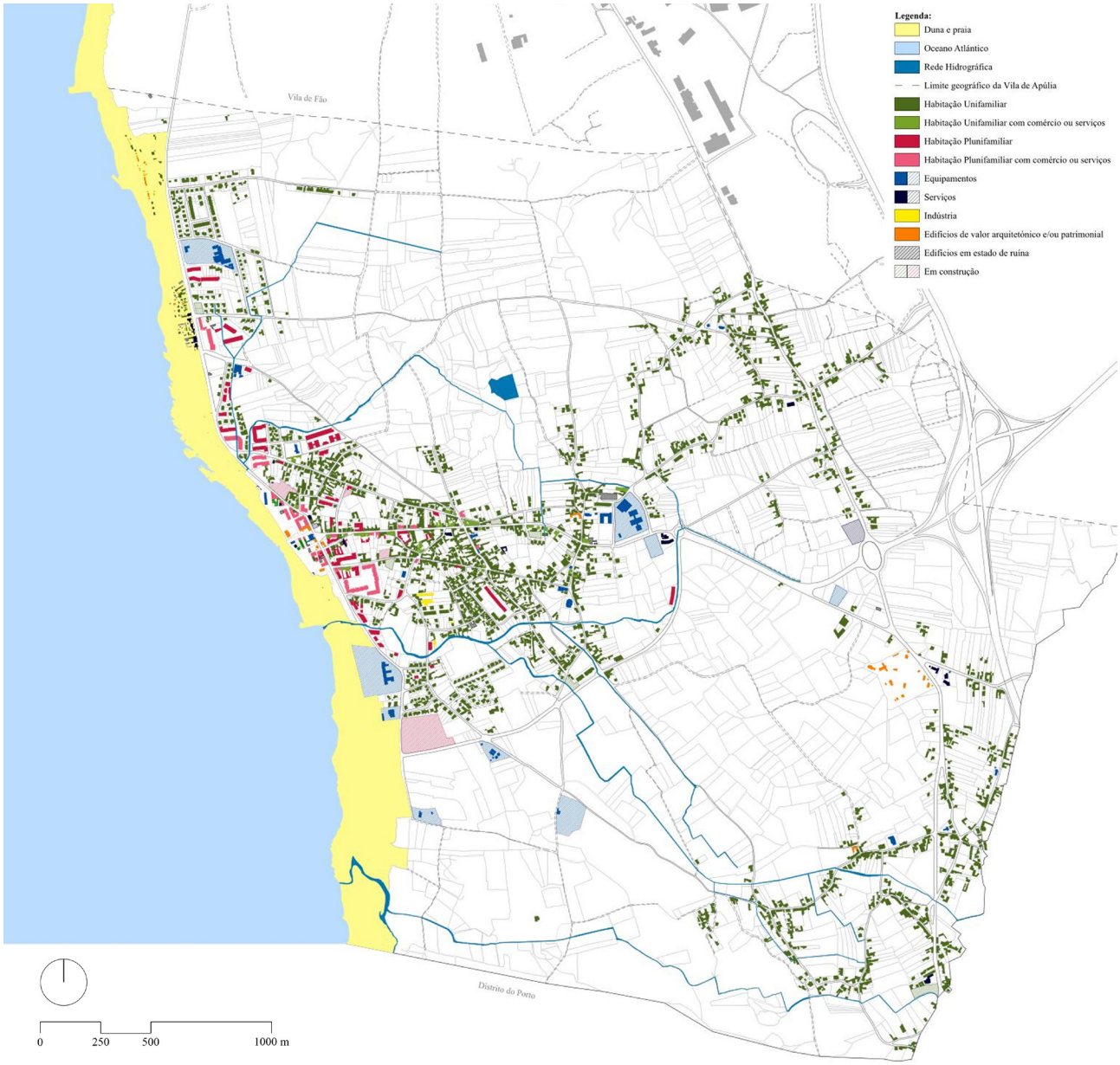



**Fig. 45** Esquema de análise da situação existente, Tipos de Edificação Ver Apêndice IV.

nos meses de verão, pois as pilhas de sargaço apodrecem rapidamente na praia, atraindo todo o tipo de insetos e causando um desconforto generalizado junto dos banhistas.  O evento da apanha do sargaço, mesmo que já não nos moldes tradicionais, atraía a curiosidade de todos, e era uma das características mais únicas desta região.

Isto gera um grave problema nos meses de verão, pois as pilhas de sargaço apodrecem rapidamente na praia, atraindo todo o tipo de insetos e causando um desconforto generalizado junto dos banhistas.
O evento da apanha do sargaço, mesmo que já não nos moldes tradicionais, atraia a curiosidade de todos, e era uma das características mais únicas desta região.

À semelhança do que acontece nas localidades vizinhas de Estela, Navais e Aguçadoura, existe um trilho pedonal com o nome de Rota das Masseiras (PR12) – uma rota circular entre os moinhos de vento e o cruzeiro da Agra dos Mouros e a zona de Cedovém – que tem como objetivo recordar as antigas formas de trabalho[126]. Não se conhece qualquer tipo de ação de promoção e proteção dos campos e da cultura das masseiras.

Sem deixar de referir que todo o território litoral da vila de Apúlia - cordão dunar primário - está inserida no PNLN, e conta com solos arenosos sujeitos a variações topográficas constantes, estando altamente sujeito às variações do nível das águas do mar.

A rede hidrográfica de Apúlia é composta por um conjunto de ribeiros sem muito expressão na paisagem, sendo quase todos parcialmente encanados. Destacam-se dois deles, a Sul, confluentes, que desaguam no final da Praia da Couve, e que nas épocas de maior pluviosidade tendem a transbordar, provocando estragos nas habitações mais próximas.

A indústria não tem uma expressão significativa na ocupação dos solos, estando a maioria das estruturas industriais na zona a sul; apesar de uma grande parte da população trabalhadora se dedicar à indústria têxtil, as principais fábricas estão localizadas fora dos limites geográficos de Apúlia. Uma grande maioria desta população está empregada na fábrica Impetus, localizada em Barqueiros, o que confere à mesma uma enorme importância na economia desta região.

**Equipamentos e Serviços**

A nível de equipamentos, é de alguma forma muito semelhante com os que existia aquando da passagem de Apúlia a vila, identificam-se:

- Escola Básica do Facho – ensino primário e pré-primário;
- Escola Básica e Integrada de Apúlia – 1.º,  2.º e 3.º ciclos de ensino;
- Escola Básica de Criaz - ensino primário e pré-primário;
- ASCRA – Berçário, infantário, pré-primária, ATL, centro de dia para idosos e instituição de acolhimento a crianças desfavorecidas;
- Cemitério;
- Lota – Portinho de Pesca de Apúlia;
- Mercado Oeste – Largo da N.ª S.ª da Guia;
- Mercado Este – N13;
- Junta de Freguesia de Apúlia Fão;

126 https://www.visitesposende.com/pt/fazer/percursos/pr12-trilho-das-masseiras;

- Casa do Povo de Apúlia – intrinsecamente ligada ao grupo folclórico dos Sargaceiros da Casa do Povo de Apúlia;
- Museu do Sargaço – localizado nas instalações da antiga Escola da Areia;
- Colónia de Férias de Apúlia – CCD Braga;
- Colónia Balnear Centro Social P.e David de Oliveira Martins;
- Casa da Legião da Maria;
- Centro Social João Paulo II;
- ACE Apúlia – Centro Escutista;
- Instituto de Socorros a Náufragos;
- Campo dos Sargaceiros – Grupo Desportivo de Apúlia;
- Campo desportivo da Praia da Couve;
- Campo desportivo da Praça Adelino Almeida Eiras;
- Parque infantil de Apúlia – Rua Joaquim Macedo;
- 5 concessionários balneares – Praia da Ramalha (1), Praia da Couve (3) e Praia Apúlia Norte (1);
- Capela de N.ª S.ª da Guia - Apúlia;
- Igreja Matriz de Apúlia;
- Centro Paroquial de Apúlia;
- Capela da N.ª S.ª da Caridade – Capela Mortuária de Apúlia;
- Capela de N.ª S.ª do Amparo – Criaz;
- Capela de São Bento – Criaz;
- Capela Mortuária de Paredes;

O Campo dos Sargaceiros foi dos poucos equipamentos públicos a receber obras de requalificação recentemente, a par da reconversão da antiga Escola da Areia.

Foi encerrada, alegadamente de forma temporária, a unidade de saúde, transferida para Fão, para desagrado geral da população, que não encontra na rede de transportes uma solução viável para a deslocação ao mesmo. A Escola Primária da Areia estava encerrada há já mais de uma década, tendo sido o edifício reutilizado.

A nível de serviços e comércio, maioritariamente localizados no rés do chão de edifícios habitacionais, existem em Apúlia:

- Bomba de gasolina;
- Posto CTT;
- Farmácia de Apúlia;
- Hotel Apúlia Praia;
- Outras estruturas de alojamento turístico;
- Um posto de táxi, operado por um único taxista;
- Restaurantes, cafés e pastelarias;

- Minimercados, peixarias e talhos;
- Supermercado;
- Outros comércios – Vestuário, Calçado e outros produtos;
- Outros Serviços – Cabeleireiros, Estética, Dentistas, Lavandarias;

No verão de 2023 encerrou a última instituição bancária localizada em Apúlia, sendo que existem apenas duas ATM que, principalmente nos meses de verão, se revelam insuficientes.

A maioria das falhas a nível de serviços e equipamentos são colmatadas em Fão, com hospital, centro de saúde, bombeiros, instituições bancárias, hotel e mais instituições de ensino, sendo por isso fundamental reforçar a rede viária e de transportes públicos entre ambas as aglomerações, que devido aos processos administrativos supracitados, funcionam em estreita cooperação.

**Rede viária**

Sobre a rede viária principal, o trânsito automóvel faz-se essencialmente pelas Av. da Praia, Av. do Mar – Variante Sul, Av. da Colónia, Av. Marginal de Cedovém Rua do Facho, Rua do Cruzeiro, Rua da Igreja e a Rua da Casa do Povo, ligadas entre si, e aos eixos N13, A28 e A11 pela Estrada da Praia, principal eixo de entrada e saída da vila. A Av. Marginal de Cedovém segue para Norte, paralela à costa, até encontrar a Rua Artur Aires que segue até Ofir, sendo muito utilizada pela população para se deslocar até à vila de Fão (anexo V, a vermelho – rede viária principal). Estas estradas estão na sua maioria pavimentadas em alcatrão e possuem passeios para peões, com exceção da Rua do Facho e da Rua da Igreja; a Av. do Mar possui uma zona separada dedicada ao trânsito de peões, não necessariamente confortável para os mesmos

Para além da rede viária secundária, maioritariamente em calçada de granito e sem passeios para peões, existem estradas de terra, muito utilizadas pela população para se deslocar desde a Av. Marginal de Cedovém até Paredes, ou do centro da vila até Paredes, desde a Avenida do Mar até Criaz ou Estela, evitando a N13.Existe ainda um conjunto de caminhas agrícolas utilizados apenas para aceder às zonas de cultivo.

É comum, até nos eixos viários principais, que os passeios pedonais tenham má qualidade, sendo por vezes inexistentes.

A única ciclovia existente está localizada nas Avenidas da Colónia e Marginal de Cedovém, ligando a praia da Ramalha ao Hotel de Ofir, construída ao abrigo do plano POC Caminha-Espinho, sendo em muitas zonas descontinua e de difícil utilização. A sua construção implicou o desaparecimento de estacionamento junto das praias, que não foi relocalizado.

Ainda sobre o estacionamento junto às praias, zonas mais críticas, identifica-se que é claramente insuficiente, sendo este problema apontado desde o surgimento do primeiro plano de urbanização para a região.

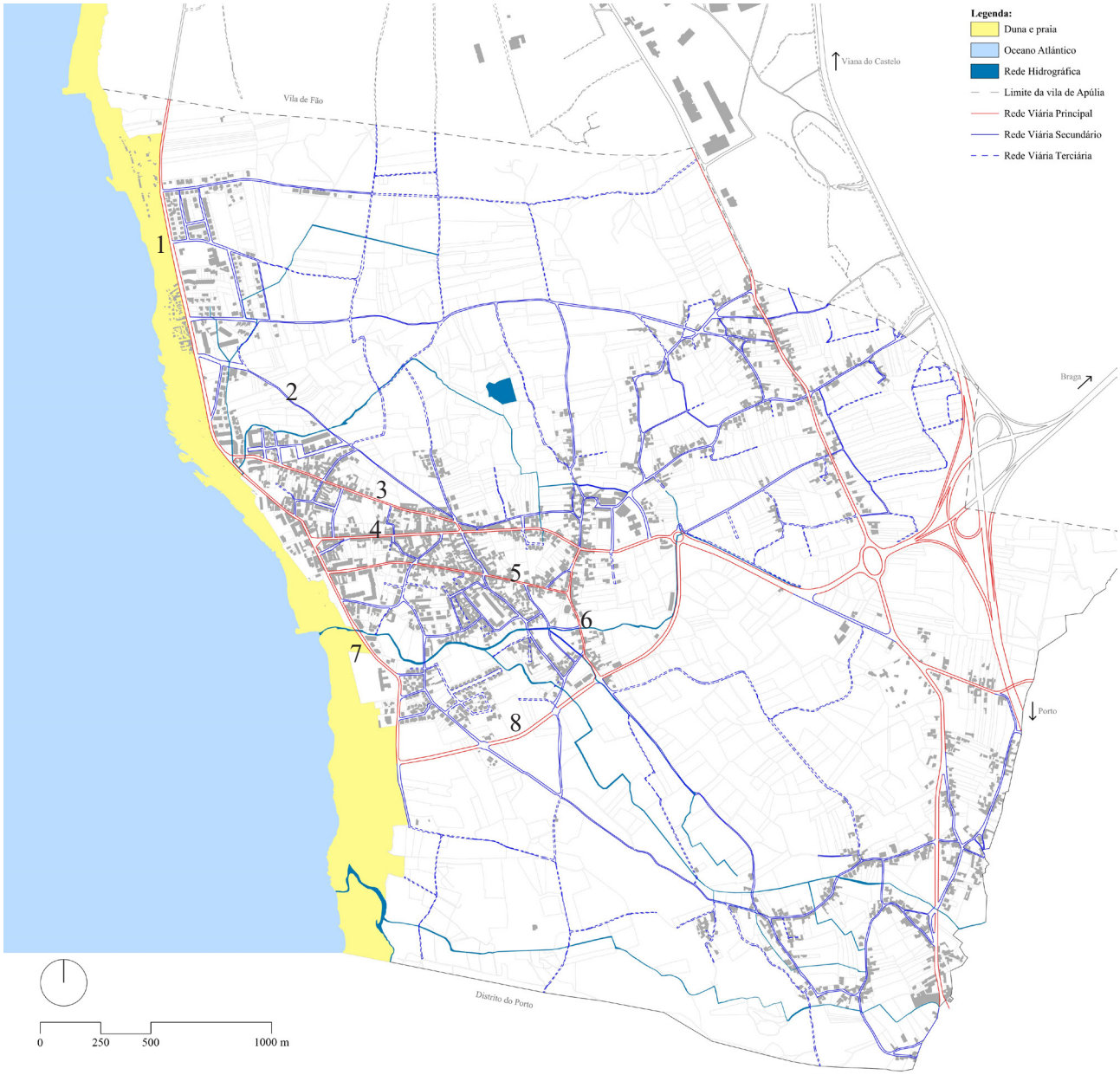



**Fig. 46** Esquema de análise da situação existente, Rede Viária. Ver Apêndice V.
1 Avenida Marginal de Cedovém
2 Rua do Furado
3 Rua do Facho
4 Avenida da Praia
5 Rua do Cruzeiro
6 Rua da Igreja
7 Avenida da Colónia
8 Avenida do Mar

O facto de também nunca ter sido executada a central de camionagem gera muitos constrangimentos entre os meses de junho e setembro.

Devido à ausência de opções, e levando em consideração que a maioria dos banhistas se dirige-se até Apúlia de carro, nos meses de verão o trânsito assume um carácter caótico, potenciado pelos estacionamentos indevidos. As autoridades competentes tendem, nos últimos anos, a adotar um conjunto de alterações sazonais aos sentidos de trânsito na tentativa de resolver os congestionamentos, mas estas medidas são, ainda, insuficientes.

**Espaço público**

O espaço público da vila está maioritariamente localizado junto das praias ou equipamentos, não existindo mais parques públicos ou praças de maior interesse e cujo desenho convide à permanência.

A falta de qualidade do espaço público é um dos pontos principais a ter em consideração.

Em 2005 foi iniciado um processo de reformulação da frente Urbana da Praia da Couve que incluiu a demolição de algumas estruturas e a reconfiguração total do espaço público com a criação de zonas ajardinadas, um anfiteatro exterior, uma zona de praça multiusos, o parque infantil e a reestruturação do paredão, com a criação de um novo passadiço em madeira desde a zona do campo desportivo até ao anfiteatro. Foi também lavado a cabo o alargamento do passeio, a criação de duas estruturas de apoio balnear com casas de banho e chuveiros e a restruturação das estruturas quebra-mar; também aqui foi edificada a atual Lota, para venda do pescado. É importante referir que o passadiço em madeira está bastante danificado, bem como as estruturas de apoio balnear.

Atualmente a frente urbana da Praia da Couve assume as características deste projeto, com ligeiras alterações, nomeadamente na zona da Lota, onde em 2022 surgiu uma nova estrutura quebra-mar.

Em relação à qualidade do espaço público é necessário referir que o espaço multiusos, localizado em frente ao Museu Café, junto do anfiteatro, elevado em relação à cota do passeio, se revela desnecessário, tendo sido utilizado raras vezes. O mesmo acontece com o anfiteatro, que ainda vem a constituir um elemento perturbador do espaço público pela sua falta de condições de segurança e pelo estrangulamento que provoca na zona de passagem superior. A escolha de material para o piso também não se revelou a melhor, pois as lajetas de xisto são demasiado finas e encontram-se maioritariamente danificadas pela passagem de bicicletas e outros veículos a pedais.

**Edifícios com valor arquitetónico e/ou patrimonial**

A nível do edificado existem alguns exemplares, de épocas distintas,




**Fig. 47** Localização dos edifícios com valor patrimonial e/ou cultural. Ver Anexo VI.

**1** Conjunto de edifícios em forma de barco
**2** 5 moinhos de vento
**3** Escola primária / Centro de Saúde
**4** Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro e capela
**5** Colónia de Férias de Apúlia CCD Braga
**6** Casa do Cónego
**7** Estação de Socorros a Náufragos de Apúlia
**8** "Castelo"
**9** Habitação Casa da Torre
**10** Antiga casa do Visconde do Castelo
**11** Antiga casa do Comendador Fernando da Fonseca
**12** Antiga casa de Roberto Sameiro, "Casa da Mariazinha"
**13** Antigo Posto da Guarda Civil
**14** Antiga Casa de Couto
**15** Casa do Povo
**16** Capela de Nossa Senhora da Guia
**17** Igreja Matriz de Apúlia
**18** Capela de Nossa Senhora da Caridade
**19** Capela de Nossa Senhora do Amparo
**20** Capela de São Bento
**21** Casa dos Saraivas
**22** Capela Mortuária de Paredes
**23** Cruzeiro da Agra dos Mouros
**24** Estação Radionaval Almirante Ramos Pereira

que constituem um importante testemunho da história e cultura da Vila de Apúlia, listados no anexo XX.

O primeiro corresponde ao conjunto de edifícios em forma de barco localizados em Cedovém que, apesar de não ser possível datar, pode corresponder ao mais antigo vestígio construído da região. Constituem um exemplar único de arquitetura vernacular portuguesa que ao longo de décadas foi utilizado e replicado pela população local para armazenar os aprestos ligados à pesca. Atualmente estão na totalidade convertidas em habitações para férias, tendo sido a sua forma alterada e adaptada à nova função, num processo que constituiu uma perda grave.

Outro exemplar de arquitetura vernacular são os cinco moinhos de vento ainda existentes; construídos no topo das dunas, utilizavam a força do vento para moer cereais. Existiram outros exemplares nas dunas a Sul, mas ruíram no final do século XX, não existindo vestígios no local – só é possível localizá-los devido aos registos fotográficos. Em 2000, o arquiteto Manuel Fernandes de Sá informou que estes estavam devolutos e em estado de conservação razoável, aconselhando que, pelo menos um dele, fosse convertido em espaço museológico[127]. À semelhança do que aconteceu em Cedovém, estas estruturas estão adaptadas para habitações de férias, tendo sido algumas ampliadas.

Ao nível dos equipamentos é importante salientar o edifício da antiga escola primária, parte das instalações da unidade de saúde local temporariamente encerrada. Datado da primeira metade do séc. XX, é essencial promover a preservação das suas características originais, ao contrário do que aconteceu com o antigo edifício da Escola da Areia em 2023. Também uma escola primária idêntica à da Areia foi demolida em Criaz, aquando da construção da A28.

Ainda ao nível dos equipamentos, existem em Apúlia duas colónias de férias que merecem especial atenção. Em primeiro lugar a Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro, com capela anexa. Datado do século XIX, este edifício, com uma localização privilegiada, está devoluto, sendo pertinente promover medidas que impeçam alterações nefastas.

Também o edifício da Colónia de Férias de Apúlia CCD Braga merece especial atenção. Construído nos anos 1950/60 serviu de centro de abrigo temporário aos refugiados da Guerra Colonial, bem como de colónia de férias. Atualmente serve de cantina social e ocasionalmente é disponibilizado para eventos e parque de estacionamento.  Em julho de 2023 o CCD Braga informa que está em curso um projeto de requalificação do património edificado com vista a permitir a integração de um lar residencial e centro de atividades com capacidade para 60 pessoas[128].

A Casa do Cónego, ou Edifício Pérola, foi encomendada em 1875 por Fernando de Magalhães e Menezes ao engenheiro António Silva, professor da Academia Politécnica do Porto. Com característica arte nova servia de casa de veraneio até ter sido convertida, nos anos 60 do século

127 PU Apúlia, Manuel Fernandes de Sá, 2000, AMESP;
128 (2023) Requalificação da colónia de Férias de Apúlia é o próximo objetivo, in Diário do Minho, pág. 11, 13 de julho de 2023;

XX, em alojamento balnear com restauração[129]. Foi nesta altura que se deram algumas alterações como o surgimento do volume do restaurante. Na fachada poente existia uma varanda que foi destruída numa forte tempestade em que o mar atingiu o edifício. Foi adquirida pela CME mas voltou a ser vendida a uma entidade privada em 2022 [130]. Encontra-se em agravado estado de degradação.

Ainda na frente da Praia da Couve existe o edifício dos Socorros a Náufragos, utilizado pelo Instituto de Socorros a Náufragos e o "Castelo", sendo este último provavelmente da primeira metade do século XX, não constituindo um real exemplar de castelo medieval.

Existem três edifícios de habitação junto da Capela da Senhora da Guia considerados de interesse, listados no anexo VI. Encontram-se outros exemplares de habitações do século XIX na vila, mas encontram-se muito alteradas, ou em total estado de ruína, já que outros foram demolidos e deram lugar a edifícios de habitação plurifamiliar, como é o caso do edifício na Rua dos Sargaceiros, ou a novo espaço público, como é o caso da frente urbana da Praia da Couve.

Ao nível da arquitetura religiosa é importante listar as igrejas e capelas com alguma notoriedade (apêndice VI), relembrando que não existem vestígios da igreja românica localizada em Paredes, da Igreja Matriz primitiva ou da antiga capela de Nossa Senhora da Guia.

Quaisquer outros edifícios ou estruturas de interesse encontram-se listados no documento anexo supracitado.

Em 2023 é possível caracterizar Apúlia como estando em forte expansão; a população aumenta a cada década, sendo maioritariamente ativa; são cada vez mais os novos empreendimentos imobiliários e os preços das habitações atingem os mesmos valores dos grandes centros urbanos.

No entanto, a região parece não conseguir acompanhar este processo e são vários os problemas que surgiram no século XXI: uma rede viária deficitária que não atende às necessidades da população, falta de qualidade do espaço público, a ausência de equipamentos e serviços fundamentais; estes são alguns dos temas a ser expostos no próximo capítulo e para os quais será desenvolvida uma proposta de resolução.

129 COSTA, Daniela A. P. da (2022), Intervenção Urbana na Vila de Apúlia - Reabilitação Arquitetónica do Pérola do Atlântico, pág. 50, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, junho de 2022;
130 (202) Município de Esposende encaixa 1.2 milhões com venda de imóveis sem uso, *in* Jornal Vilaverdense. 17 de agosto de 2022;

# Capítulo III

# Estratégia de intervenção e oportunidades de desenvolvimento

**Fig. 48** Praia de Apúlia, como que a caminhar para o futuro; fotografia de Artur Pastor 1950/60.



Após a recolha e análise de todos os dados expostos nos dois capítulos anteriores, chega o momento de, com base naquilo que deles se retira, formalizar a proposição de uma estratégia de intervenção para a vila de Apúlia, que promova a preservação dos valores culturais, patrimoniais e naturais da região, não ignorando a necessidade de progresso e adaptação inerentes à evolução humana.

*"No exercício de entender a cultura como algo mais profundo que o simples deleito estético, importa encontrar as linhas para a construção do futuro."*[131]

Como em todos os planos urbanos, de maior ou menor escala, não se pretende que estas medidas, partindo do princípio que serão levadas a cabo, sejam implementadas de forma radical e abrupta. Por diversas razões, desde as económicas às sociais e administrativas, uma estratégia de intervenção à escala urbana deve ser pensada a médio e longo prazo, e é exatamente essa a perspetiva da presente exposição.

Partindo da análise da situação existente, reflexo das reais necessidades da população da vila e daqueles que a visitam, e procurando retirar da história e dos planos anteriores estratégias para as questões transversais a todos os tempos, expõe-se agora um conjunto de propostas que constituem uma estratégia de intervenção à escala urbana regional, e que procuram guiar de forma consciente o desenvolvimento da vila de Apúlia.

Para possibilitar uma maior facilidade na leitura, as propostas foram agrupadas em categorias, não sendo a sua ordem de apresentação reflexo de qualquer ordem cronológica de intervenção ou da importância da problemática abordada.

**Reestruturação da rede viária**

Atualmente a única intervenção expressiva na rede viária programada é a construção da Estrada Variante Norte, prevista desde o PU de 2000. O objetivo desta intervenção é permitir o escoamento de trânsito para a zona de Cedovém, libertando a área da Praia da Couve; também deverá servir como elemento de contenção da ocupação urbana, à semelhança do que aconteceu com a Estrada Variante Sul.

Em relação a esta proposta aponta-se algumas críticas: o desenho da nova estrada variante levanta inúmeras dúvidas relativas à viabilidade da sua execução; promove um total sufocamento do trânsito na zona do cruzamento da Rua do Facho com a Avenida da Praia, bem como, para que pudesse ser executada, seria necessário expropriar uma série de habitações primárias que não constituem nenhum tipo de ameaça; esta estratégia parece promover a exploração intensiva da zona de Cedovém, quando deveria ser feito o contrário; já não parece viável promover este

131 TAVARES, Domingos (2018), Casas na Duna, Equações de Arquitetura 61, Dafne Editora, Porto, 2018, pág. 7;

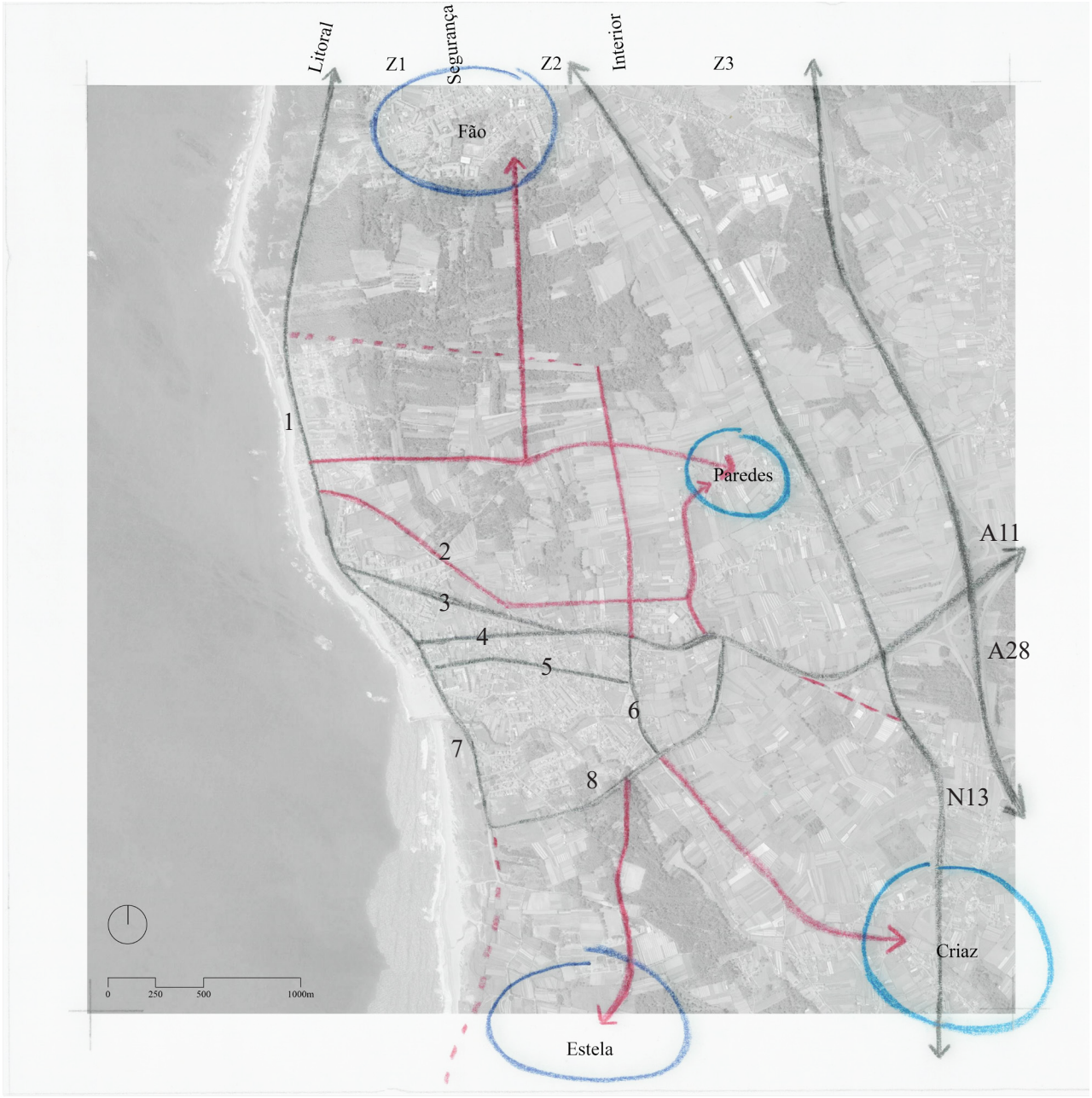



**Fig. 49** Esquema de expansão da rede viária principal.

Rede viária principal
Novos eixos
Lugares da vila de Apúlia
Povoações vizinhas

1 Avenida Marginal de Cedovém
2 Rua do Furado
3 Rua do Facho
4 Avenida da Praia
5 Rua do Cruzeiro
6 Rua da Igreja
7 Avenida da Colónia
8 Avenida do Mar

eixo como elemento de contenção, pois o processo de expansão para Norte já está em andamento.

Não excluindo a necessidade de intervir na Rua do Furado, atualmente estreita, em terra batida e sem quaisquer passeios pedonais, deve ser excluída a possibilidade de esta constituir um elemento de contenção, bem como deve ser repensada a sua escala e o desenho da sua ligação à zona da Rotunda de Apúlia.

Ainda é possível, uma vez que não existem construções significativas, alargar esta via, criando um eixo de distribuição com dois sentidos de trânsito, que deve desembocar sensivelmente a 100 metros para Norte do cruzamento entre a Rua do Facho e a Avenida da Praia; deste modo é possível criar um eixo paralelo a esta até à rotunda, que liberta o trânsito da avenida. Este seria o primeiro momento de reestruturação da rede viária de Apúlia, abrindo a possibilidade da criação e consequente melhoramento de outros.

Por várias vezes ao longo do século XX surgiu a proposição de um novo eixo Norte – Sul, entre Apúlia e Fão, alternativo à N13 e à Avenida Marginal de Cedovém. Já em tempos terá sido pelo interior, e não pelo litoral, que se realizava a deslocação até Fão, e Esposende, num eixo longitudinal correspondente à extensão da estrada entre as duas villas romanas, e que se encontra claramente demarcado até hoje no parcelamento do território.

Atendendo ao facto de a N13, principalmente após a alteração das condições de circulação nas antigas SCUT[132], ser um eixo de elevado tráfego e de a Marginal de Cedovém se encontrar em zona de cordão dunar primário que interessa preservar, a proposta de um eixo interior que faça a ligação entre Apúlia e Fão, cuja relação é de interdependência, é de facto pertinente.

Após a fixação do primeiro eixo referido, propõe-se o lançamento de dois eixos perpendiculares a este, um pela Rua da Agra e outro pela Rua da Lagoa, sendo esta última prolongada até Fão, mais precisamente até à Rua de Santo António, junto ao Jardim de Infância de Fão, a um polo da Escola Profissional de Esposende e à Unidade de Saúde de Fão.

Em seguida, considera-se fundamental assumir a importância do eixo Cedovém – Paredes pelas Ruas da Salgueira e do Cruzeiro da Agra dos Mouros. Apesar das condições menos favoráveis da via, esta é muito utilizada como alternativa para quem vem da N13 por Paredes e se quer deslocar até Cedovém.  Este eixo cruza uma zona preferencialmente agrícola, característica que se deverá manter.

Paralela a este último, existe também a Norte a Rua do Canal, menos utilizada e que deverá ser intervencionada, clarificando o seu traçado, mas mantendo as suas características de "caminho florestal", uma vez que cruza a massa de pinhal a Norte.

A Sul da Variante Avenida do Mar é necessário melhorar os eixos de ligação a Criaz e à freguesia vizinha da Estela. Mais uma vez estes eixos

132 Acrónimo para as vias sem custos para o utilizador, como era o caso da A28;

pré-existentes cruzam massas florestais e agrícolas cujas características é importante preservar, não obstante a necessidade de assumir a sua importância enquanto eixos ordenadores do território.

Em primeiro lugar, e no prolongamento do eixo da Rua da Agra, propõem-se assegurar uma melhoria das condições da Rua do Pinhal e o seu prolongamento até à Estela. Este eixo vem servir também o Campo dos Sargaceiros.

Em conjunto com a intervenção a Norte, constitui-se o eixo entre as duas *villas* romanas e o seu prolongamento, devolvendo-lhe a importância de outrora e garantindo uma melhoria considerável nas condições de circulação daqueles que utilizam estas vias frequentemente.

A Rua das Bouriças, que une a Avenida do Mar a Criaz, assume a mesma importância como eixo de ligação. Entre esta e a anterior será também importante considerar o eixo que liga a Praia da Ramalha a Criaz.

Ambas as intervenções a Sul não provocam alterações na circulação da Variante Sul, uma vez que os nós de ligação entre esta e os dois eixos referidos já existem.

Assim é possível garantir uma melhoria significativa nas ligações entre Apúlia, Paredes, Criaz e Fão, num sistema apoiado na rede pré-existente, que não obriga a processos maiores de expropriação.

Ainda ao nível da rede viária é fundamental repensar o desenho da Avenida Marginal de Cedovém, desde a zona dos moinhos de vento até Ofir.

*"É um facto de constatação diária que os locais pitorescos exercem sobre a generalidade das pessoas uma força atrativa por vezes irresistível."*[133]

*"Acontece com os locais pitorescos algo semelhante ao que se passa com as flores bonitas (...) a sua beleza é muitas vezes a causa da sua perdição."*[134]

Construída em zona de duna primária foi, ao longo dos últimos dois séculos, promotora das intervenções nefastas ocorridas ao longo da costa. Não raras vezes os PU apontaram a necessidade de despromover a sua forte utilização, uma vez que a consequência da exploração intensiva do cordão dunar acarreta consequências nefastas.

É por isso primordial promover a sua reformulação. Apoiada nas restantes intervenções propostas na rede viária, pretende-se retirar o seu carácter de eixo de ligação automóvel a Fão e tornar este eixo preferencialmente pedonal e para bicicletas, reduzindo as zonas de estacionamento ao mínimo necessário para servir as habitações já instaladas, e melhorando as condições de iluminação. É necessário restringir total-

133 ARAUJO, Ilídio A.de (1957-2014), Arquitetura Paisagista ou "A Organização do Espaço" nas Paisagens, vol. I, Problemas de economia, arquitetura e gestão de paisagens humanizadas, Edições Afrontamento, pág. 235, 2022;
134 Idem, pág. 237;

mente as intervenções a Oeste da Marginal e despromover futuras intervenções a Este, uma vez que ainda se trata de zona de cordão dunar. A par disto, é necessário promover a manutenção das massas florestais, fundamentais para o equilíbrio ecológico da região.

Este eixo tornar-se-ia um "passeio" convidativo por entre os pinhais, onde a população pudesse usufruir dos benefícios das caminhadas junto ao mar, numa zona mais protegida dos ventos e onde o trânsito de veículos automóveis seria reduzido, promovendo uma maior sensação de integração ecológica e transição da imensidão agressiva do mar para a habitabilidade terrestre.

Esta intervenção só fará sentido a par de uma outra a ser realizada na zona do bairro piscatório de Cedovém, que expomos mais adiante neste trabalho.

É ainda pertinente promover uma melhoria nas condições das vias, iluminação das mesmas e melhorar genericamente as condições da circulação de peões e bicicletas, numa atitude que pretende, em conjunto com outras medidas, reduzir o trânsito de veículos automóveis, não só pelas questões ligadas aos constrangimentos durante os meses de verão, mas também na busca de uma sociedade ecologicamente mais responsável. É incompatível despromover o uso do automóvel individual sem proporcionar aos habitantes as condições necessárias para que se desloquem a pé, de bicicleta ou de transportes públicos.

O esquema base da rede viária define uma nova organização do território em três níveis de Poente para Nascente, sendo o primeiro (Z1) correspondente à Zona de Risco, seguido de uma Zona de Segurança (Z2), correspondente à região que deverá ter sido habitada entre os séculos I a.C. e XVIII, e uma  última Zona de Expansão (Z3), que corresponde à área para a qual se considera viável uma expansão a médio/longo prazo.

**Espaços verdes e solos agrícolas**

*"As gentes apreenderam durante séculos que o solo agricultável tinha de ser respeitado como coisa sagrada, e nunca se construía uma casa sobre terreno de vocação agrícola. Porém, a Governação Portuguesa do pós-guerra ensinou às novas gerações que os géneros agrícolas são obtidos com muita facilidade nas cavas das mercearias."*[135].

Apúlia é, ainda, uma região agrícola: metade do seu território é constituído por solos agrícolas e a sua paisagem é fortemente marcada por estruturas como estufas. No entanto, esta é uma atividade em declínio.

135 ARAUJO, Ilídio A.de (1957-2014), Arquitetura Paisagista ou "A Organização do Espaço" nas Paisagens, vol. I, Problemas de economia, arquitetura e gestão de paisagens humanizadas, Edições Afrontamento,  pág. 201, 2022;;

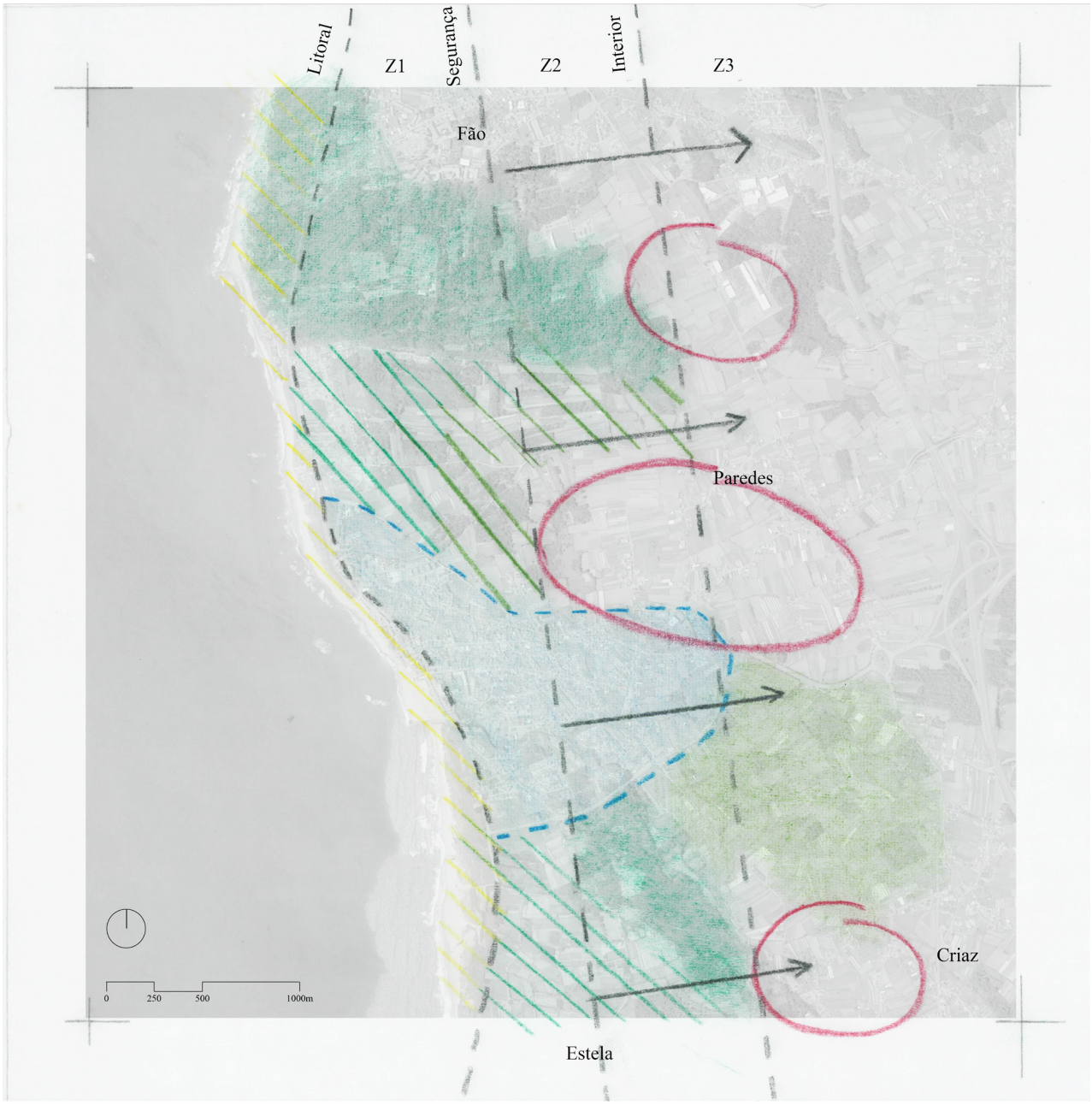



**Fig. 50** Esquema geral com os três novos focos de fixação assinalados a vermelho.

- Eixos estruturantes
- Novos focos de fixação populacional
- ARU
- Cordão dunar primário
- Pinhal
- Solos agrícolas

"Como é geralmente sabido de toda a gente, os únicos solos do Noroeste português onde, a custos satisfatórios, se podem conseguir boas produções de uma ou outra das culturas com maior interesse para a produção de alimentos (…) são os das veigazitas aluvionares que bordejam as suas ribeiras e os de alguns terrenos marítimos do litoral."[136]

A par da promoção da cultura dos campos de masseira é fundamental criar mecanismos que garantam a manutenção dos solos agrícolas, sendo para tal necessário o estabelecimento de zonas exclusivamente agrícolas, maioritariamente nas zonas Z2 e Z3, não permitindo que, mais uma vez, a forte especulação imobiliária e turística seja um elemento desestabilizador. Também é necessário promover a cooperação dos produtores agrícolas e criar incentivos para aqueles que se dedicam à agricultura.

Deve ser também promovida a criação de zonas de "parque verde" protegidas a Norte e a Sul, com caminhos pedonais, promovem a reestruturação dos pinhais, aliados à criação de zonas de exploração agrícola protegidas pelos mesmos.

À semelhança do que aconteceu no Município de Ovar, que procedeu à plantação sistemática de pinhais, que ao fim de vários anos constituem um elemento de preservação da zona urbana e dos valores agrícolas[137], e evocando o que aconteceu entre os séculos XVI e XVIII, é fundamental promover a preservação e reestruturação das duas massas de pinhal a Norte e a Sul de Apúlia, essencialmente nas zonas Z1 e Z2, como elementos de elevada importância na manutenção do cordão dunar e na prosperidade das culturas agrícolas a Este das mesmas. Para tal é fundamental criar mecanismos de proteção e campanhas de plantio onde o sargaço pode e deve ser o principal adubo, numa atitude exemplar das vantagens do seu emprego na agricultura.

Seria ainda essencial promover a existência de mais espaços verdes na vila, como por exemplo, não descartar a ideia do PU de 2000 que cria uma zona de espaço verde junto do ribeiro a Sul, restringindo a construção nesta zona que tende a alagar, ao mesmo tempo que se cria uma passagem pedonal da zona da Igreja Matriz até à praia, que pode ainda contar com uma ciclovia.

**Sobre as masseiras e o sargaço e a sua revitalização**

Com o aumento gradual da procura dos produtos, as novas técnicas agrícolas e o recurso a fertilizantes e pesticidas sintéticos revelaram-se mais produtivos, levando a que a cultura dos campos de masseira chegue ao século XXI como um apontamento; na região de Apúlia existe apenas um campo de masseira, na totalidade da sua configuração, na Rua do Cruzeiro da Agra dos Mouros, e menos ainda aqueles que praticam esta técnica agrícola.

Este tipo de campo agrícola surgiu da necessidade de proteger as culturas agrícolas dos ventos fortes de Norte que assolam a região durante

136 Idem, pág. 203;
137 TAVARES, Domingos (2018), Casas na Duna, Equações de Arquitetura 61, Dafne Editora, pág. 34, Porto, 2018;

**Fig. 51** Proposta apresentada a concurso na Trienal de Lisboa de 2022.



todo o ano, e também de tornar estes solos arenosos mais férteis.

Através da extração manual de areia, depositada nas laterais dos campos, cria-se um valo com apenas alguns metros de profundidade, ladeado por quatro taludes onde se planta vinha, de modo a assegurar a estabilidade e o aproveitamento total dos terrenos agrícolas.

No centro, protegido dos ventos e tempestades de areia, surge uma zona com características térmicas mais favoráveis, e naturalmente mais próxima dos lençóis freáticos.

Não obstante a quantidade de água e adubo necessários para que as culturas possam prosperar nestes solos arenosos, a arquitetura dos campos de masseira permite a criação de um microclima onde, até o nível ligeiramente elevado de salinidade, contribui para que alguns tipos de culturas prosperem.

O principal adubo utilizado originalmente nestes campos é o obtido através da secagem do sargaço e do pilado, matérias orgânicas provenientes do mar. Extraídos em épocas específicas, estes materiais seguem para zonas de secagem, onde são estendidos numa camada fina - para evitar o apodrecimento, podendo ser armazenados por meses depois de secos. Para adubar os terrenos, basta espalhar esta matéria sobre os mesmos e deixar que os processos de decomposição naturais ocorram.

A utilização deste tipo de adubo acarreta vantagens por ser uma excelente fonte de matéria orgânica, essencial para a saúde dos solos e crescimento de plantas; ser fonte de macro e micronutrientes, que são depois absorvidos pelas plantas; aumentar a capacidade de retenção de humidade dos solos, essencial neste tipo de plantações arenosas; estimular o crescimento das raízes, aumentando a sua capacidade de absorção de água e nutrientes; e ajudar no controlo de pragas. E ao contrário do que aconteceu com a utilização de produtos sintéticos, não assistimos aqui à contaminação dos lençóis freáticos nem dos alimentos[138].

Em conjunto, os campos de masseira e a utilização do sargaço constituem uma alternativa económica, sustentável e biológica, que deve ser revitalizada na busca de práticas que promovam um bem-estar geral, ao mesmo tempo que preservam um património mais do que material, detendo um valor cultural.

Na Galiza, lugar onde também se pratica este tipo de agricultura, existem outras alternativas para atender às grandes quantidades de sargaço que dão à costa cada vez em maior quantidade devido às alterações climáticas: para além da utilização da matéria orgânica para adubar os campos, surgem agora projetos que visam utilizá-la na produção de ração para o gado e para os peixes, uma vez que é rico em proteínas[139]; e ainda, o investigador Pablo García del Río desenvolveu um projeto que utiliza o sargaço como fonte de bioetanol, extraído das algas através da auto-hidrólise, um processo sustentável[140].

138 Informação apurada junto do Professor Dr. José Fernandes, docente da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Contacto efectuadi por e-mail entre 30-05-2023 e 14-06-2023;

139 ABUÍN, R. (2019), Galicia busca aprovechar el sargazo de las playas para alimentar ganado y peces, *in* La Voz de Galicia, 5 de julho 2019;

140 (2023) Un investigador gallego encuentra la solución: convertir la plaga del sargazo en bio-

Em julho de 2022, um artigo publicado pelo jornal Expresso[141] indicou que as autoridades camarárias estão a encaminhar esta matéria orgânica para aterros, em prol do turismo. Segundo o mesmo, na Universidade do Porto está a ser levado a cabo um estudo que compara a eficácia do sargaço na mitigação do stress e secura das plantas, e em Coimbra já se começam a desenvolver estudos para aplicação clínica das algas.

As algas são, também, comestíveis para humanos, ricas em proteína, fibra e minerais, muito utilizadas na cozinha asiática, e ainda excelente fonte de iodo, particularmente nesta região; outra oportunidade de exploração do sargaço encontra-se nas áreas da medicina e estética.

O sargaço pode ser encarado como uma oportunidade económica, que naturalmente se viria a refletir no desenvolvimento global da vila de Apúlia.

A apanha manual do sargaço, a cargo dos antigos Sargaceiros, recorre a uma metodologia rudimentar e que já não se revela rentável, mas isso não invalida que a sua memória seja preservada pelo Grupo Folclórico dos Sargaceiros da Casa do Povo da Apúlia, e mais recentemente pelo Museu do Sargaço, inaugurado a 23 de abril de 2023. Não obstante, a melhor forma de preservar o património cultural é dar continuidade às suas práticas ancestrais sustentáveis, tanto mais quando apresentam claros benefícios seja para a economia seja, sobretudo, para o bem-estar das pessoas.

Numa candidatura apresentada a concurso para a Trienal de Lisboa de 2022 intitulada *"Masseiras - Urban fields as meetings spaces"*[142], desenvolveu-se uma hipótese de intervenção com o objetivo de encontrar uma forma de aproveitar a tipologia espacial das masseiras para criar espaço público qualificado e ao mesmo tempo promover um retorno responsável a esta técnica agrícola única da costa norte de Portugal. Utilizando o sistema antigo com um desenho contemporâneo do espaço público, esta proposta pretende resolver dois problemas principais deste território: a falta de espaço público qualificado e a necessidade urgente de preservar as masseiras.

A forma dos campos de masseira permite criar um espaço central protegido dos ventos e onde a temperatura se torna também mais confortável. As diversas interpretações formais deste tipo adequadas a outros programas e intervenções permitiria  a concepção de uma série de equipamentos públicos, como praças, campos de jogos e parques de estacionamento.

combustible, *in* Antena 3 Galicia, 28 de março de 2023

141 SÉNECA, Hugo (2022), Sargaço nas praias: as algas valem ouro, mas todos os anos há toneladas que vão para o lixo, *in* jornal Expresso, 11 de julho de 2022;;

142 Proposta desenvolvida pela autora desta prova;

**Sobre a reestruturação da Duna Primária em Cedovém e Pedrinhas**

*"As conclusões de um estudo que avaliou o impacto das alterações climáticas e do turismo em três áreas protegidas do país apontam para que a linha de costa na faixa do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), em Esposende, recue em média 28 metros até 2043."*[143]

Desde 2006 que os constantes avanços da linha do mar ameaçam toda a extensão do PNLN, estando naturalmente nele incluídas as zonas de Pedrinhas, Cedovém e Apúlia.

Apesar de, segundo um estudo coordenado por Rita Sousa e António Vieira - ambos professores da Universidade do Minho, a zona mais afetada se localizar entre a foz do rio Cávado e a praia da Bonança, os sinais de alarme já se fazem notar mais a Sul: em 2019 duas habitações localizadas em Cedovém foram arrastadas pelas águas do mar.

Os esforços para travar a força da água na zona das Pedrinhas, onde está localizado o conjunto edificado que se acredita ser o mais antigo da região, partiram dos proprietários, que depositaram grandes blocos graníticos na base da duna numa tentativa de criar uma estrutura quebra-mar. Mas em breve isto não será suficiente.

A CME está, há já vários anos, a trabalhar no sentido de proceder à demolição quase total de todas as estruturas localizadas no cordão dunar a Oeste da Avenida Marginal de Cedovém: uma notícia de junho de 2023 dá conta de que a CME pretende demolir 180 construções, entre as quais sete restaurantes, 89 habitações e mais de meia centena de "barracos"[144]. Mais adiante, o Presidente da CME, arquiteto Benjamim Pereira esclareceu quanto ao plano de intervenção: os sete restaurantes serão relocalizados num terreno a ser adquirido pela CME, e construídos numa estrutura de madeira amovível, para que possam futuramente, e em caso de necessidade, voltar a ser reimplantados; das 89 habitações, 11 famílias serão realojadas num edifício que poderá vir a ser integrado no programa 1.º Direito[145] – num total de 14 habitações[146] .

A demolição das estruturas parece, de facto, a solução mais viável: em primeiro lugar, grande parte destas estruturas resultam de uma apropriação por usucapião gradual de terrenos baldios doados pela casa de

143COSTA, Ricardo R. (2023) Esposende perde 28 metros de linha de costa até 2043, *in* Jornal de Notícias online, 21 de junho de 2023;

144 (2023) Luz verde da APA para demolir habitações em risco na costa de Esposende, *in* Jornal de Notícias, 26 de maio 2023;

145 "O 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo." (https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito);

146 (2023) Esposende quer demolir 180 construções na praia de Apúlia contra vontade de moradores, *in* Jornal de Notícias, 20 e junho 2023;



**Fig. 52** Avenida Marginal de Cedovém, com os restaurantes à direita e as esplanadas à esquerda.



**Fig. 53** Bairro piscatório de Cedovém.



**Fig. 54** Bairro piscatório de Cedovém.



**Fig. 55** Bairro piscatório de Cedovém e o seu acesso à praia.



**Fig. 56** Bairro piscatório de Cedovém.



**Fig. 57** Bairro piscatório de Cedovém visto do mar.

Bragança ao povo de Apúlia, onde se deveria realizar a seca do sargaço e o armazenamento dos aprestos ligados às atividades marítimas; apesar de nos dias de hoje, a maioria das habitações e restaurantes possuir de facto base legal, isso não invalida que esta tenha resultado de processos menos convencionais.

Mais se acrescenta que, estando construídas na primeira linha de cordão dunar, todas as estruturas a oeste da Avenida Marginal de Cedovém se encontram em risco iminente, e foram um contributo para a deterioração do cordão dunar.

As dunas constituem um ecossistema e formam uma barreira natural dinâmica que protegem a costa, travando o avanço do mar e impedindo a contaminação dos lençóis freáticos por água salgada. São, portanto, essenciais. Apesar da contestação dos moradores, que alegam a existência de estruturas, como as Torres de Ofir, entre outras, que não serão demolidas[147], a demolição de toda e qualquer estrutura que impeça o natural desenvolvimento das dunas é urgente.

Este parece ser o plano da CME, mas serão as soluções propostas as melhores?

Em relação às habitações: menos de 15% das habitações correspondem a primeira habitação, pelo que se julga viável que seja assegurado o realojamento de todas as famílias em local próximo e com características que respondam às suas necessidades, podendo até em muitos casos corresponder a uma melhoria das suas condições de habitabilidade Naturalmente que um processo de demolição acarreta um peso emocional que não pode ser suprido monetariamente, mas em nada se compara àquele que a perda de património pessoal e vidas humanas traria.

Em relação aos edifícios de segunda habitação pouco há a acrescentar: os processos de expropriação deverão contemplar compensação financeira.

A zona de restauração pode representar o processo mais complexo: popularmente alega-se uma possível perda de dinamismo na região, ou até de uma certa "cultura". À semelhança do que aconteceu com as estruturas habitacionais, estas decorrem de um processo de apropriação, o que resultou no surgimento de estruturas precárias, com organização interior disforme e pouco funcional, sem estrutura urbana de apoio.

Com a pandemia Covid-19, foram licenciadas estruturas de esplanada que permitiam o exercício das funções de acordo com as normas da DGS. Após o levantamento dessas normas, as estruturas não foram desmanteladas e assumem cada vez mais características de permanência, possuindo já coberturas, janelas, portas e eletricidade, num processo que parece lembrar o que aconteceu do lado oposto da rua.

A 28 de junho de 2023, a CME divulgou um vídeo promocional do projeto que poderá vir a ser desenvolvido nas zonas de Cedovém e Pedrinhas[148], que constituiu, até à data, a informação mais completa a que se pode ter acesso. Conclui-se que está prevista a construção de um passadiço de madeira sobrelevado com um quilómetro e meio que liga as praias de Pedrinhas e Cedovém à praia de Apúlia; melhorias para refrear o tráfego de automóveis; alargamento dos passeios pedonais; criação de "bolsas" de estacionamento; finalização da Ecovia Litoral Norte;

147 (2023), Moradores contestam demolições de habitações e restaurantes em Esposende, in Público, 28 de junho de 2023;
148 https://www.youtube.com/watch?v=A401Xxn2PCE;

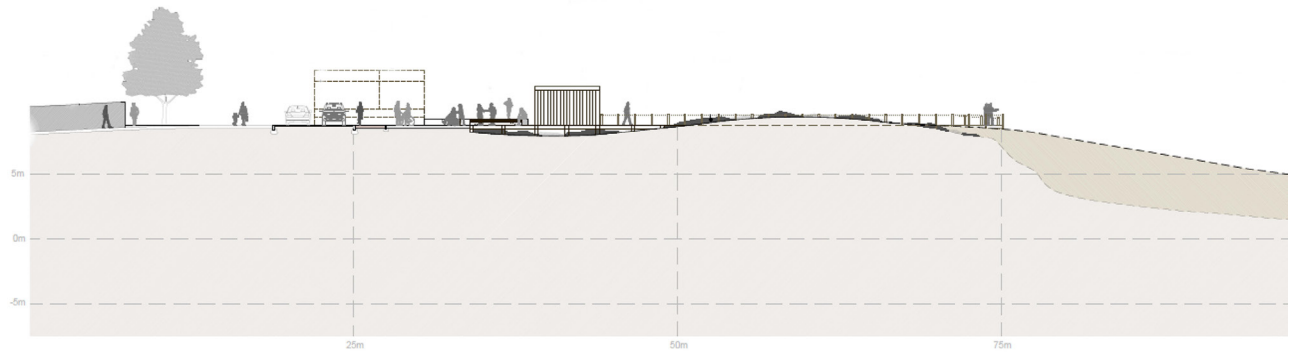



**Fig. 58** Proposta apresentada pela CME em junho de 2023 para a requalificação de Cedovém, corte.

**Fig. 59** Proposta apresentada pela CME em junho de 2023 para a requalificação de Cedovém, vista aérea gera.



**Fig. 60** Proposta apresentada pela CME em junho de 2023 para a requalificação de Cedovém, vista a partir do passadiço.



construção dos restaurantes em estruturas de madeiras sobrelevadas em relação à Avenida Marginal para melhorar a vista para o mar[149].

A proposta da CME prevê a relocalização dos sete restaurantes na mesma zona, e a construção dos mesmos em estrutura em madeira, que permita uma nova movimentação no território em caso de nova ameaça. Em primeiro lugar, a construção em madeira não é apropriada para esta região, uma vez que, mesmo com tratamentos que alegam durabilidade, as características climáticas da região, onde o salitre se instala em todo o tipo de objetos e estruturas, contribuem para a rápida deterioração da madeira – todas as estruturas construídas ao abrigo do programa POC Caminha Espinho que utilizaram este material se encontram já muito degradadas, exigindo constantes tratamentos e reparações, sendo que o mínimo descuido causa estragos elevados. Em segundo lugar, em caso de relocalização que sentido faz instalar estas estruturas na mesma zona, já prevendo um avanço da linha de costa? Não será mais viável recuar mais no território e promover a implantação da mesma numa zona segura, e em que todo o desenho urbano envolvente promova a resolução das problemáticas existentes na atual localização, entre as quais a falta de estacionamento e a falta de qualidade do espaço público?

Relativamente às estruturas de apoio às atividades marítimas, serão construídas no mesmo local, de frente para o mar. A proposta apresentada revela uma tentativa de mimetizar uma certa vernacularidade mas, em nossa opinião, fica àquem das expectativas.

Apesar de aparentemente exagerado, e contra a vontade da maioria da população, parece de facto necessário, e urgente, transferir o bairro piscatório de Cedovém para uma zona mais interior. A proposta da CME, ainda sem local, prevê o realojamento num edifício de habitação plurifamiliar ao abrigo do programa 1.º Direito, no entanto não parece viável realojar neste tipo de edifício famílias acostumadas a outra tipologia habitacional inserida num bairro. À semelhança da proposta de 1994, será essencial que o novo bairro piscatório de Cedovém seja construído a Este da Avenida Marginal, numa zona menos sujeita às alterações da linha da costa, sendo primordial garantir a relocalização dos armazéns, e com opções tipológicas que permitam uma transição de hábitos que estas famílias permanentes até agora tiveram.

Para tal, propomos que a zona de restaurantes seja transferida para Este da Avenida Marginal de Cedovém, por exemplo, para o terreno da antiga tele-escola na travessa da Rua do Furado, com uma área superior a dez mil metros quadrados, e onde será possível edificar os restaurantes, com vista desimpedida para o mar, e também estacionamento.

Em relação ao bairro de pescadores, parece pertinente dividir as estruturas ligadas às atividades marítimas das ligadas à habitação. Em primeiro lugar, podemos considerar uma nova localização num terreno na Rua da Salgueira com cerca de seis mil metros quadrados. Os armazéns, com uma estrutura semelhante à tradicional apresentada no artigo

149 (2023) Esposende: É assim que vai ficar Apúlia após as demolições contestadas por moradores, in O Minho, 28 de junho de 2023;

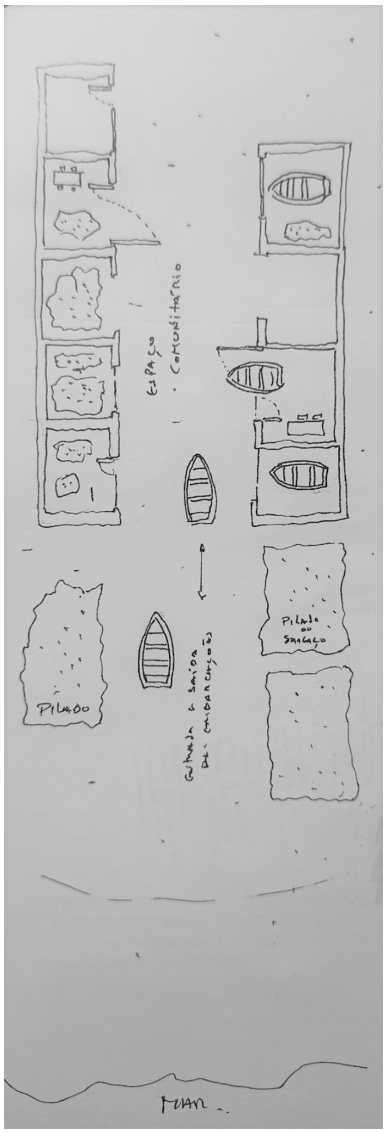



**Fig. 61** Esquema alusivo às construções de apoio à pesca em Cedovém.

de João Godinho e Alberto Costa Macedo[150], com frente para a Rua da Salgueira, terão ligação à zona de descida para o mar em linha reta e a uma distância de 250 metros. O bairro, a ser executado na parte Norte do terreno, acessível também pela Travessa da Secagem do Sargaço e da Marginal de Cedovém, com tipologias variadas de habitação unifamiliar, responderia às necessidades de cada família. Seriam também transferidas para este novo bairro as três habitações localizadas na Travessa da Rua do Furado, construídas para alojar de forma temporária as famílias deslocadas aquando do arranjo da frente da Praia da Couve, e que, devido à natureza da sua construção, se encontram em mau estado.

O processo de demolição em Cedovém deverá ter em atenção que algumas estruturas correspondem a vestígios das antigas construções de armazenamento em forma de barco, elementos importantes do património etnológico da região e para as quais deverá ser desenvolvido um procedimento próprio.

Na zona das Pedrinhas este processo deve ser mais cauteloso, senão nulo: uma parte grande parte destes edifícios, constituem património arqueológico. Maioritariamente reconfigurados para habitação de férias, estes edifícios devem ser desocupados, uma vez que não se exclui em momento algum a possibilidade de uma fatalidade, e deve ser promovido um plano de intervenção onde, partindo de uma análise cuidada do conjunto edificado, se venha a estabelecer quais dessas construções devem ser preservadas e até catalogadas, uma vez que, mesmo não se provando a sua ancestralidade, estas não deixam de constituir um exemplar único de arquitetura vernacular portuguesa.

Os terrenos baldios de Apúlia devem ser restituídos à população, para que neles possam ser realizadas atividades comunitárias como a seca do sargaço, o reparo das redes, entre outras atividades ligadas à pesca.

A demolição destas estruturas deve ser apenas a primeira fase de um processo de reestruturação do cordão dunar. É necessário criar legislação que assegure uma zona *non edificandi* em toda a faixa dunar, e a implementação de mecanismos de proteção ambiental que parecem ter vindo a ser ignorados, promovendo o recuo face ao mar, criando uma faixa de segurança.

**Equipamentos e serviços**

Ao nível dos equipamentos, e apesar das intenções reveladas nos PU do século XX, Apúlia tem algumas deficiências, com a ausência de equipamentos fundamentais como unidade de saúde própria e instituições bancárias. Sendo algumas destas lacunas colmatadas pela existência destes equipamentos em Fão, e como acima referido, é importante reforçar a importância das intervenções na rede viária que promovem uma melhoria significativa na ligação entre ambas as vilas.

Uma das propostas prende-se com a criação de um parque de campismo e de caravanas a Sul, entre as zonas Z1 e Z2. Apesar da existência dos parques de campismo de Fão e da Estela, parece pertinente a criação de

150 GODINHO, José, MACEDO, Alberto C. (2010) Lugar das Pedrinhas, in Revista Trama número um - Memória, pág. 13-18, 2010;

um parque em Apúlia, de dimensões mais reduzidas, que surge como alternativa aos hotéis e ao alojamento local, promovendo um turismo mais sustentável. Assim também se evitaria o estacionamento de caravanas em locais de grande afluência.

Deverá ser um terreno próximo do litoral, mas não numa zona onde se promova a destruição do cordão dunar, onde seja prolongado o trabalho de plantio de pinheiro, e onde possa também ser instalada uma piscina exterior pública. Aqui pode ser promovida, também, a criação de uma espécie de estação termal, mas de água salgada, onde possam ser explorados os benefícios do iodo e das algas marinhas da região.

É também importante voltar a pensar na construção de um terminal de camionagem, ou de pelo menos uma zona onde os autocarros possam estacionar, reduzindo mais uma vez os constrangimentos causados junto das praias. Seria pertinente que este equipamento estivesse localizado junto da N13 e da antiga Estação Radionaval, que irá receber em breve um polo da Universidade do Minho.

Ainda sobre o futuro da Estação Radionaval, é importante melhorar as condições de ligação pedonal entre esta, a N13 e o centro da vila de Apúlia, uma vez que, à partida, alguns dos estudantes deverão aí residir.

Também a Escola Básica precisa de intervenção ao nível das coberturas e de uma melhoria geral das condições dos espaços interiores e exteriores, bem como a melhoria do estacionamento. Esta bolsa de estacionamento serve a escola no período escolar, mas durante os meses de verão fica vazia, podendo ser integrada na rede de bolsas de estacionamento, do qual falaremos adiante.

**Reformulação da frente urbana litoral**

Uma das principais problemáticas da vila de Apúlia está diretamente relacionada com a falta de qualidade no arranjo da frente litoral, mesmo após todos os processos levados a cabo depois de 2005 e ao abrigo do POC Caminha Espinho.

A principal atração turística da região é, sem dúvida nenhuma, a praia, ou melhor, as praias de Apúlia, conhecidas desde há muito pelas propriedades medicinais das suas águas ricas em iodo.

Assim sendo, e principalmente nos meses de verão, é no litoral que se concentra a maior parte da população e visitantes, o que, naturalmente, tem consequências. A principal: os constrangimentos no trânsito, agravados pela falta de bolsas de estacionamento.

As propostas recentes, nomeadamente para Cedovém, promovem a criação de bolsas de estacionamento junto das praias, mas isso não parece viável. Em primeiro lugar, faltam espaços aptos a receber essas estruturas que estejam localizados suficientemente perto das praias para que sejam atrativos.

É preciso ter em consideração que é comum ao ser humano preferir o



**Fig. 62** Parque de estacionamento da Praia da Couve visto da Avenida da Colónia.



**Fig. 63** Parque de estacionamento da Praia da Couve.



**Fig. 64** Parque de estacionamento da Praia da Couve visto da praia.



**Fig. 65** Passagem entre o anfiteatro e as esplanadas.



**Fig. 66** Piso de xisto danificado na zona do anfiteatro.



**Fig. 67** Frente urbana da Praia da Couve.



**Fig. 68** Praia da Couve vista a partir da lota.

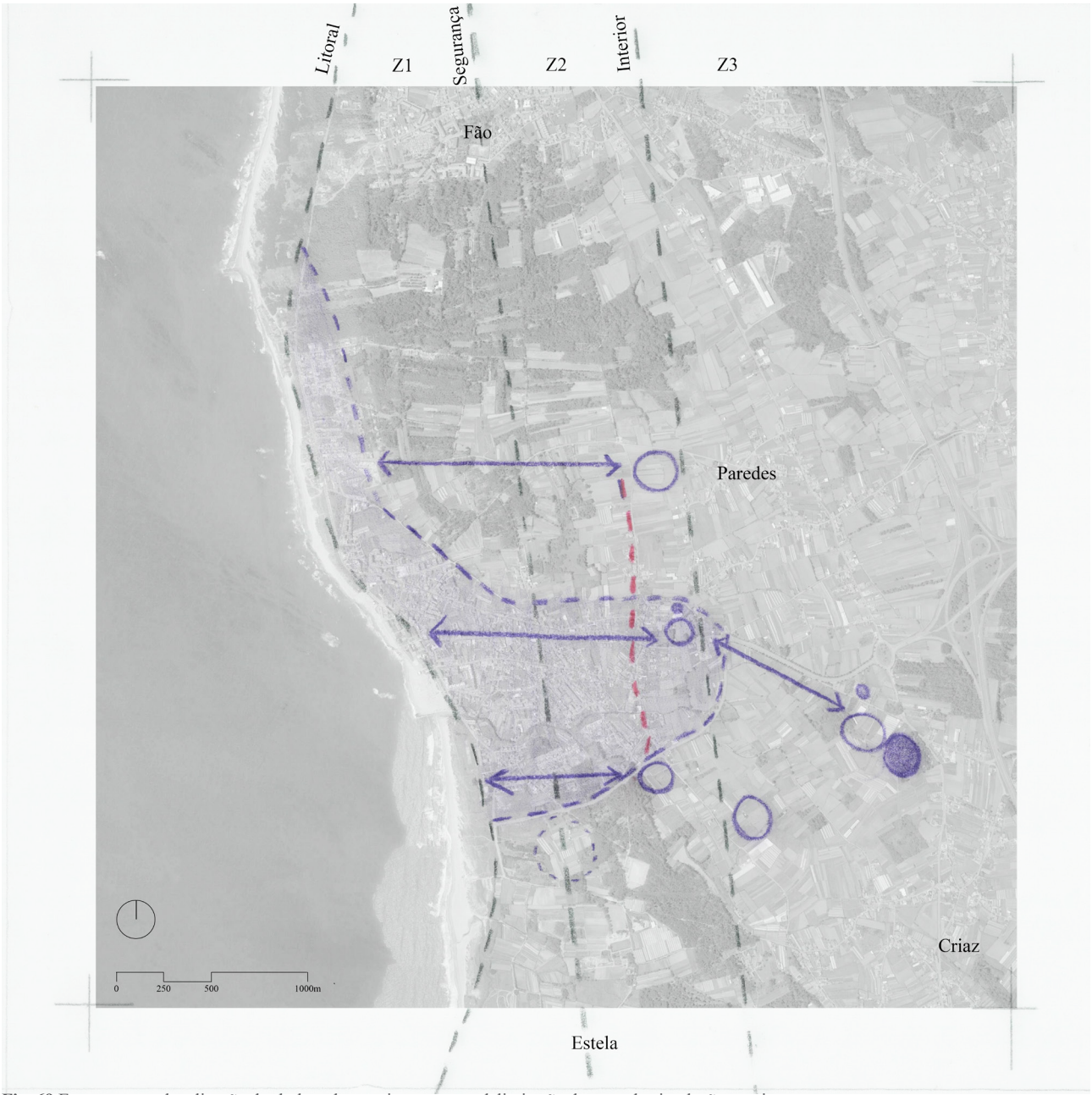



**Fig. 69** Esquema com localização das bolsas de estacionamento e delimitação da zona de circulação restrita.

- Eixos estruturantes
- Zona de trânsito restrito
- Transferes
- Equipamentos
- Bolsas de estacionamento
- Parque de campismo

seu próprio conforto ao bem-estar geral da comunidade, como é exemplo a construção do Hotel de Ofir na duna primária para que os utilizadores quase pudessem sair das varandas dos quartos diretamente na praia. Assim sendo, mesmo que se criem locais próprios para estacionamento, se estes estiverem demasiado distantes da areia é provável que se continue a estacionar em cima do passeio ou até mesmo na estrada, como é de resto comum em Apúlia.

Seria então fundamental garantir a existência de mecanismos facilitadores da deslocação entre as bolsas de estacionamento e as praias, e até mesmo mecanismo proibitivos.

Ora vejamos o caso do Monte Saint-Michel, em França: para aceder à zona turística é obrigatório utilizar os transferes, estando os parques de estacionamento localizados a dois quilómetros de distância. Assim, só os veículos autorizados podem circular, promovendo uma fluidez maior e tornando o local mais aprazível para os próprios visitantes.

Eliminar o estacionamento na frente da Praia da Couve é pertinente por vários motivos: cria um espaço público convidativo, semelhante ao largo passeio de Matosinhos projetado por Eduardo Souto de Moura, uma longa plataforma onde possam ser realizadas feiras, mercados, eventos culturais e até as Festas em honra de Nossa Senhora da Guia, que já são neste mesmo local e obrigam ao encerramento deste parque por pelo menos uma semana; contribuição para a melhoria generalizada do ambiente na praia, sem que exista ruido automóvel, cheiros indesejados e uma "paisagem metálica"; eliminação dos constrangimentos causados no trânsito pelas esperas no estacionamento e pelos estacionamentos indevidos.

Para que tal seja possível é necessário criar bolsas de estacionamento afastadas da costa, zonas Z2 e Z3, criando um sistema de transferes funcional que esteja ativo diariamente em horário conveniente durante todo o período balnear. Se esta medida não se revelar suficientemente apelativa, poderá ser implementado um sistema de proibição de circulação na zona litoral a veículos de pessoas não residentes durante os meses de verão.

A par da intervenção no parque de estacionamento, é fundamental voltar a intervir junto da Praça dos Sargaceiros até aos moinhos de vento, resolvendo os problemas anteriormente apontados e promovendo uma continuidade do desenho urbano desde a Praia da Ramalha até Ofir.

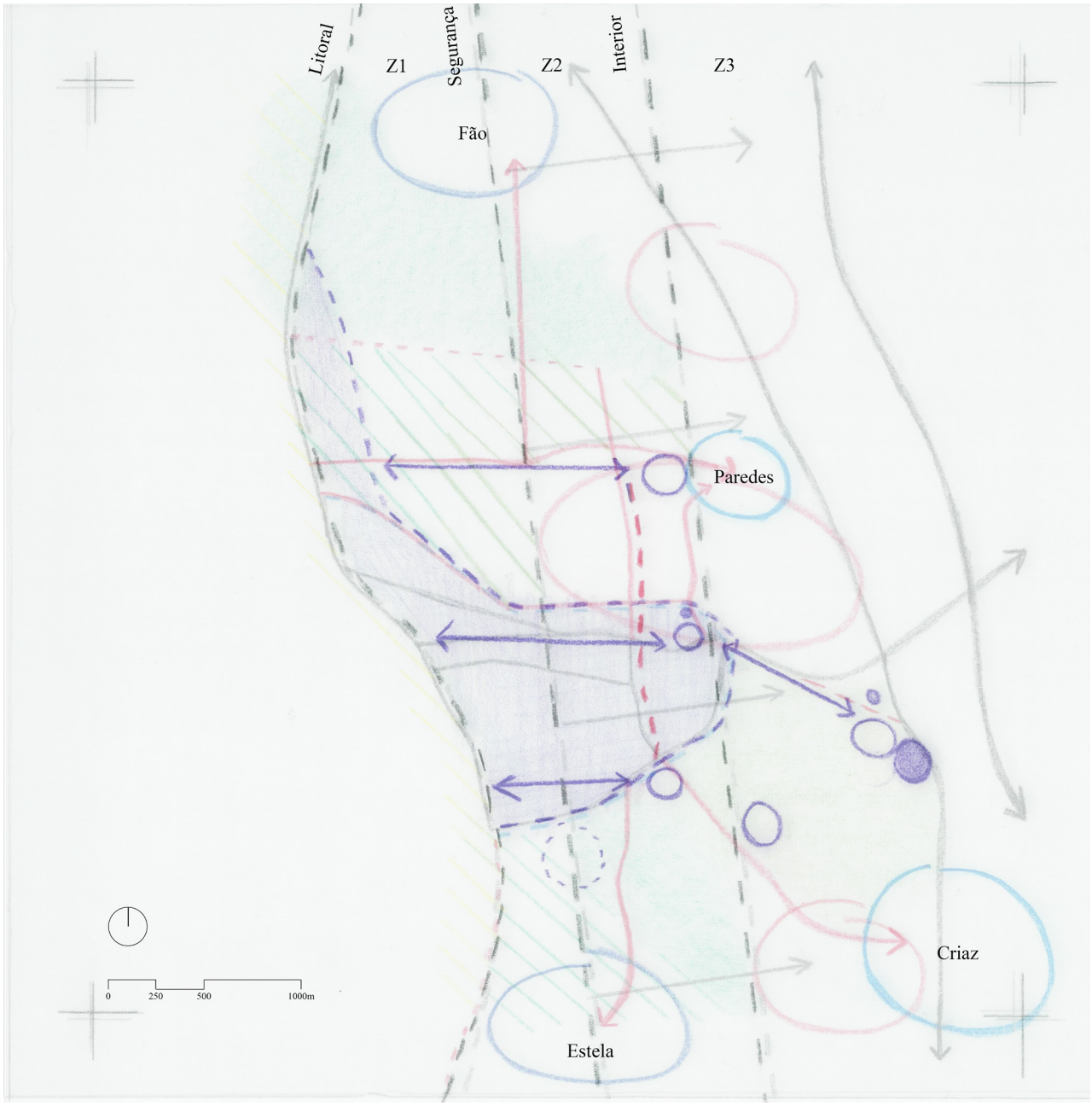



**Fig. 70** Esquema geral da estratégia de intervenção.

- Rede viária principal
- Novos eixos
- Lugares da vila de Apúlia
- Povoações vizinhas
- Eixos estruturantes
- Novos focos de fixação populacional
- ARU
- Cordão dunar primário
- Pinhal
- Solos agrícolas
- Zona de trânsito restrito
- Transferes
- Equipamentos
- Bolsas de estacionamento
- Parque de campismo

Em jeito de conclusão, no seu conjunto estas propostas pretendem descomprimir a zona litoral (Z1), restabelecendo o equilíbrio ecológico do cordão dunar, ao mesmo tempo que propõem alternativas viáveis para a fixação da população junto aos novos eixos interiores (Z2 e Z3).

Para que tal seja possível será necessário promover também a preservação das zonas florestais e agrícolas, numa atitude que pretende reavivar a tradição da apanha do sargaço e a cultura dos campos de masseiras como alternativas sustentáveis económica e ecologicamente.

Este conjunto de intervenções públicas será naturalmente impulsionador do investimento privado, e contribuirá para a melhoria da realidade económica de Apúlia. No entanto é importante garantir que as intervenções particulares são regidas por um conjunto de normas que promovam uma continuidade com as ideias propostas na estratégia de intervenção.

É também fundamental que o primeiro passo desta estratégia seja a sensibilização da população para a realidade ecológica e urbanística da vila de Apúlia, promovendo fóruns de discussão pública para melhor entender as necessidades e opiniões dos habitantes. Idealmente deveria ser criado um gabinete dedicado à estratégia de transformação cultural ecológica e urbanística de Apúlia, em que arquitetos, urbanistas, paisagistas, engenheiros, economistas, entre outros, promovessem um diálogo constante com os representantes da população de forma a que as intervenções futuras correspondam ao equilíbrio entre a necessidade e a vontade. “Se queremos ter soluções aceites por todos, estas têm de ser discutidas e compreendidas por todos. Nunca devemos impor uma solução como a mais certa para um local.”[151].

151 LIMA, Márcia, *in* FLOR, Aline, Erosão costeira: “Nenhuma solução é perfeita”, mas é preciso ouvir “quem é afectado”, in Público

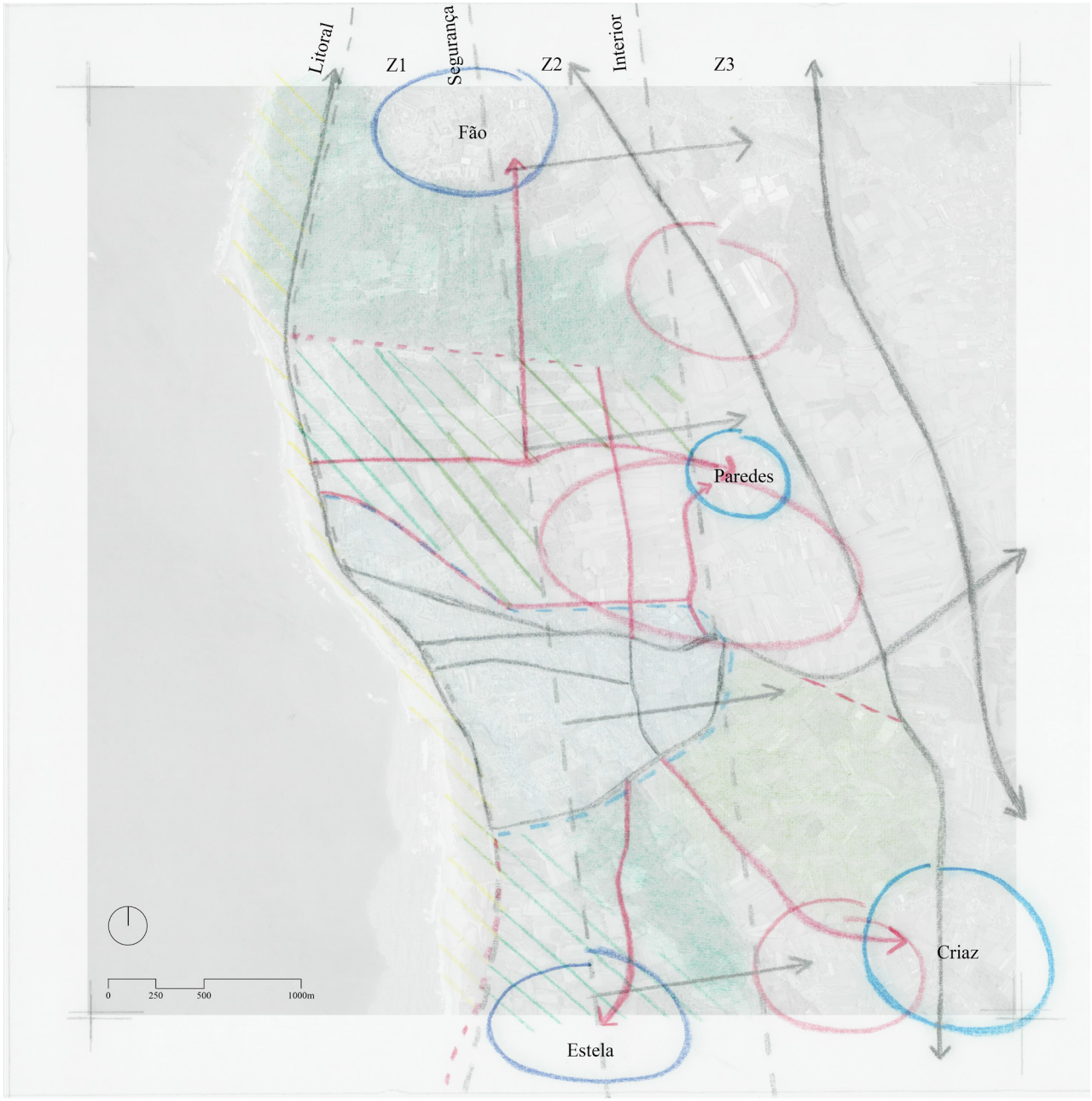



**Fig. 71** Esquema da expansão a rede viária sobre o esquema geral.

- Rede viária principal
- Novos eixos
- Lugares da vila de Apúlia
- Povoações vizinhas
- Eixos estruturantes
- Novos focos de fixação populacional
- ARU
- Cordão dunar primário
- Pinhal
- Solos agrícolas
- Zona de trânsito restrito
- Transferes
- Equipamentos
- Bolsas de estacionamento
- Parque de campismo

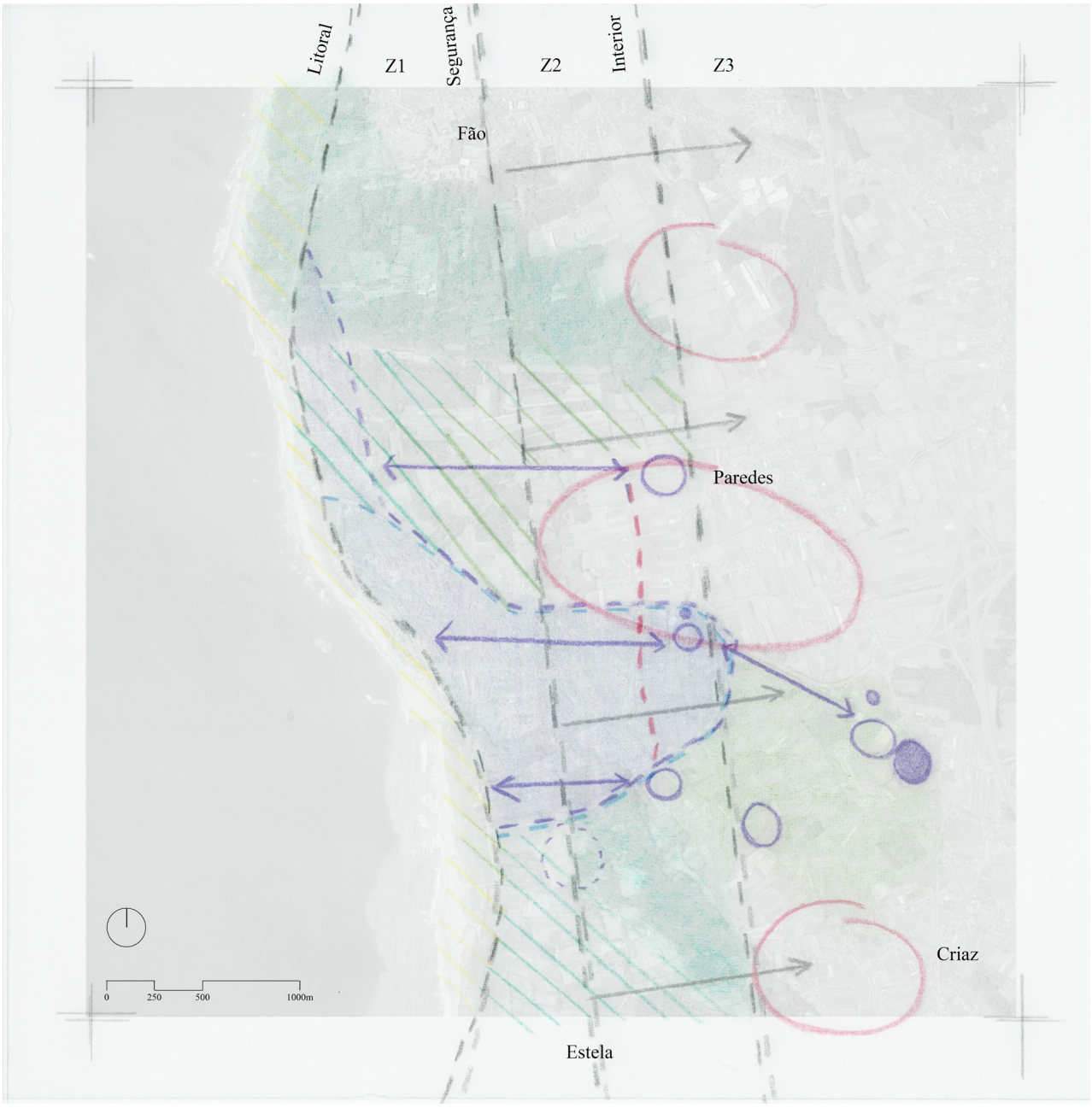



**Fig. 72** Esquema com a localização das bolsas de estacionamento sobre o esquema geral.

Rede viária principal
Novos eixos
Lugares da vila de Apúlia
Povoações vizinhas
Eixos estruturantes
Novos focos de fixação populacional
ARU
Cordão dunar primário
Pinhal
Solos agrícolas
Zona de trânsito restrito
Transferes
Equipamentos
Bolsas de estacionamento
Parque de campismo

# Considerações finais

Finda a exposição, parece natural a necessidade de estabelecer algumas considerações finais ou, em suma, apontar as principais conclusões que dela se retiram.

O principal objetivo da presente dissertação prende-se com a formulação de uma estratégia de intervenção à escala urbana cujo principal objetivo é garantir a adaptação gradual e consciente à nova realidade da frente litoral, ao mesmo tempo que promove a preservação da identidade cultural e do património edificado da vila de Apúlia.

Tendo o capítulo três surgido como um momento de concretização, é importante entender que este se baseia nos dois momentos anteriores. Do primeiro retira princípios que, ao longo de vários séculos, se mostraram transversais, como por exemplo a necessidade da criação de um eixo longitudinal Apúlia Fão na paralela entre a linha litoral e a N13, ou entender o porquê de, até ao século XIX e ao surgimento do turismo balnear, os focos de fixação se encontrarem mais a Nascente, entre 600 a 1000 metros da costa. Já no segundo momento entende-se, por exemplo, a urgência de voltar a recuar para Nascente e qual será a melhor forma de o fazer.

Assim, no capítulo final surge a proposição de uma estratégia consciente apoiada em duas linhas: as lições do passado e as necessidades do presente.

A proposta começa por setorizar o território da vila de Apúlia em três zonas, delimitadas por três eixos longitudinais: linha da costa, eixo interior e eixo de segurança. Todas as intervenções baseiam-se nos mesmos: a proposição da restruturação da rede viária, que procura descomprimir a zona litoral e lançar os eixos ordenadores de expansão a Nascente; o estabelecimento de zonas florestais e agrícolas delimitadas pelos eixos longitudinais imaginários e os eixos transversais da rede viária; a reestruturação de toda a linha litoral; e a criação de novos focos de fixação a Nascente(Z3).

A par desta intervenção à escala global do território, surgem outras, mais setorizadas, como por exemplo a reformulação da zona de Cedovém e da frente da Praia da Couve, estando o sucesso destas intrinsecamente relacionado com a execução das propostas anteriores.

É ainda  patente a vontade de reavivar as atividades tradicionais próprias da vila de Apúlia, como a apanha do sargaço e a cultura dos campos de masseira, ambas em declínio desde meados do século XX.

Idealmente, esta estratégia seria implementada nas próximas décadas, surgindo como exemplo de intervenção nos territórios litorais que, como exposto anteriormente, se revelam uma das grandes preocupações do nosso tempo. Surgiria como primeiro passo, alavanca para o desenvolvimento sustentável da paisagem humanizada que é a costa portuguesa.

Seria um processo de intervenção faseado em que a proposta evoluiu em função das oportunidades circunstâncias do processo de execução, sem que isto implique o desvirtuamento da primeira, numa atitude pró-

pria da estratégia, que se espera se venha a concretizar.

Uma vez que o tema da presente dissertação é algo que me é muito próximo, quer física quer emocionalmente, foi por vezes difícil manter o distanciamento necessário para que a proposição não sofresse influencias exclusivamente ligadas às minhas memórias afetivas e ao desapontamento sentido nos últimos anos. No entanto acredito ter alcançado o distanciamento suficiente para que no final a proposta estratégica reflita as necessidades reais do território e da sua população, longe de ser uma utopia, impossível de concretizar, mas apresentando-se como um programa consciente e perfeitamente exequível.

Deixa em aberto uma série de possibilidades que a longo prazo promovem a adaptação às realidades ecológicas que, enquanto humanos, não nos será nunca possível controlar - este território já esteve submerso, prova disso é a existência de uma arriba fóssil, a sensivelmente dois quilómetros e meio a costa.

É com o lançamento desta ideia que termino a exposição da minha Dissertação de Mestrado em Arquitetura, e com ela o meu percurso nesta fase enquanto estudante.

# Cronologia comentada

**Século VII/VI a.C.** Nascimento da aldeia castreja de S. Lourenço Vila Chã, posteriormente romanizada, habitada até ao Século V[152]; primeiro foco conhecido de fixação populacional que pode ou não estar relacionado com o primeiro foco de fixação populacional em Apúlia, que se acredita ter surgido no lugar de Cedovém com uma forte ligação às atividades marítimas;

**Século I a.C.** Data de alguns dos vestígios castrejos encontrados nas escavações levadas a cabo na Quinta da Ramalha, antiga *villa Menezis*[153]; indica-nos que a *villa* já era habitada nesta altura e que poderia existir um castro nas suas imediações;

**0**

**1078 (28/01)** Froila Crescones doa ao Bispo D. Pedro e à Sé de Braga metade de São Miguel de Paredes[154]; possível início do domínio da Sé de Braga, que se manteve até ao século XIX;

**1078 (27/07)** Froila Crescones doa metade da vila de Sabariz, entre Real e Paredes, com uma igreja[155]; Sabariz pode ou não ser a vila localizada em Vila Verde, Braga, mas estava de alguma forma ligada a Paredes, surgindo inúmeras vezes nos documentos de doação;

**1085/1089** Cemsual de entre Lima e Ave indica que Apúlia pertence ao cabido da Sé de Braga, às terras de Faria[156]; primeira referência a Faria, que se vai manter até ao século XIX;

**1096/1108** Doação a D. Geraldo na vila de Criaz[157]; indica que Criaz, ou Queriaz, já era de alguma forma um foco de fixação, mas este não estava diretamente associado à vila de Paredes;

**1099 (21/10)** Paio Crescones, mulher e irmãos restituem à Sé de Braga e ao Bispo D. Geraldo a quarta parte da vila de Sabariz e de Paredes[158];

**1102 (7/09)** Doação à Sé de Braga por parte de Diogo Crescones e mulher da sua parte da vila de Sabariz[159];

**1108 (28/01)** Nuno Pais e o irmão doam metade da vila de Paredes e de Fonte Boa[160];

**1108 (21/02)** Pedro Pais doa a D. Geraldo e aos clérigos da Sé de Braga uma propriedade do lugar de Criaz[161];

**1115, (11/04)** O Papa Pascoal II confirma à Sé de Braga o Couto de Apúlia[162]; possível primeira referência ao Couto de Apúlia, *Pulia* ou *Pulha*, e não somente S. Miguel de Paredes;

**1115, (24/06)** D. Teresa doa a Santa Maria de Braga e ao arcebispo D. Maurício Burdino e aos Clérigos de Braga a propriedade de S. Miguel de Paredes[163];

**1140** D. Afonso Henriques coutou as terras de Pulha, doando a D. Ordonho, quarto abade da Abadia de Tibães, o couto de vila Menendi e de Santa Maria da Estela; dá-se uma troca de Senhor, mas seria breve[164]; a doação inclui a vila Menendi, não S. Miguel de Paredes; mais tarde ambas pertencem ao Couto de Apúlia; existido até um marco de pedra na fronteira da Ramalha com a Estela que indica "Tibães";

152 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - IPA.00001939 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1939);
153 CARVALHO, Helena P. A. (2008) O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis, vol. I, pág.37, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento, setembro de 2008 ;
154 Liber Fidei, doc.21;
155 Idem, doc. 25;
156 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. II, pág. 7-8, 1959;
157 Idem, pág. 8;
158 Liber Fiei, doc. 221;
159 Idem;
160 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. II, pág. 8, 1959;
161 Liber fidei, doc. 176;
162 ERDMANN, C. (1927), Papsturkunde in Portugal, Berlim, 1927;
163 Gaveta das propriedades do cabido doc. 2 registos régios vol. I pág. 55, n.º 43;
164 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de São Bento, Mosteiro de São Martinho de Tibães, mç. 1, n.º 2;

**1148 (08/09)** O Papa Eugénio III confirma à Sé de Braga o que possui no Castro de Paredes[165]; referência direta à possível existência de um castro;

**1165** D. João Peculiar faz nova divisão do couto de Apúlia e de Criaz[166]; mais uma vez surgem separadamente;

**1188** O arcebispo D. Godinho esclareceu algumas dúvidas levantadas nas décadas anteriores; o Couto de Pulha pertence, aqui, à Sé de Braga[167]; as dúvidas teriam sido levantadas pela carta de couto de D. Afonso Henriques em 1140;

**1220** Inquirições Régias de D. Afonso II fazem referência a *Sancto Michaelle de Pulia*, situado nas terras de Faria, com 41 casais, terra em que o Rei não teria qualquer domínio, sendo Braga o principal beneficiário; refere a apanha do Sargaço[168], indicado a antiguidade desta prática;

**Século XVI** Talvez por ordem de D. João III terá sido erguido um Facho em Apúlia, contemporâneo do facho da Bonança, de Esposende e de S. Bartolomeu do Mar, todos parte da linha da Esquerda do comando dos fachos da beira mar da província do Minho, importantes como pontos de referência e também de vigia no período da reconquista e das lutas liberais[169]; possível criação do eixo entre os moinhos de vento a Norte e a antiga casa do Couto, atuais Rua do Facho e do Padrão;

**1520** D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, nomeou um tabelião para o couto de Apúlia;

**1527/1531** Apúlia teria cerca de 15 casais[170];

**1586** Nota sobre uma invasão de areias que cobriu todo o território de Apúlia e levou a um pedido de intervenção régia por parte da população para que fosse plantado um pinhal que impedisse as areias de avançar em direção às culturas[171]; este evento natural era comum antes da plantação dos pinhais;

**1655** Fundação de uma Ermida dedicada a São Bento em Criaz, atual capela de São Bento[172];

**1657** Os Apulienses pedem autorização para a realização de uma feira neste couto[173];

**1696** Construção da Primitiva Igreja Paroquial de Apúlia dedicada a São Miguel, no lugar da atual Igreja Matriz; teria 5 altares e nave única[174]; alteração da localização da igreja indica um movimento no território;

**Século XVIII** É realizado o plantio do pinhal a Sul de Apúlia[175]; não oi possível precisar quando foi plantado o pinhal a Norte, mas uma vez que o pedido surgiu no final do século XVI, é possível que seja anterior a este;

**1785** Edificação da Capela de Nossa Senhora do Amparo em Criaz[176];

**1836 (06/11)** Extingue-se o Couto e Apúlia é assumidamente parte do conselho de Esposende[177]; provavelmente é aqui que Apúlia perde a sua ligação às terras de Faria e à Sé de Braga;

165 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. II, pág. 8, 1959;
166 Idem;
167 Ibidem;
168 (1888) Portugaliae Monumenta Histórica: Inquisitiones, vol. I, Lisboa 1888;
169 BERNARDINO, Amândio, (1999) Os Fachos da Borda Mar da Província do Minho, Revista Mínia, n.º 7, III série, pág. 41-105, ASPA, Braga;
170 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, pág. 223, 1959;
171 NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, pág. 45, Apúlia, 2000;
172 NEIVA, Manuel A. P.(1991), Esposende: Páginas de Memórias, Edição do Autor, pág. 86, Esposende, 1991;
173 Registo Geral, Livro 16, Fl. 108v;
174 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, IPA. 00021611 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21611);
175 RAMOS, L. A. (1977) O Fomento Rural na Estela (fins do século XVIII, princípios do século XIX), in Boletim cultural da Póvoa de Varzim, vol. XVI, n.º 1, 1977;
176 NEIVA, Manuel A. P. (1991), Esposende: Páginas de Memórias, Edição do Autor, pág. 86, Esposende, 1991; e Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - IPA.00021612;
177 TOMÁS, Ana, VALÉRIO, Nuno. O Decreto de 6 de Novembro de 1836, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Gabinete de Historia Económica e Social;

**1845 (15 e 16/09)** Incêndio destrói a maioria das construções de madeira utilizadas para armazenar sargaço e ferramentas e provoca uma grave crise no couto de Apúlia que acaba por perder a sua autonomia para a vila de Esposende[178];

**1852** Demolição da Casa da Cadeia da Comarca do Couto de Apúlia[179];

**1867** Criação de um tabelião para a Vila de Fão, cuja área de influência inclui Fonte Boa, Rio Tinto, Apúlia, Barqueiros, Cristelo (os dois últimos pertencentes a Barcelos) e Estela (Póvoa de Varzim); registo da existência de 354 fogos e 1370 habitantes em Apúlia[180];

**1871** Início da construção da estrada entre Esposende Viana, atual N13, que liga Viana do Castelo à cidade do Porto, passando por Apúlia[181]; atualmente corresponde à Estrada Nacional 13;

**1877** Os terrenos de baldio pertencentes à casa de Bragança passam a pertencer ao povo de Apúlia[182]; são doados para que possa ser realizada a seca do Sargaço, utilizado para aduba os campos de masseira;

**1881** Edificação da capela da Senhora da Caridade, atual capela mortuária de Apúlia[183]; está localizada no eixo entre a igreja matriz e a antiga casa do Couto;

**1889/1892** Edificação da ponte Luís Filipe sobre o rio Cávado, com projeto de Gustavo Eiffel, classificada em 1986 como imóvel de interesse público[184];

**1936** Construção de uma nova igreja paroquial no mesmo lugar, desenhada por J. M. Viana[185]; a igreja primitiva deveria estar em mau estado, sendo esta exatamente no mesmo sítio, cobrindo os vestígios da anterior;

**1948/1949** Elaboração do primeiro Anteplano Geral de Urbanização da vila de Esposende pelo engenheiro José Miranda de Vasconcelos[186];

**1963** Elaboração do PU para Apúlia da autoria do Arq. Viana de Lima[187]; elaborado de raiz com base nas diretrizes da CME em relação ao turismo balnear;

**1967** Elaboração do Esboceto do Anteplano da Urbanização de Esposende (ainda vila); antevê as consequências negativas da explosão do turismo balnear que se deu nas décadas seguintes; prevê a construção de uma estrada variante entre Fão Apúlia que não foi executada[188];

**1968** José dos Santos Silva e a sua esposa encomenda a José Pulido Valente e Alcino Soutinho um projeto para uma "Aldeia Turística" localizada em Cedovém e Pedrinhas, previamente aprovada pela CME, mas que não veio a ser construída ; demonstra o crescente interesse turístico na região[189];

**1979** Elaboração do PP de Cedovém por António Menéres[190]; primeiro momento de estudo da pré-existência é um bom indicador em relação à existência das construções em forma de barco e o seu estado de preservação; não foi executado;

178 NEIVA, Manuel A. P. (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, pág. 48, Apúlia, 2000;
179 Idem, pág. 53;
180 COSTA. P.e Avelino de J. da (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, pág. 223, 1959;
181 SSALEIRO, Raúl de A. (2015), De Viana ao Porto por Esposende até ao Século XX, Estradas, barcas e pontes, in Boletim Cultural de Esposende, 2.ª série, n.º 4, pág. 65- 104, Câmara Municipal de Esposende, 2015;
182 NEIVA, Manuel A. P. (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, pág. 77, Apúlia, 2000;
183 Idem, pág. 94;
184 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, IPA. 00005092 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5092);
185 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, IPA. 00021611 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21611);
186 (2009) Esposende Ensaio Urbano de Vila a Cidade, Câmara Municipal de Esposende, 1.ª edição, pág. 105, 2009;
187 FAUP. CDUA, núcleo B, fundo VL, série ARQ/001 a /192, 075 - Plano de Urbanização de Esposende, Apúlia e Ofir + Urbanização a norte do hotel e Dunas a norte da foz do rio Cávado + loteamento + Consultoria, 1963-1965;
188 PU Esposende 1967, CME;
189 Urbanização da Aldeia Turística em Cedovém - Pedrinhas na freguesia de Apúlia, 1969, AMESP, Pt. n.º 15629;
190 PP de Cedovém , António Menéres, AMESP, Arquivo Geral, caixa 14, D2-2122;

**1984** Elaboração de um PU para Esposende pelos arquitetos Bernardo Ferrão e Francisco Barata[191];

**1984** Elaboração do PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia; com o objetivo de compatibilizar a defesa da qualidade paisagística da zona com o desenvolvimento turístico[192], no entanto promovei a exploração da zona de duna primária;

**1986/1988** Elaboração do PGU de Apúlia - Solução proposta; procurava uma ocupação do solo equilibrada do ponto de vista urbanístico ecológico[193]; a maioria das proposições não foi executada;

**1987** Criação da área protegida do Litoral de Esposende, atual Parque Natural Litoral Norte[194];

**1988 (19/04)** Elevação de Apúlia a vila pelo Decreto de Lei 44/88;

**1988/1991** Projeto e construção de habitação social no Bairro da Fonte, pelo arquiteto Carlos A. C Garcia (habitação unifamiliar)[195]; executado e mais tarde expandido a habitação plurifamiliar;

**1990** Plano para a Frente Urbana da Praia da Couve- Apúlia pelo arquiteto João Campos[196];

**1994** Elaboração de um projeto para o Bairro Piscatório de Cedovém pelo arquiteto Paulo Silva, localizado na zona do Furado, a Este da Avenida Marginal de Cedovém[197]; não foi executado, mas a sua pertinência mantém-se atual;

**1995** Elaboração do PDM de Esposende[198]; tem vindo a ser atualizado;

**1995** Elaboração do PU de Apúlia[199]; na sequência do plano anterior, na tentativa de, mais uma vez, controlar a expansão do território;

**1996** Nova Intervenção na Igreja Paroquial pelo arquiteto Luís Cunha[200]; constrói uma segunda torre sineira, criando uma fachada simétrica; total reformulação dos espaços interiores, com 3 naves, nave central levemente abobadada e duas capelas laterais revestidas com murais em azulejo: à direita, com a pia batismal, o batismo de Jesus Cristo por S. João Batista; à esquerda um altar dedicado a S. Miguel, padroeiro da vila desde o século XI;

**1998** Elaboração e um PU para Fão pelos arquitetos Vítor Neves, Marco Buínas e Paula Pestana[201];

**2000** Elaboração de um PU para Apúlia pelo arquiteto Manuel Fernandes de Sá[202]; projeto de grande escala; proposta inicial das variantes Norte e Sul, da qual só foi executada a primeira;

**2005** Processo de reformulação da frente urbana da Praia da Couve[203];

**2013** Processo de união de Freguesias Apúlia Fão , mantendo-se a sede em Apúlia[204];

**2016** Definição da Zona de Reabilitação Urbana de Apúlia[205];

**2017** Elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Apúlia e Proposta de ORU[206];

**2022** Plano Variante Norte entre Apúlia e Fão[207]; à data ainda não construído, deriva da proposta do Plano Ur-

191 AMESP;
192 CME (https://www.municipio.esposende.pt/pages/583);
193 CME (https://www.municipio.esposende.pt/pages/582);
194 Decreto de lei n-º 357/87, 17 de novembro de 1987;
195 AMESP;
196 AMESP, cx. 15255;
197 AMESP;
198 CME (https://www.municipio.esposende.pt/pages/577);
199 CME (https://www.municipio.esposende.pt/pages/578);
200 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, IPA. 00021611 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21611);
201 AMESP;
202 PU de Apúlia, Manuel Fernandes de Sá, AMESP, cx. D2 2122;
203 Arranjos Urbanísticos da Frente Marítima de Apúlia Arranjo Exteriores , AMESP, cx. 6771;
204 Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro;
205 CME (https://www.municipio.esposende.pt/uploads/document/file/1958/G303-Ap_lia_PERU_R01_COMP.pdf);
206 Idem;
207 CME (https://www.municipio.esposende.pt/pages/602?poi_id=241);

bano para Apúlia pelo arquiteto Manuel Fernandes de Sá de 2000;

**2022 (07/10)** Proposta de dissociação da união de freguesias de Apúlia Fão aprovada em assembleia municipal[208];

**2022 (08)** Inicio das obras de Requalificação do portinho de pesca de Apúlia[209], incluindo a lota e construção de uma estrutura corta-mar em betão armado, em pleno areal, nas traseiras da mesma; obra agride o desenho natural da praia, já bastante afetado pela erosão costeira;

**2023 (23/04)** Inauguração do Museu do Sargaço, com a requalificação da antiga Escola da Areia[210]; parece ser a única tentativa de perpetuar a cultura da apanha do sargaço, mas não o faz de forma proativa; a requalificação do edifício da antiga escola culminou na total descaracterização de um edifício tipo do Estado Novo, com dois pisos, quatro salas, em planta simétrica, que ainda chegou a estar sujeita à divisão por sexos, em tudo semelhante às escolas primárias de Gemeses e Gandra, que ainda preservam algumas características originais;

**2023(06)** Apresentação do Projeto de Requalificação para Pedrinhas e Cedovém[211];

208 A 17 de outubro de 2022 em Assembleia extraordinária da União de freguesias de Apúlia e Fão foi aprovada a proposta de desagregação das freguesias de Apúlia e Fão (https://www.freguesias.pt/portal/noticia.php?id=21256&cod=030616);
209 (2022) Portinho de Apúlia Requalificação inaugurada, *in* Esposende Informação Municipal, n.º 68, pág. 7, agosto de 2022;
210 (2023) Inaugurado Museu do Sargaço em Apúlia, *in* Esposende Informação Municipal, n.º 75, pág. 3, maio de 2023;
211 PRA de Pedrinhas e Cedovém, CME;

## Lista de imagens:

**Fotografias de abertura** Do Mar à Terra - à esquerda uma vista a partir do mar com os moinhos de vento a Sul, hoje inexistentes; à direita uma agricultora espalha sargaço num campo de masseira; autor desconhecido, recolhidas junto da comunidade.

**Fig. 1** Dia de apanha de sargaço, fotografia de Artur Pastor 1950/60, da série "As mulheres na obra de Artur Pastor" (obtida através de https://arturpastor.tumblr.com/page/73).

**Fig. 2** Esquema topográfico de parte do território do concelho de Esposende, com o Rio Cávado a Norte e a vila de Apúlia a Sul delimitada pela linha de fronteira a vermelho.

**Fig. 3** A apanha do Sargaço, fotografia de Artur Pastor década de 1950 (obtida através de https://arturpastor.tumblr.com/post/97890582859/ap%C3%BAlia-d%C3%A9cada-de-50).

**Fig. 4** Localização geográfica da vila de Apúlia em relação ao distrito de Braga, à direita, e ao concelho de Esposende à esquerda.

**Fig. 5** Vista sobre parte do território do concelho de Esposende, com o Rio Cávado a Norte e a vila de Apúlia a Sul delimitada pela linha de fronteira a vermelho.

**Fig. 6** Sargaceiras de Apúlia, Artur Pastor, 1950/60, da série "Festas e Romarias" (obtida através de https://arturpastor.tumblr.com/page/52).

**Fig. 7** Imagem aérea da localização dos três conjuntos edificados enunciados por Jorge Dias com destaque para o grupo da praia das Pedrinhas a vermelho.

**Fig. 8** Um grupo de três barracas em Cedovém em 1945, fotografia de Jorge Dias, in DIAS, Jorge (1945), Construções circulares do litoral português: contribuição para o estudo das construções circulares no nordeste da Península Ibérica, in Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XI, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular pág.192-195, Porto, 1945 (consultado através de https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/8544/7821 última modificação a 04/08/2020);

**Fig.9** Síntese do esquema evolutivo dos focos de fixação no território até ao século XIX, exposto por completo no Apêndice I.

**Fig. 10** Relação de distâncias entre o possível castro de Apúlia, S. Lourenço, o Monte da Franqueira, com relações de visibilidade entre si, e a Cividade Terroso.

**Fig. 11** Vista panorâmica do topo do Monte de São Lourenço, Esposende, com a localização de Apúlia (obtida atraves de https://www.impulsiveaddiction.com/visitar-esposende-litoral-norte/).

**Fig. 12** Vista panorâmica do topo do Monte da Franqueira, Barcelos, com a localização de Apúlia (obtida através de https://vilanovaonline.pt/2022/02/19/franqueira-adventure-regressa-a-barcelos-nas-festas-das-cruzes/).

**Fig. 13** Cruzeiro da Agra dos Mouros, localizado na Rua do Cruzeiro dos Mouros, em Apúlia, intervencionado em 1981; fotografia da autora da prova, stembro de 2023.

**Fig. 14** Praia de Apúlia segundo uma ilustração de Manuel G.Viana, em O Minho Pittoresco pág. 207; Já com o edifício da Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro e os moinhos de vento ao fundo; in Vieira, José A. (1886), O Minho Pittoresco, ilustrado, Livraria M. A. Pereira, Lisboa, pág. 207, 1886 (consultado através de https://archive.org/details/ominhopittoresco02viei/page/204/mode/2up?view=theate modificado pela última vez a 02/04/2013);

**Fig. 15 e 16** Fotografias do início do século XX de uma habitação, à esquerda, e da Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro, à direita, ambas ilustradas na obra O Minho Pittoresco; fotografias de autor desconhecido, obtidas junto da comunidade.

**Fig. 17** Fotografias de agosto de 2023 do edifício da Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro; fotoafia da autora da prova, agosto de 2023.

**Fig. 18** Excerto do Mapa dos caminhos de ferro em Portugal 1895, Rede do Minho (obtida através de https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_dos_caminhos_de_ferro_em_Portugal_1895_-_Rede_do_Minho.jpg).

**Fig. 19** Praia de Apúlia no século XX, com os moinhos de vento ao fundo; fotografia de autor desconhecido, obtida junto da comunidada.

**Fig. 20** Vista da frente da Praia da Couve no início do século XX, com a "Casa da Mariazinha" à direita; fotografia de autor desconhecido, obtida junto da comunidade

**Fig. 21** Monumento de elevação de Apúlia a vila; fotografia da autora da prova, setembro de 2023.

**Fig. 22** Plano de Urbanização da Praia de Apúlia, Viana de Lima, 1960, com a Avenida da Paria e a "Casa da Mariazinha" assinaladas a vermelho; localizada em FAUP. CDUA, núcleo B, fundo VL, série ARQ/001 a /192, 075 - Plano de Urbanização de Esposende, Apúlia e Ofir + Urbanização a norte do hotel e Dunas a norte da foz do rio Cávado + loteamento + Consultoria, 1963-1965.

**Fig. 23** Vista da praia da Ramalha, com dois dos moinhos a Sul, o edifício da Casa do Cónego e a "Casa da Mariazinha"; foi esta a Apúlia que Viana de Lima conheceu. Os 3 moinhos a Sul desapareceram completamente na segunda metade do Século XX. Fotografia de Artur Pastor, 1950/60 (obtida através de https://arturpastor.tumblr.com/post/104425783549/moinho-ap%C3%BAlia-d%C3%A9cadas-de-5060).

**Fig. 24** Esboceto Geral do Anteplano de Urbanização de Esposende, Fão e Apúlia – Zonamento e Rede Viária Principal, abril de 1967, com a Avenida da Praia demarcada a laranja (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/580).

**Fig. 25** Plano de Pormenor para as Pedrinhas, Planta Esquemática, António Menéres, 1978, localizada em , AMESP, Pt. n.º 15629.

**Fig. 26** Vista aérea sobre o bairro das Pedrinhas 2022.

**Fig. 27** Excerto da planta da situação atual, Plano de Pormenor de Cedovém, António Menéres, 1979, localizado em AMESP, Cx. D2 2122.

**Fig. 28** Excerto da planta do esquema de circulações Plano de Pormenor de Cedovém, António Menéres, 1979, localizado em AMESP, Cx. D2 2122.

**Fig. 29** Hotel e apoios balneares de Ofir à época da Sua construção. Note-se a proximidade ao mar, construídos no primeiro cordão dunar (obtida através de https://restosdecoleccao.blogspot.com/2023/02/hotel-ofir.html).

**Fig. 30** PGU de Apúlia, Esquema Estruturante, 1987 (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/371/02_MemoriaDescritiva.pdf).

**Fig. 31** PGU de Apúlia, Solução Proposta, Esquema Síntese 1987, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/371/02_MemoriaDescritiva.pdf).

**Fig. 32** Vista aérea da localização dos quatro esporões construídos entre a Foz do Rio Cávado, a Norte, e a Pria da Ramalha, a Sul; construídos consecutivamente de Norte para Sul. Avenida da Praia assinalada a vermelho.

**Fig. 33** Vista aérea do aglomerado das Pedrinhas antes e após a construção do esporão, em 2003 e 2023, da esquerda para a direita.

**Fig. 34** Excerto da PGU de Apúlia, Planta de Zonamento 1995 com a Avenida da Praia assinalada a vermelho (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/578).

**Fig. 35** Plantados volumes edificados em 1994, antes da conclusão da construção da A28.

**Fig. 36** Plantados volumes edificados em 2020, duas décadas depois da conclusão da construção da A28.

**Fig. 37** Excerto da PU de Apúlia, Proposta de Plano, Plano Estratégico, António Fernandes de Sá, 1997, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho, localizado em AMESP.

**Fig. 38** Excerto da PU de Apúlia, Propostas Estratégicas, António Fernandes de Sá, 2000, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho, localizado em AMESP.

**Fig. 39** Excerto do PDM de Esposende, Qualificação Operativa, com a Avenida da Praia assinalada a azul (obtido através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/1114).

**Fig. 40** Zona de Reabilitação Urbana de Apúlia, como edifícios anteriores a 1977 assinalados a preto (obtido através de https://www.municipio.esposende.pt/uploads/document/file/1958/G303-Ap_lia_PERU_R01_COMP.pdf).

**Fig. 41** Desenho da variante Norte, a azul, com a Avenida da Praia assinalada a vermelho (obtido através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/577).

**Fig. 42** Levantamento realizado in loco em janeiro de 2022.

**Fig. 43** Esquema de análise da situação existente, Ocupação dos Solos. Ver Apêndice III.

**Fig. 44** Antiga masseira em Apúlia; fotografia de autor desconhecid, obtida junto da comunidade.

**Fig. 45** Esquema de análise da situação existente, Tipos de Edificação Ver Apêndice IV.

**Fig. 46** Esquema de análise da situação existente, Rede Viária. Ver Apêndice V.

**Fig. 47** Localização dos edifícios com valor patrimonial e/ou cultural. Ver Apêndice VI.

**Fig. 48** Praia de Apúlia, como que a caminhar para o futuro; possível fotografia de Artur Pastor, 1950/60, obtida junto da counidade.

**Fig. 49** Esquema de expansão da rede viária principal.

**Fig. 50** Esquema geral com os três novos focos de fixação assinalados a vermelho.

**Fig. 51** Proposta apresentada a concurso na Trienal de Lisboa de 2022.

**Fig. 52** Avenida Marginal de Cedovém, com os restaurantes à direita e as esplanadas à esquerda; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 53** Bairro piscatório de Cedovém; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 54** Bairro piscatório de Cedovém; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 55** Bairro piscatório de Cedovém e o seu acesso à praia; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 56** Bairro piscatório de Cedovém; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 57** Bairro piscatório de Cedovém visto do mar; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 58** Proposta apresentada pela CME em junho de 2023 para a requalificação de Cedovém, corte (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/5899/2023_06_19___apresentacao_publica_final_.pdf).

**Fig. 59** Proposta apresentada pela CME em junho de 2023 para a requalificação de Cedovém, vista aérea gera (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/5899/2023_06_19___apresentacao_publica_final_.pdf).

**Fig. 60** Proposta apresentada pela CME em junho de 2023 para a requalificação de Cedovém, vista a partir do passadiço (obtida através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/5899/2023_06_19___apresentacao_publica_final_.pdf).

**Fig. 61** Esquema alusivo às construções de apoio à pesca em Cedovém; in GODINHO, José, MACEDO, Alberto C. (2010), Lugar das Pedrinhas, in Revista Trama número um - Memória, pág. 13-18, 2010.

**Fig. 62** Parque de estacionamento da Praia da Couve visto da Avenida da Colónia; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 63** Parque de estacionamento da Praia da Couve; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 64** Parque de estacionamento da Praia da Couve visto da praia; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 65** Passagem entre o anfiteatro e as esplanadas; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 66** Piso de xisto danificado na zona do anfiteatro; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 67** Frente urbana da Praia da Couve; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 68** Praia da Couve vista a partir da lota; fotogafia da autora da prova, setembre de 2023.

**Fig. 69** Esquema com localização das bolsas de estacionamento e delimitação da zona de circulação restrita.

**Fig. 70** Esquema geral da estratégia de intervenção.

**Fig. 71** Esquema da expansão a rede viária sobre o esquema geral.

**Fig. 72** Esquema com a localização das bolsas de estacionamento sobre o esquema geral.

**Fotografias de fecho** O futuro - à esquerda uma vista para o mar em dia de sargaço, com os moinhos de vento a Norte; à direita um conjunto de sargaceiros depois da apanha do sargaço a contemplar o mar; autor desconhecido, recolhidas junto da comunidade.

## Bibliografia:


**Planos e projetos**

1963/1965 PU de Apúlia, da autoria de Viana de Lima, FAUP. CDUA, núcleo B, fundo VL, série ARQ/001 a /192, 075 - Plano de Urbanização de Esposende, Apúlia e Ofir + Urbanização a norte do hotel e Dunas a norte da foz do rio Cávado + loteamento + Consultoria, 1963-1965;

1967 Esboceto do Anteplano da Urbanização de Esposende (consultado através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/580);

1969 Urbanização da Aldeia Turística em Cedovém - Pedrinhas na freguesia de Apúlia, 1969, AMESP, Pt. n.º 15629;

1978 PP de Cedovém, da autoria de António Menéres, 1978, AMESP, Cx. D2 2122;

1984 PU para Esposende, da autoria de Bernardo Ferrão e Francisco Barata, AMESP;

1984 PGU da zona entre Ofir, Fão e Apúlia, ( consultado através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/583);

1986 PGU de Apúlia, (consultado através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/371/02_MemoriaDescritiva.pdf);

1988/1991 Projeto para habitação social no Bairro da Fonte, da autoria de Carlos A. C. Garcia, AMESP;

1994 Projeto para o Bairro Piscatório de Cedovém, da autoria de Paulo Silva, AMESP;

1995 PU de Apúlia (consultado ataravés de https://www.municipio.esposende.pt/pages/578);

1990 PP para o lugar da Couve, da autoria de João Campos, AMESP, Cx.15254

1998 PU de Fão, da autoria de Vítor Neves, Marco Buínas e Paula Pestana, AMESP;

2000 PU de Apúlia, da autoria de Manuel Fernandes de Sá, AMESP;

2015 PDM de Esposende (consultado através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/1114)

2022 Projeto para a Varienate Norte de Apúlia (consultado através de https://www.municipio.esposende.pt/pages/577);

2023 PRA e Valorização e valorização das atividades tradicionais em Cedovém e Pedrinhas, da autoria de Território XXI (consultado através de https://www.municipio.esposende.pt/cmesposende/uploads/writer_file/document/5899/2023_06_19___apresentacao_publica_final_.pdf);

**Notícias**

ABUÍN, R. (2019), Galicia busca aprovechar el sargazo de las playas para alimentar ganado y peces, in La Voz de Galicia, 5 de julho 2019 (consultado através de https://www.lavozdegalicia.es/noticia/somosmar/2018/11/23/galicia-busca-aprovechar-sargazo-playas-alimentar-ganado-peces/0003_201811G23P42991.htm);

BELO, Joana R. (2023), Apúlia vê aqui todo o património cultural assegurado, in Correio da Manhã, 24 de abril de 2023 (consultado através de https://www.correiodominho.pt/noticias/apulia-ve-aqui-todo-o-patrimonio-cultural-assegurado/144086);

COENTRÃO, Abel (2019), De quando quatro cirurgiões mandaram um monge de Tibãesa banhos à Póvoa de Varzim, in Público, 9 de agosto de 2019 (consultado através de https://www.publico.pt/2019/08/09/local/noticia/quatro-cirurgioes-mandaram-monge-tibaes-banhos-povoa-1882807);

COSTA, Ricardo R. (2023), Esposende perde 28 metros de linha de costa até 2043, in Jornal de Notícias online, 21 de junho de 2023 (consultado através de https://www.jn.pt/6290260757/esposende-perde-28-metros-de-linha-de-costa-ate-2043/);

COSTA, Ricardo R. (2023), Esposende perde 28 metros de linha de costa até 2043, in Jornal de Notícias, 21 de junho de 2023 (consultado através de https://www.jn.pt/6290260757/esposende-perde-28-metros-de-linha--de-costa-ate-2043/);

Esposende quer demolir 180 construções na praia de Apúlia contra vontade de moradores (2023), in Jornal de Notícias, 20 e junho 2023 (consultado através de https://www.jn.pt/5140288186/esposende-quer-demolir--180-construcoes-na-praia-de-apulia-contra-vontade-de-moradores/);

Esposende: É assim que vai ficar Apúlia após as demolições contestadas por moradores (2023), in O Minho, 28 de junho de 2023 (consultado através de https://ominho.pt/esposende-e-assim-que-vai-ficar-apulia-apos-as--demolicoes-contestadas-por-moradores/);

FONSECA, Francisco (2022), Torres de Ofir vão a baixo no final do ano, in Público, 22 de fevereiro de 2002; (consultado através de https://www.publico.pt/2002/02/22/jornal/torres-de-ofir-vao-abaixo-no-final-do--ano-167677);

Inaugurado Museu do Sargaço em Apúlia (2023), in Esposende Informação Municipal, n.º 75, pág. 3, maio de 2023;

Luz verde da APA para demolir habitações em risco na costa de Esposende (2023), in Jornal de Notícias, 26 de maio 2023 (cunsultado a partir de https://www.jn.pt/1748548438/luz-verde-da-apa-para-demolir-habitacoes--em-risco-na-costa-de-esposende/);

Luz verde da APA para demolir habitações em risco na costa de Esposende (2023), in Jornal de Notícias, 26 de maio 2023 (consultado através de https://www.jn.pt/1748548438/luz-verde-da-apa-para-demolir-habitacoes--em-risco-na-costa-de-esposende/);

Moradores contestam demolições de habitações e restaurantes em Esposende (2023), in Público, 28 de junho de 2023 (consultado através de https://www.publico.pt/2023/06/28/azul/noticia/moradores-contestam-demoli-coes-habitacoes-restaurantes-esposende-2054955);

Município de Esposende encaixa 1.2 milhões com venda de imóveis sem uso (2022), in Jornal Vilaverdense, 17 de agosto de 2022 (consultado através dehttps://ovilaverdense.pt/municipio-de-esposende-encaixa-12-mi-lhoes-com-venda-de-imoveis-sem-uso/);

Portinho de Apúlia Requalificação inaugurada (2022), in Esposende Informação Municipal, n.º 68, pág. 7, agosto de 2022;

Portugal mudo - Trinta anos depois, as casas estão cada vez mais perto do mar (2023), SIC Noticias, 11 de fevereiro de 2023 ( consultado através de https://sicnoticias.pt/programas/portugal-mudou/2023-02-11-Trinta--anos-depois-as-casas-estao-cada-vez-mais-perto-do-mar-48852c24);

Requalificação da colónia de Férias de Apúlia é o próximo objetivo, in Diário do Minho (2023), pág. 11, 13 de julho de 2023;

SÉNECA, Hugo (2022), Sargaço nas praias: as algas valem ouro, mas todos os anos há toneladas que vão para o lixo, in Expresso, 11 de julho de 2022, artigo gentilmente cedido a consulta pelo jornal Expresso;

SIQUEIRA, Zeferino (1959), Águas Celenas - Fão?, in O Fangueiro, n.º 33, ano II pág. 1-2, 28 de junho de 1959;

Un investigador gallego encuentra la solución: convertir la plaga del sargazo en biocombustible (2023), in Antena 3 Galicia, 28 de março de 2023 (consultado através de https://www.antena3.com/noticias/sociedad/investigador-gallego-encuentra-solucion-convertir-plaga-sargazo-biocombustible_202303286422f9b82c7a-9f0001090a01.html);

Vai nascer em Esposende um novo polo da Universidade do Minho (2023), in Porto Canal, 23 de agosto de 2023 (consultado através de https://portocanal.sapo.pt/noticia/335182);

VIEIRA, José da S. (1895), Apontamentos para a história de Espozende 1, in O Povo Espozendense n.º 171, ano IV, 27 de outubro de 1895;

VIEIRA, José da S. (1895), Apontamentos para a história de Espozende 2, in O Povo Espozendense n.º 172, ano IV, 3 de novembro de 1895;

VIEIRA, José da S. (1895), Apontamentos para a história de Espozende 3, in O Povo Espozendense n.º 173, ano IV, 10 de novembro de 1895;

**Artigos científicos**

ALMEIDA, Carlos A. B. (1980), Via Veteris - Antiga Via Romana?, Actas do Seminário de Arqueologia do Nordeste Peninsular, in Revista de Guimarães, Sociedade Martisn Sarmento, 1980;

ALMEIDA, Carlos A. B. (2013), A realidade arqueológica do litoral entre o Neiva e o Cávado: da romanização à formação das paróquias, Revista Ciências E Técnicas Do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XII, pp. 99-111, 2013;

ALMEIDA, Carlos A. B. de (1988), Carta Arqueológica do Concelho de Esposende, in Boletim Cultural de Esposende, n.º 13/14, pág. 21-44, dezembro, Câmara Municipal de Esposende, Esposende, 1988;

ALMEIDA, Carlos A. B. de (2005), A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave - Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média, I Seminário Internacional sobre o sal português, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, pág. 137-170, 2005 (consultado através de https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7976.pdf modificado pela última vez a 30-03-2005);

ALMEIDA, Carlos A.B. (2013), A Realidade arqueológica do litoral entre o Neiva e o Cávado: da romanização à formação das paróquias, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, vol. XII, pág. 99-111, Porto, 2013 (consultado através de https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70888/2/carlosalmeidarealidade000219270.pdf);

ALVES, Caetano M. I., SOUSA, .S. (2017), Caracterização dos sedimentos da Lagoa da Apúlia (PNLN), Esposende, NW de Portugal, Livro de Resumos, Jornadas do ICT, 26 e 27 de junho 2017, pág. 41, Universidade do Minho, Braga, 2017 (consultado através de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/47072/1/Sousa%20%26%20MICA_Jornadas2017_Resumos.pdf modificado pela última vez a 26/09/2017);

ARAUJO, António V. (1986), O lugar de Bassar do couto de Apúlia: apontamentos para a sua história nos séculos XVIII e XIX, in Boletim Cultural de Esposende, 1986;

BERNARDINO, Amândio, (1994 - 1995), Esposende e o seu concelho na história e na geografia, Revista Mínia, n.º 2 III série (1994) e n.º 3 III série (1995), ASPA, Braga;

BERNARDINO, Amândio, (1999), Os Fachos da Borda Mar da Província do Minho, Revista Mínia, n.º 7, III série, pág. 41-105, ASPA, Braga;

CARVALHO, Helena P. A. (2012), Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis), in Archivo Español de Arqveología, vol. 85, pág.149-166, Madrid, janeiro-dezembro 2012 (consultado através de https://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/202 modificado pela última vez a 30/12/2012);

COSTA, Luís (1987), A apanha do pilado: uma riqueza que se perdeu, Câmara Municipal de Esposende, 1987;

CRÉSPAN. César M. G. (2015), Parte de la vía romana nº XX "per loca marítima" iba por el mar, setembro de 2015 ( consultado através de https://www.researchgate.net/publication/328887638_Parte_de_la_via_romana_n_XX_per_loca_maritima_iba_por_el_mar modificado pela última vez a 14/09/2018);

DIAS, Jorge (1945), Construções circulares do litoral português: contribuição para o estudo das construções

circulares no nordeste da Península Ibérica, in Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XI, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular pág.192-195, Porto, 1945 (consultado através de https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/8544/7821 última modificação a 04/08/2020);

DIAS, Jorge (1946), Las construcciones circulares del Nordeste de la Península Ibérica Y las citanias. Cuadernos de Estudos Gallegos, fasc. VI, pág. 173-194, 1946;

DIAS, Jorge (1948), Las chozas de los Cabeçudos y las construcciones circulares de las citanias españolas Y portuguesas, Archivo Español de Arqueologia, pág. 164–172, enero-marzo 1948;

FERREIRA, Ana C. (2015), Couto de Apúlia: Dissidências entre o reitor de Apúlia e a Mesa Arcebispal de Braga por causa dos bens pertencentes ao Couto de Apúlia, in Boletim Cultural de Esposende, 2.ª série, n.º 4, pág. 105-117, Câmara Municipal de Esposende, Esposende, 2015;

FLOR, Aline, Erosão costeira: "Nenhuma solução é perfeita", mas é preciso ouvir "quem é afectado", in Público (consultado através de https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/reportagem/erosao-costeira-nenhuma-solucao-perfeita-mas-preciso-ouvir);

GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto V. (1958), A apanha do sargaço no norte de Portugal, in Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XVI, n.º 1-4, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, 1958; (consultado através de https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9432/8648);

GODINHO, José, MACEDO, Alberto C. (2010), Lugar das Pedrinhas, in Revista Trama número um - Memória, pág. 13-18, 2010;

MACEDO, Alberto da C. (2014), Alteração da costa Litoral Norte Ofir-Apúlia 1893-2014, Esposende, 2014 (consultado através de https://www.academia.edu/8854312/121_anos_da_costa_litoral_Esposende_Portugal);

MACEDO, Alberto J. F. O. C. (2018), Lugar de Pedrinhas - 2500 anos de existência de vestígios do Homem, Porto, 30 de julho de 2018 (consultado através de https://issuu.com/arq.acm/docs/2500_anos_-_lugar_de_pedrinhas_-_ap modificado pela última vez a 03/10/2018);

MANTAS, Vasco G. (2016), Bracara Augusta e a rede viária Augustana do noroeste peninsular: Ad Nationes. Ethnous Kallaikon, in Celebração do bimilenário de Augusto, editado por Rui Morais, Miguel Batista e Maria José Sousa, Câmara Municipal de Braga, pág. 136 -151, 2016;

MANTAS, Vasco G. (2016), Bracara Augusta e a rede viária Augustana do noroeste peninsular: Ad Nationes. Ethnous Kallaikon , in Celebração do bimilenário de Augusto, editado por Rui Morais, Miguel Batista e Maria José Sousa, Câmara Municipal de Braga, pág. 136-151, 2016;

MARQUES, José (2013), O Liber Fidei da Catedral de Braga e o Norte de Portugal, in Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. LVII, pág. 453-500, Braga, 2013 (consultado através de https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69631/2/josemarquesliberfidei000211990.pdf);

MATOS, Maria da C. F. (1973), A vida Rural na Apúlia, in Finisterra Revista Portuguesa de Geografia, vol. 8, n.º 15, pág. 66-103, 1973;

NEIVA, Manuel A. P. (1985), O Concelho de Esposende no séc. XIX, três inquéritos do âmbito socioeconómico, in Boletim Cultural de Esposende n.º 7/8, Câmara Municipal de Esposende, Esposende, dezembro de 1985;

NEIVA, Manuel A. P. (1985), O Concelho de Esposende no séc. XIX, três inquéritos do âmbito socioeconómico, in Boletim Cultural de Esposende n.º 7/8, pág. 19, Câmara Municipal de Esposende, dezembro de 1985;

SALEIRO, Raúl de A. (2015), De Viana ao Porto por Esposende até ao Século XX, Estradas, barcas e pontes, in Boletim Cultural de Esposende, 2.ª série, n.º 4, pág. 65- 104, 2015, Câmara Municipal de Esposende, Esposende, 2015;

SÁNCHEZ, Rubén C. (2012), El Navazo - un ejemplo del patrimonio rural de Sanlúcar de Barrameda, in El Rincón malillo n.º 3, Anuario del Centro de Estudios de la Costa Noroeste de Cádiz (CECONOCA), pág. 18-22, 3 de abril de 2012; (consultado através de https://www.academia.edu/24992098/RUB%C3%89N_S%C3%81NCHEZ_C%C3%81CERES._El_Navazo_un_ejemplo_del_patrimonio_rural_de_Sanl%C3%BAcar_de_Barrameda_._P%C3%A1g._18-22 modificado pela última vez a 03/05/2016);

TOMÁS, Ana, VALÉRIO, Nuno, O Decreto de 6 de Novembro de 1836, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Gabinete de Historia Económica e Social (consultado através de https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/19156/1/wp622019.pdf modificado pela última vez a 30/10/2019);

**Trabalhos académicos**

CARVALHO, Helena P. A. (2008) O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis, vol. I, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Tese de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento, setembro de 2008 (consultado através de https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755 modificado pela última vez a 11/11/2020);

COSTA, Daniela A. P. da (2022) Intervenção Urbana na Vila de Apúlia - Reabilitação Arquitetónica do Pérola do Atlântico, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, junho de 2022;

FILIPE, Tiago (2006 -2007), Alfredo Evangelista Vina de Lima em Esposende 1946-1987, Prova Final para Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2006/07;

GRANJA, Helena M. L. P. (1990), Repensar a Geodinâmica da zona costeira: O passado e o Presente; Que Futuro?: O Minho e o Douro Litoral, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, 1990;

LOBO, Susana L.M. (2012) Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia, parte I, tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2012;

RIBEIRO, Mário J. M. (2004-2005), Frente Marítima de Apúlia, (Re)Pensar um lugar de memórias, Intervir num espaço esquecido, Prova Final de Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004/2005;

**Livros**

ARAUJO, Ilídio A. de (1957-2014), Arquitetura Paisagista ou "A Organização do Espaço" nas Paisagens, vol. I, Problemas de economia, arquitetura e gestão de paisagens humanizadas, Edições Afrontamento, Porto, 2022;

ARGOTE, D. Jerónimo Contador de. (1732), Memórias para a história Eclesiástica do Arcebispado de Braga primaz das Hespanhas dedicadas a Elrey D. João, Lisboa Occidental: na officina de Joseph Antonio da Sylva impressor da Academia Real, Lisboa, 1732-1747;

BEJA, Filomena, MACHÁS, Estella, SALDANHA, Isabel, SERRA, Júlia (1987), Muitos anos de escolas, vol. I, 1.ª parte, Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941, Ministério da Educação e Cultura, Direção Geral dos Equipamentos Educativos, Lisboa, 1987;

Cãmara Municipal de Esposende (2009) Esposende Ensaio Urbano de Vila a Cidade, Câmara Municipal de Esposende, 1.ª edição, 2009;

CAPELA, M. J. M. (1995), Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal, com estudo de introdução de Jorge V. Capela, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 3ª edição, Terras de Bouro, 1995;

CARDOSO, Luiz (1747 – 1751), Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, luga-

res, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V, tomo I, pág. 510; (consultado através de https://purl.pt/13938/4/);

COSTA, Avelino de J. (1959), O Bispo D. Pedro e a organização da Sé de Braga, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959;

COSTA, Avelino J. da (1997), O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, Irmandade de São Bento da Porta Aberta, vol. I, pág. 263, 1997

DIONÍSIO, Santa'Anna (direção), Guia de Portugal, Entre Douro e Minho - I Douro Litoral, vol. IV, tombo I, 3.ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, outubro de 1994;

DIONÍSIO, Santa'Anna (direção), Guia de Portugal, Entre Douro e Minho - II Minho, vol. IV, tombo II, 3.ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, maio de 1996;

ERDMANN, C. (1927), Papsturkunde in Portugal, Berlim, 1927;

FERREIRA, Pedro A. (1915), Tentativa Etymológica - Toponymica, investigação da etymologia ou proveniencia dos nomes das nossas povoações, Tipografia Mendonça, Porto, 1915;

GOMES, Paulino, SILVA, João B. P. (1998), Esposende: a Terra e o Homem, Anégia Editores, 2.ª edição, Paços de Ferreira, 1998;

HERCULANO, Alexandre (direção) Portugaliae Monumenta Histórica: Inquisitiones, vol. I, Lisboa 1888;

LOURIDO, Francisco. C. (1997), A Cultura Castrexa, Historia da Galicia, Edicións A Nossa Terra, 2ª edição, Vigo, 1997;

MACHADO, Manuel A.F. (1951), Esposende – monografia do conselho, Editora do Minho, Barcelos, 1951

MORAIS, Rui (2005), Autarcia e Comércio em Bracara Augusta - Contributo para o estudo econômico da cidade no período do Alto-Imperial, coleção Bracara Augusta - Escavações Arqueológicas, vol. 2, 1.ª edição, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, 2005;

NEIVA, Manuel A. P. (1991), Esposende: Páginas de Memórias, Edição do Autor, 1991, Esposende;

NEIVA, Manuel Albino Penteado, (2000), Apúlia na História e na Tradição, ASCRA Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000;

RAMOS, L. A. (1977), O Fomento Rural na Estela (fins do século XVIII, princípios do século XIX), in Boletim cultural da Póvoa de Varzim, vol. XVI, n.º 1, 1977;

SILVA, Armando C. F. (1986), A Cultura Castreja no noroeste de Portugal, Camara Municipal de Paços de Ferreira, Museu arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986;

SOARES, Franquelim N. (1989), Vida económico-marítima da região entre o rio Neiva e Póvoa de Varzim nos finais do século XV - Os portos de Esposende, Fão e Póvoa de Varzim, in Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, Universidade do Porto, vol. III, pág. 281-318, Porto, 1986;

TAVARES, Domingos (2018), Casas na Duna, Equações de Arquitetura 61, Dafne Editora, Porto, 2018;

Vieira, José A. (1886), O Minho Pittoresco, ilustrado, Livraria M. A. Pereira, Lisboa, 1886 (consultado através de https://archive.org/details/ominhopittoresco02viei/page/204/mode/2up?view=theate modificado pela última vez a 02/04/2013);

**Decretos de lei e regulamentos**

Decreto-lei n.º 24/802, Diário do Govêrno n.º 299/1934, série I de 21 de dezembro de 1934- Obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização;

Lei n.º 11/82, Diário da República n.º 125/1982, série I de 2 de junho de 1982 - Regime de Criação e Extinção das Autarquias Locais e de Designação e Determinação da Categoria das Povoações (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 8/93, de 5 de março);

Decreto de lei n.º 357/87, Diário da República n.º 265/1987, série I de 17 de novembro de 1987, Ministério do Planeamento e da Administração do Território - Cria a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (APP);

Decreto de lei n.º 47/88, Diário da República: série I, n.º 91, de abril de 1988 - Confere ao chefe da Casa Civil do Presidente da República competência própria para a coordenação administrativa e financeira dos serviços de apoio daquele órgão de soberania;

Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Caminha e Espinho em Resolução do Concelho de Ministros nº 154/2007 – Diário da República n.º 190, I série, de 2 de outubro de 2007;

Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira em Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008 de 3 de Junho de 2008 – Diário da República n.º 106, 1.ª série. Presidência do Conselho de Ministros;

Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte, em Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008 de 24 de Novembro de 2008, Diário da República n.º228, 1.ª série, Presidência do Conselho de Ministros;

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro de 2013 – Reorganização administrativa das freguesias portuguesas;

**Webgrafia**

http://faodesempre.blogspot.com/

https://lugar-pedrinhas.blogspot.com/

https://www.freguesias.pt/portal/noticia.php?id=21256&cod=030616

https://www.petraagregados.com/porque-areias-de-praias-e-desertos-nao-sao-usadas-na-construcao-civil/

https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito

https://www.visitesposende.com/pt/fazer/percursos/pr12-trilho-das-masseiras

https://www.youtube.com/watch?v=A401Xxn2PCE



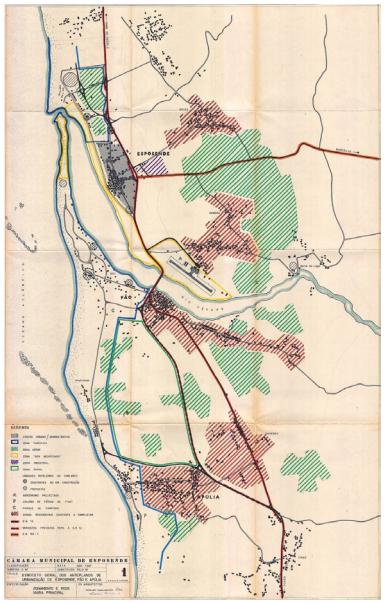


# Anexos



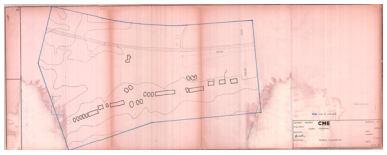
**PU de Apúlia Viana de Lima 1963/1965**

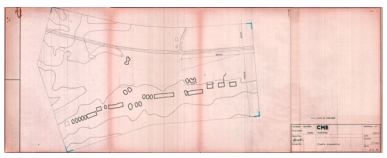
FAUP. CDUA, núcleo B, fundo VL, série ARQ/001 a /192, 075 - Plano de Urbanização de Esposende, Apúlia e Ofir + Urbanização a norte do hotel e Dunas a norte da foz do rio Cávado + loteamento + Consultoria, 1963-1965.



**Esboceto do Anteplano da Urbanização de Esposende 1967**

CME

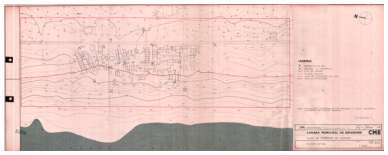




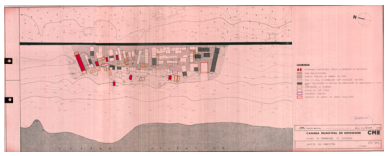
**PP de Cedovém António Menéres, 1978,**

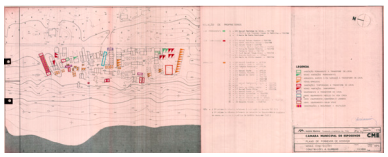
AMESP, Cx. D2 2122

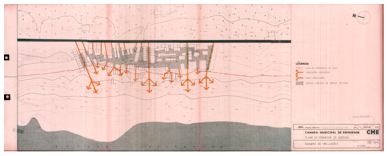


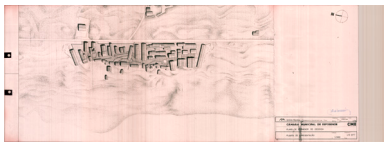


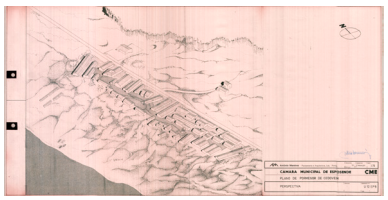






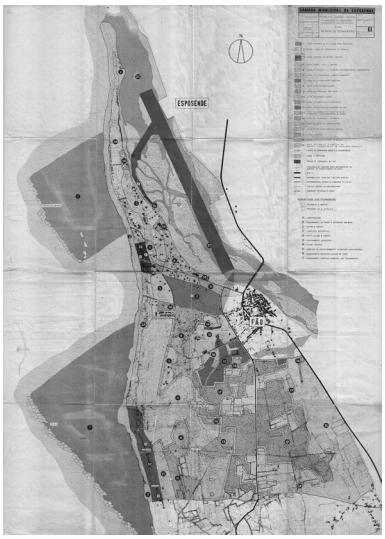




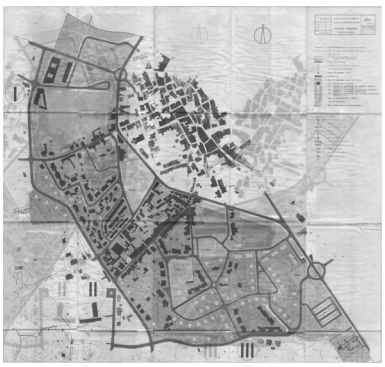


**PP de Cedovém, da autoria de António Menéres, 1978**

AMESP, Cx. D2 2122

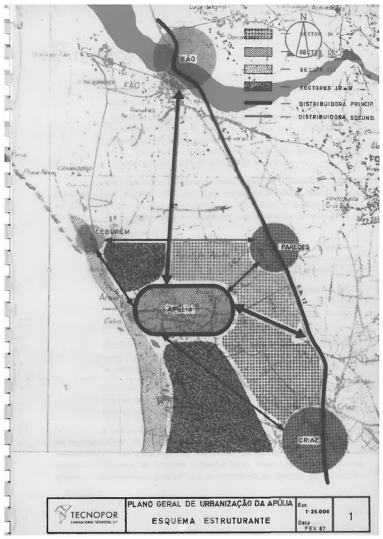


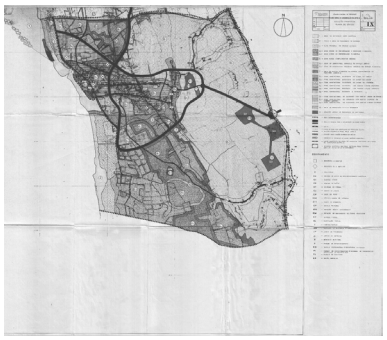




**PGU entre Ofir, Fão e Apúlia 1984**

CME

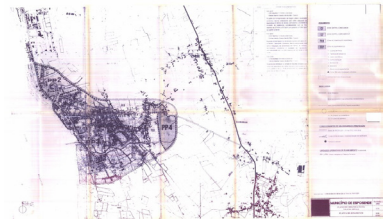




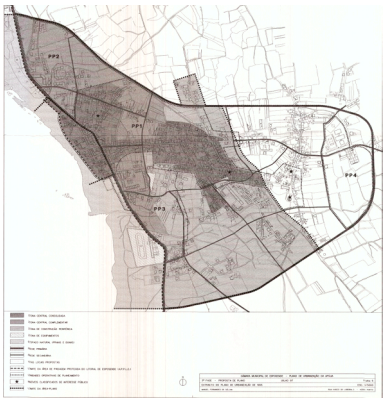
**PGU de Apúlia 1986**

CME



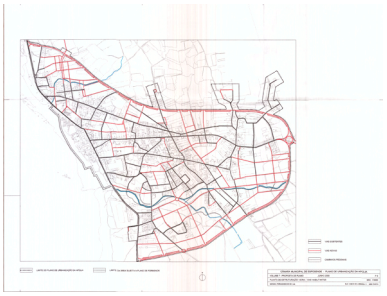
**PGU de Apúlia 1995**

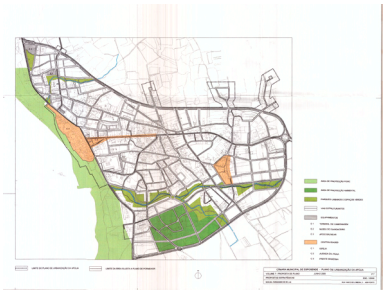
CME

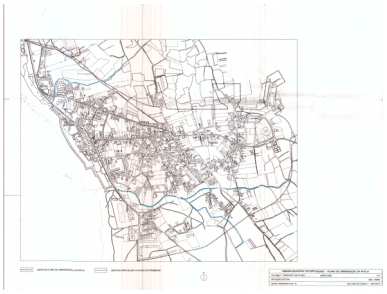


**PGU de Apúlia 1995**

AMESP

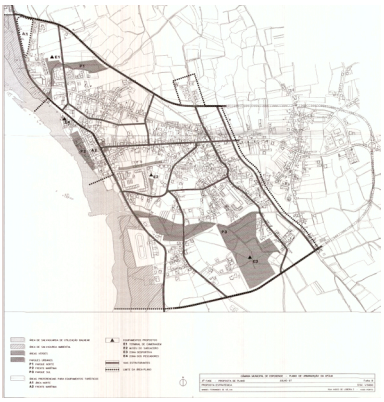


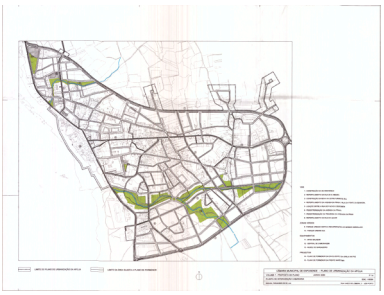


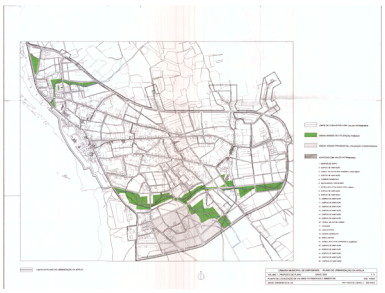


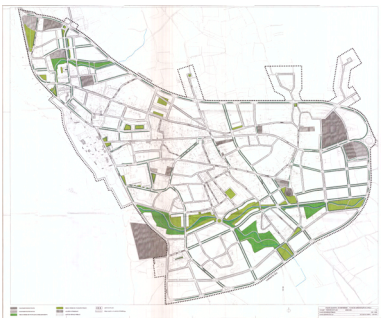
**PGU de Apúlia 2000 Manuel Fernandes de Sá**

AMESP









**PGU de Apúlia 2000 Manuel Fernandes de Sá**

AMESP

# Apêndices

**Legenda:**

- Pré-história
- Romanização
- Idade Média
- Idade Moderna
- Idade Contemporânea
- Pinhas plantados entre os séculos XVI e XVIII

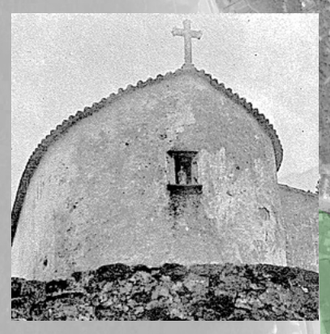
Esposende

Ofir

Fão

Paredes

Criaz



**Facho de Bonança**
Construido no séc. XVI

**Cemitério medieval de Fão**
Datado de entre os séc. XI e XIV

**Senhora da Bonança**
Capela construida numa das construções em forma de barco
Localização de um dos grupos referidos por Jorge Dias

**Igreja da Missericórdia de Fão**
Final do séc. XVI



**1 Primeiro foco de fixação populacional em Apúlia**
**Estas estruturas em foram de barco podem representem um tipo de catro marinho**
**Localização de um dos grupos referidos por Jorge Dias**

**3 Igreja Românica - São Miguel de Paredes**
**Séc. XII - XV**

***2 Villa Pareatis***
**Em conjunto com a *Villa Menezis*, permitem compreender a organização do territorio de Apúlia na época do Império Romano**

**Bairro piscatório de Cedovém**
É possível identificar algumas barracas em forma de barco
Localização de um dos grupos referidos por Jorge Dias

**Facho de Apúlia**
Construido no séc. XVI

**4 Novo núcleo religioso**
**Séc. XVII**

Escala 1:7000

**5 Os banhos de mar do séc. XIX**
**Surgem as primeiras casas de veraneio**



**Capela de São Bento**
Priemria metade do séc. XVII

***2 Villa Menezis***
**Datada do séc. I a.C.**

0 250 500 1000m

**Entre o Mar e a Terra** Proposta para de desenvolvimento urbano para a preservaçõ do património cultural e arquitectónico da vila de Apúlia

Esquema evolutivo dos focos de fixação no território até ao séc. XIX

Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Ana Carolina Barbosa Gil

Escala 1:1500
**Apêndice I**

**Legenda:**

- Solos florestais
- Solos agriculas
- Solos agriculas com estufas
- Equipamentos
- Edifícios com valor pratrimonial
- Edifícios de habitação unifamiliar
- Edifícios de habitação plurifamiliar
- Edifícios de serciços
- Edifícios em ruína
- Vias revestidas a alcatrão
- Vias revestidas a paralelo granítico
- Ciclovia
- Possível localização das *villas* romanas

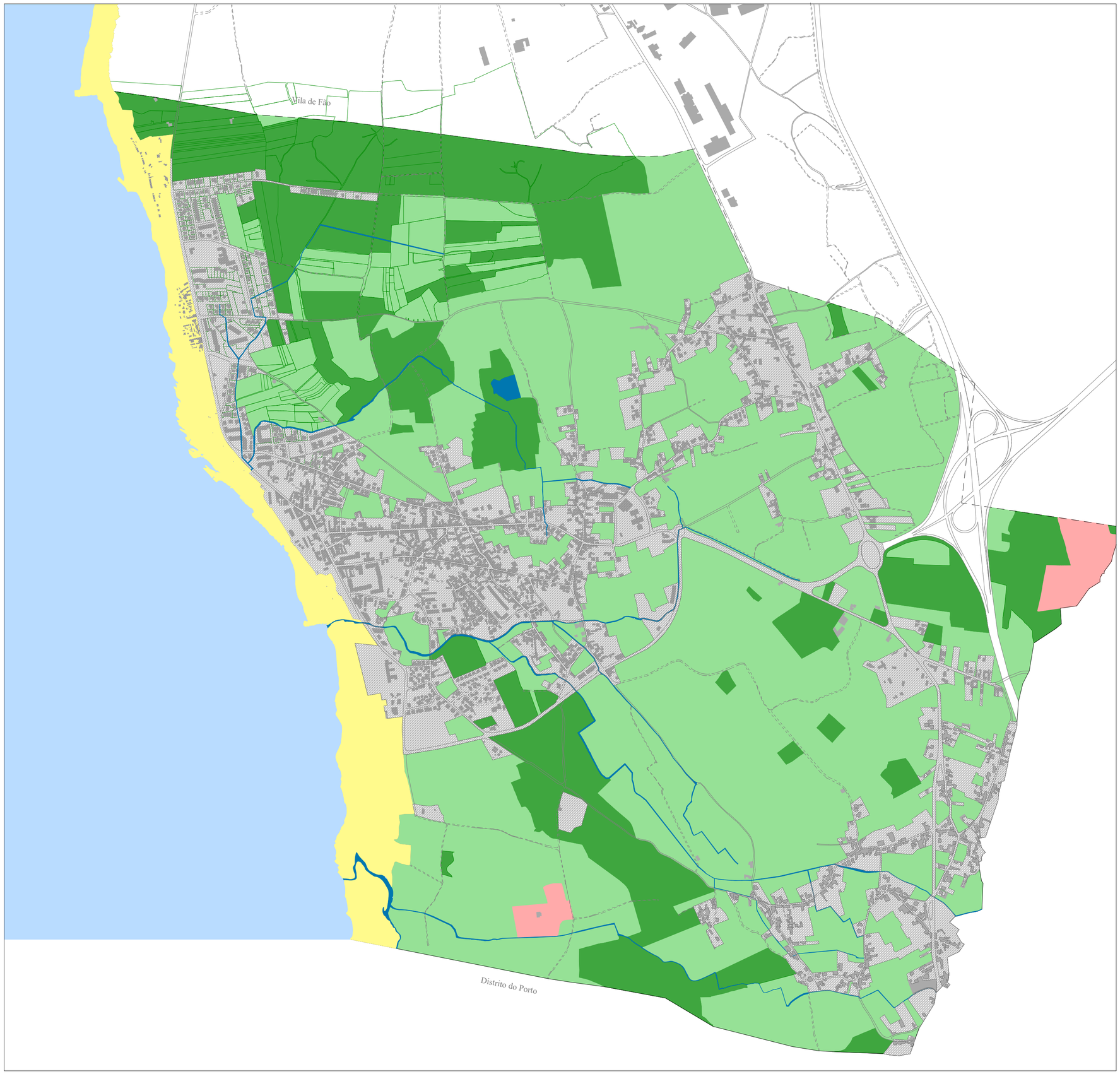
0 250 500 1000m

**Entre o Mar e a Terra** Proposta para de desenvolvimento urbano para a preservaçõ do património cultural e arquitectónico da vila de Apúlia

Levantamento

Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Ana Carolina Barbosa Gil

Escala 1:10000
**Apêndice II**




**Legenda:**

- Duna e praia
- Oceano Atlántico
- Rede Hidrográfica
- Solos Florestais
- Solos Agrícolas
- Zona Urbanizada
- Zonas de extração de recursos naturais
- Limite da vila de Apúlia

0 250 500 1000m

**Entre o Mar e a Terra** Proposta para de desenvolvimento urbano para a preservaçò do património cultural e arquitectónico da vila de Apúlia

Análise da situação existente — Ocupação dos Solos

Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto — Escala 1:11500

Ana Carolina Barbosa Gil — **Apêndice III**

Vila de Fão

Distrito do Porto

**Legenda:**

- Duna e praia
- Oceano Atlântico
- Rede Hidrográfica
- Limite geográfico da Vila de Apúlia
- Habitação Unifamiliar
- Habitação Unifamiliar com comércio ou serviços
- Habitação Plunifamiliar
- Habitação Plunifamiliar com comércio ou serviços
- Equipamentos
- Serviços
- Indústria
- Edifícios de valor arquitetónico e/ou patrimonial
- Edifícios em estado de ruína
- Em construção

0 250 500 1000m

**Entre o Mar e a Terra** Proposta para de desenvolvimento urbano para a preservaçõ do património cultural e arquitectónico da vila de Apúlia

Análise da situação existente — Tipos de edificação

Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto — Escala 1:11500

Ana Carolina Barbosa Gil — **Apêndice IV**

Viana do Castelo

Vila de Fão

Braga

Porto

Distrito do Porto

Avenida Marginal de Ofir

Rua do Farolim

Rua do Farol

Avenida da Praia

Rua do Caminho

Rua da Igreja

Avenida do Mar

**Legenda:**

- Duna e praia
- Oceano Atlântico
- Rede Hidrográfica
- Limite da vila de Apúlia
- Rede Viária Principal
- Rede Viária Secundário
- Rede Viária Terciária

0 250 500 1000m

**Entre o Mar e a Terra** Proposta para de desenvolvimento urbano para a preservaçõ do património cultural e arquitectónico da vila de Apúlia

Análise da situação existente — Rede Viária

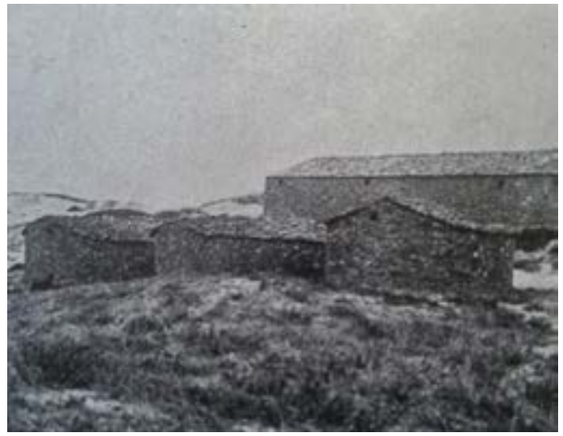
Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto — Escala 1:11500

Ana Carolina Barbosa Gil — **Apêndice V**

**Apêndice VI** Análise da situação existente
Lista de edifícios com valor patrimonial e/ou cultural

Ana Carolina Barbosa Gil

**Ref. 1**
**Descrição:** Conjunto de edifícios em forma de barco
**Localização:** Praia de Cedovém
**Época de construção:** Embora não seja possível precisar a sua época de construção, existe a possibilidade de que sejam contemporâneas da cultura Castreja.
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Razoável
**Notas:** As adaptações feitas à revelia das autoridades constituíram alterações graves, e por vezes irreversíveis. No entanto, é ainda possível perceber qual a sua forma original e como estavam organizadas no território. Encontram-se numa zona de elevado risco e erosão costeira.
**Proposta da Autora:** Recuperar estas estruturas e converter a zona em espaço arqueológico, promovendo um estudo mais aprofundado das mesmas, de modo que as seja possível compreender na sua totalidade.





**Ref. 2**
**Descrição:** 5 moinhos de vento
**Localização:** Dunas a norte
**Época de construção:** séc. XIX
**Estado de conservação:** Satisfatório
**Proteção:** Desconhecido
**Notas:** Adaptados na sua maioria a habitação para férias, um sofreu alterações à forma original com a anexação de dois outros volumes.
Uma vez perdida a sua utilidade enquanto moinhos, a alteração à sua função pode ter constituindo um ponto favorável na sua preservação.
**Proposta da Autora:** Promover a preservação do cordão dunar, de modo a impedir a sua ruína. Não permitir que sejam realizadas alterações significativas aos mesmos.
À semelhança da proposta do PU de Apúlia em 2000, prever a musealização de uma das peças, integrando a numa proposta de preservação da cultura agrícola da região.

P. U. de Apúlia, 2000, Património Arquitetónico, pág. 1;





**Ref. 3**
**Descrição:** Escola primária / Centro de Saúde
**Localização:** Avenida da Praia, Travessa da Areia 133
**Época de construção:** primeira metade do séc. XX
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Satisfatório
**Notas:** Projeto-tipo regionalizado do Arq. Rogério de Azevedo, escola da primeira Alto-Minho granito de duas salas. Adaptada e expandida para integrar o centro de saúde na segunda metade do Séc. XX.
**Proposta da Autora:** Realizar os trabalhos necessários para que seja possível reabrir a unidade de saúde, promovendo a manutenção das características originais do edifício.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico IPA.00026658
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26658
BEJA, Filomena, MACHÁS, Estella, SALDANHA, Isabel, SERRA, Júlia, Muitos anos de escolas, vol. I, 1ª. parte, Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941, Ministério da Educação e Cultura, Direção Geral dos Equipamentos Educativos, abril 1926, pág. 231-255;





**Ref. 4**
**Descrição:** Colónia Balnear Infantil Sá Carneiro e capela
**Localização:** Rua dos Sargaceiros
**Época de construção:** séc. XIX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Satisfatório
**Notas:** A capela, também conhecida por "Capela das Freiras" está ilustrada no livro *"O Minho Pitoresco"* de 1885. Teria acesso pela rua e era habitual serem celebradas missas. A colónia de ferias funcionou até ao início do século XXI. Atualmente inutilizado.
**Proposta da Autora:** Promover a manutenção das sua características originais. Reconversão em alojamento local, albergue para peregrinos dos Caminhos de Santigo ou outro tipo de alojamento de baixo custo.





P. U. de Apúlia, 2000, Património Arquitetónico, pág. 3;

**Ref. 5**
**Descrição:** Colónia de Férias de Apúlia CCD Braga
**Localização:** Avenida da Colónia
**Época de construção:** segunda metade do séc. XX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Proteção:** Inexistente
**Notas:** Atualmente funciona como cantina sob alçada do CCD Braga.
Edifício emblemático construído no primeiro cordão dunar.
**Proposta da Autora:** Promover a proposta do CCD Brga, garantindo que o processo de requalificação não é nefasto nem para o património edificado nem para o cordão dunar.
Utilizar o espaço exterior como parque de estacionamento a custos reduzidos beneficiando a CCD Braga, tal como já tem vindo a acontecer, mas de forma organizada.



**Ref. 6**
**Descrição:** Casa do Cónego
**Localização:** Rua do Cónego
**Época de construção:** 1875
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Mau
**Proteção:** Inexistente
**Notas:** Projetado pelo Eng.º António Silva. Adaptado nos anos 1960 a alojamento balnear e restauração.
Vendido a privado em 2022.
**Proposta da Autora:** Garantir a preservação e restituição das características originais do edifício caso este venha a ser intervencionado: eliminação dos volumes anexos construídos no séc. XX; reconstrução da varanda a poente, que ruiu na sequencia de uma tempestade; intervenção na cobertura que promova uma maior semelhança com a original e a remoção das placas de fibrocimento; promover o restauro do maior número possível de elementos originais no interior e exterior.





COSTA, Daniela A. P. da., Intervenção Urbana na Vila de Apúlia - Reabilitação Arquitetónica do Pérola do Atlântico, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, junho de 2022, pág. 50;

**Ref. 7**
**Descrição:** Estação de Socorros a Náufragos de Apúlia
**Localização:** Praia da Couve
**Época de construção:** n/s
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Em utilização.







**Ref. 8**
**Descrição:** "Castelo"
**Localização:** Praia da Couve
**Época de construção:** segunda metade do séc. XX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Em utilização, adaptado a restauração. Tornou-se um elemento de referência junto da população pelas suas características peculiares.



P. U. de Apúlia, 2000, Património Arquitetónico, pág. 4;

**Ref. 9**
**Descrição:** Habitação Casa da Torre
**Localização:** Avenida da Colónia, junto ao Largo da Senhora da Guia
**Época de construção:** Séc. XIX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Razoável
**Notas:** Propriedade privada utilizada como habitação para férias.





P. U. de Apúlia, 2000, Património Arquitetónico, pág. 4;

**Ref. 10**
**Descrição:** Antiga casa do Visconde do Castelo
**Localização:** Avenida da Colónia, junto ao Largo da Senhora da Guia
**Época de construção:** Séc. XIX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Razoável
**Notas:** Antiga casa de veraneio.
Propriedade privada começou a ser intervencionada no verão de 2023. O projeto inclui a ampliação e será para habitação.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 16

**Ref. 11**
**Descrição:** Antiga casa do Comendador Fernando da Fonseca
**Localização:** Avenida da Colónia, junto ao Largo da Senhora da Guia
**Época de construção:** Séc. XIX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Mau
**Notas:** Antiga casa de veraneio.
Propriedade privada, encontra-se em avançado estado de degradação.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 16

**Ref. 12**
**Descrição:** Antiga casa de Roberto Sameiro, “Casa da Mariazinha”
**Localização:** Rua da Marginal 10
**Época de construção:** Séc. XIX
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Razoável
**Notas:** Antiga casa de veraneio.
Propriedade privada convertia para restauração. Interior completamente descaracterizado mas com alguns elementos originais como arcos, portas e portadas em madeira. Fachada preserva forma original. Logradouro, voltado a Sul para a praia da Couve, convertido em esplanada revestida a deck de madeira.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 15

**Ref. 13**
**Descrição:** Antigo Posto da Guarda Civil
**Localização:** Rua do Cónego
**Época de construção:** n/s
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Ruína
**Notas:** Propriedade está em completo abandono, tendo já ruído a cobertura.





**Ref. 14**
**Descrição:** Antiga Casa de Couto
**Localização:** Rua da Agra 13
**Época de construção:** n/s
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Razoável
**Notas:** Pode não corresponder aos vestígios da construção original mas contém algumas partes, nomeadamente uma coluna de pedra que pertencia ao pelourinho de Apúlia. Não foi possível aceder ao interior.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 51

**Ref. 15**
**Descrição:** Casa do Povo
**Localização:** Rua da Casa do Povo
**Época de construção:** 1940
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Fundada em 1940 por António Torres para funcionar como instituição de previdência para o mundo rural, abrangendo as freguesias de Apúlia, Fão, Fonte Boa e Rio Tinto. Atualmente funciona como centro da cultura e desporto, sede do Grupo de Sargaceiros da Casa do Povo de Apúlia.






P. U. de Apúlia, 2000, Património Arquitetónico, pág. 9;

**Ref. 16**
**Descrição:** Capela de Nossa Senhora da Guia
**Localização:** Largo da Senhora da Guia
**Época de construção:** séc. XIX - 1977
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Manuel Inácio de Sousa construiu a capela e em 1936 doou a mesma à família Lopes dos Santos. A nova capela em forma de barco, foi construída no local da antiga capela e de uma outra casa.





Sistema de Informação para o Património Arquitetónico IPA.00021616
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21616

**Ref. 17**
**Descrição:** Igreja Matriz de Apúlia
**Localização:** Rua da Igreja, Largo do Padre Manuel Alberto
**Época de construção:** 1680 - 1945 - 2000
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Construída após o desaparecimento da igreja românica de Paredes. Não são visíveis os vestígios da primitiva igreja do séc. XVII, mas a forma é semelhante à construída no séc. XX, tendo sido acrescentada uma torre sineira e re-formulado o interior.





Sistema de Informação para o Património Arquitetónico IPA.00021611
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21611

**Ref. 18**
**Descrição:** Capela de Nossa Senhora da Caridade
**Localização:** Travessa da Igreja
**Época de construção:** 1881
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Doada à paróquia pela família de André Igreja, serve atualmente de capela mortuária.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 93;

**Ref. 19**
**Descrição:** Capela de Nossa Senhora do Amparo
**Localização:** Rua da Nossa Senhora do Amparo, Criaz
**Época de construção:** 1785 - 1808 - 1907
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Fundada no séc. XVIII foi intervencionada diversas vezes, não sendo possível apurar se a sua forma corresponde à original e quais as alterações mais significativas. No século XXI foram removidos os azulejos que cobriam a fachada e esta foi caiada a branco.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 89;

**Ref. 20**
**Descrição:** Capela de São Bento
**Localização:** Travessa de São Bento, Criaz
**Época de construção:** 1635/1655 - séc. XVIII -1928
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Fundada talvez no séc. XVII, estava a ruir em 1760. Foi intervencionado no séc. XIX e totalmente remodelada em 1928.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 85;

**Ref. 21**
**Descrição:** Casa dos Saraivas
**Localização:** Rua do Pombal, Criaz
**Época de construção:** séc. XVIII
**Proteção:** Desconhecido
**Estado de conservação:** Satisfatório
**Notas:** Único exemplar ainda existente de uma série de casas brasonadas que existiram em Apúlia datadas de entre os séc. XVIII e XIX. O brasão de armas é da família Vellozo Miranda.





NEIVA, Manuel Albino Penteado, Apúlia na História e na Tradição, ASCRA: Associação Social Cultural Recreativa de Apúlia, Apúlia, 2000, pág. 108

**Ref. 22**
**Descrição:** Capela Mortuária de Paredes
**Localização:** Rua do Norte 32, Paredes
**Época de construção:** 2009/2010
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Bom
**Notas:** Foi construída uma vez que o lugar de Paredes não possuía um equipamento semelhante, e para que não houvesse a necessidade de deslocação até à zona central de Apúlia.



https://www.municipio.esposende.pt/pages/603?poi_id=260
https://aqualibri.cimcavado.pt/handle/20.500.12940/3256

**Ref. 23**
**Descrição:** Cruzeiro da Agra dos Mouros
**Localização:** Rua do Cruzeiro dos Mouros, Paredes
**Época de construção:** n/s
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Satisfatório
**Notas:** Poderia ter pertencido à agra da igreja românica de São Miguel de Paredes. Único elemento que nos permite localizar a *villa* de *Pariatis* e único vestígio do período Árabe na região.



Sistema de Informação para o Património Arquitetónico IPA.00021613
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21613

**Ref. 24**
**Descrição:** Estação Radionaval Almirante Ramos Pereira
**Localização:** Rua de S. Bento, N13
**Época de construção:** 1945/1946
**Proteção:** Inexistente
**Estado de conservação:** Mau
**Notas:** Complexo composto por vários edifícios, nomeadamente a estação de recepção e transmissão, a cantina, e casas para oficiais e sargentos. Desativada definitivamente em 2003.
Encontra-se  na posse da Câmara Municipal de Esposende.
Em agosto de 2023 foi confirmada a sua reconversão num polo da Universidade do Minho dedicado à ciência e tecnologia marinha, com a reabilitação da pré- existência e a construção de mais duas estruturas.





Sistema de Informação para o Património Arquitetónico IPA.00016889
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16889
*"Vai nascer em Esposende um novo polo da Universidade do Minho", in* Porto Canal, 23 de agosto de 2023;